

ANAEL PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA

**OS PEQUENOS MUNICÍPIOS NO PARANÁ: permanências e mudanças no rural
(Censos, 2000-2010)**

**CURITIBA
2013**

ANAEL PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA

**OS PEQUENOS MUNICÍPIOS NO PARANÁ: permanências e mudanças no rural
(Censos, 2000-2010)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Linha Ruralidades e Meio Ambiente, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador:
Prof. Dr. Alfio Brandenburg

**CURITIBA
2013**

Catálogo na publicação
Maria Rosa Davin CRB -9/1179

C575

Cintra, Anael Pinheiro de Ulhôa

Os pequenos municípios no Paraná: permanências e mudanças no rural (Censos 2000 - 2010) / Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra. Curitiba: UFPR, 2013
188 f.; il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná.

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Linha Ruralidades e Meio Ambiente.

1. Municípios - Paraná. 2. Sociologia Rural. 3. Agricultura Familiar I. Brandenburg, Alfio, Dr. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Linha Ruralidades e Meio Ambiente. III. Título.

CDU 316.334.55(816.2)

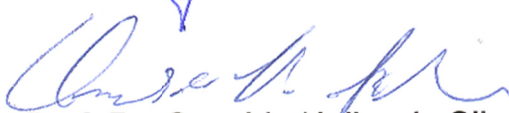


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

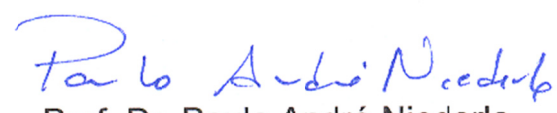
PARECER

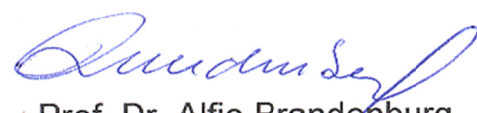
A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) candidato(a) **Anael Pinheiro de Ulhoa Cintra**, em relação ao seu trabalho de tese intitulado "OS PEQUENOS MUNICÍPIOS NO PARANÁ: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS (CENSOS, 2000-2010)" é de parecer favorável à APROVAÇÃO do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Doutor* em Sociologia, linha de pesquisa "Ruralidades e Meio Ambiente" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 29 de abril de 2013.


Prof. Dr. Arílson Favareto


Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva


Prof.ª Dr.ª Rosa Moura


Prof. Dr. Paulo André Niederle


Prof. Dr. Alfio Brandenburg
orientador e presidente

*...houve uma ocasião enquanto eu escrevia **Border country**, em que senti uma tristeza súbita. Senti, creio que porque alguém me dissera isto, que a experiência rural, o campo economicamente ativo, havia morrido; que na Grã-Bretanha ele não passava de algo marginal; e que com o tempo isso se tornaria uma realidade em todo o mundo. Aceitei essa ideia, em um determinado nível, por um tempo que agora me parece impossível. [...]
E já não sei exatamente quando, de repente, me dei conta de que isso simplesmente não era verdade.*

Raymond Williams, **O campo e a cidade**, 2011, p. 487, grifos no original.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Alfio Brandenburg pela disposição na orientação do presente estudo;

Ao Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva (UFPR) e a Dra. Rosa Moura (IPARDES), pela leitura dedicada por ocasião da Qualificação com reflexões pertinentes incorporadas ao presente texto;

À CAPES pelo auxílio parcial que recebemos no decorrer desse estudo;

A todos os colegas da pós-graduação, que no convívio desses quatro anos, compartilharam a amizade e a perseverança em busca do saber. Os melhores momentos foram propiciados pelas alegrias de suas superações/ vitórias;

Aos colegas de trabalho e amigos que me acompanham desde os tempos do mestrado, por cobrar o término desta tese;

Aos familiares pelo apoio incondicional ao longo de muitos anos de estudo.

Ao Prof. Dr. Arilson da Silva Favareto (UFABC), Dra. Rosa Moura (IPARDES), Prof. Dr. Paulo André Niederle (UFPR) e Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva (UFPR) pelas apreciações por ocasião da defesa pública.

*ao espírito de luz, que na sua breve passagem, irradiou o
amor, a ternura e a fraternidade única das mães*

a Profa. Dra. Erica Piovam de Ulhôa Cintra, por acreditar na
Educação

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
LISTA DE MAPAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - PERSPECTIVAS DO RURAL	24
1.1 O rural na análise sociológica	25
1.2 Definição oficial de rural no Brasil	35
1.3 Definições internacionais.....	48
1.4 Síntese	56
CAPÍTULO 2 - POPULAÇÃO NO PARANÁ, 2000-2010	59
2.1 População geral dos pequenos municípios	60
2.2 Distribuição da população segundo as mesorregiões	63
2.3 Participação nas regiões metropolitanas.....	65
2.4 População urbana e rural	67
2.5 População urbana (cidades).....	76
2.6 Migrações populacionais	79
2.7 Síntese	84
CAPÍTULO 3 - OCUPAÇÃO NO PARANÁ, 2000-2010	86
3.1 Distribuição das ocupações em atividades agrícolas e não agrícolas.....	87
3.2 Famílias rurais e urbanas	93
3.3 Composição dos grupos etários	98
3. 4 A posição na ocupação	103
3. 5 Síntese	108
CAPÍTULO 4 - AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ.....	111
4.1 Contributos teóricos	112
4.2 Agricultura familiar nos pequenos municípios	123
4.3 Estabelecimentos familiares	125
4.3.1 Número e Área	125
4.3.2 Grau de especialização	131
4.3.3 Grau de integração ao mercado	134
4.3.4 Outras características.....	135
4.4 Diversidade da agricultura familiar	139
4.5 Síntese	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	148
ANEXOS	163

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	POPULAÇÃO RESIDENTE E DISTRIBUIÇÃO RELATIVA, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2000 E 2010.....	63
TABELA 2 –	MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HAB. EM REGIÕES METROPOLITANAS SEGUNDO A DATA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO - PARANÁ 2010 E 2012	65
TABELA 3 -	POPULAÇÃO RESIDENTE, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000 E 2010.....	68
TABELA 4 –	POPULAÇÃO RESIDENTE E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ – 2000 E 2010.....	69
TABELA 5 –	VARIAÇÃO E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2000/2010.....	70
TABELA 6 -	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2000 E 2010.....	72
TABELA 7 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ – 2000 E 2010.....	73
TABELA 8 –	MUNICÍPIOS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS MUNICÍPIOS, POR CLASSES DE PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS RURAIS, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2010.....	75
TABELA 9 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CIDADES, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2010	78
TABELA 10 –	MIGRANTES DE DATA-FIXA POR FLUXO INTERMUNICIPAL (INTRA-MESORREGIONAL), INTER-MESORREGIONAL (INTRA-ESTADUAL) OU INTERESTADUAL, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E PERÍODO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES PARANÁ – 1995/2000 E 2005/2010.....	79
TABELA 11 –	EMIGRANTES DE DATA-FIXA, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO DE DESTINO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE ORIGEM – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ –2010	80
TABELA 12 –	EMIGRANTES DE DATA-FIXA POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE ORIGEM E PERÍODO - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ – 1995/2000 E 2005/2010.....	81
TABELA 13 –	POPULAÇÃO DE 5 ANOS E MAIS, MIGRANTES DE DATA-FIXA, SALDO MIGRATÓRIO, TAXA LÍQUIDA MIGRATÓRIA E ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E PERÍODO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES PARANÁ – 1995/2000 E 2005/2010.....	82

TABELA 14 –	PESSOAS OCUPADAS, POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO – PARANÁ – 2000 E 2010. 87
TABELA 15 –	NÚMERO DE FAMÍLIAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ 2000/2010..... 95
TABELA 16 –	NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR FAMÍLIA, E VARIAÇÃO RELATIVA (%), SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2000/2010..... 96
TABELA 17 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FAMÍLIAS, POR NÚMERO DE MEMBROS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2010 97
TABELA 18 –	PROPORÇÃO DE CRIANÇAS, DE POPULAÇÃO POTENCIALMENTE PRODUTIVA E DE IDOSOS, EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL, E RAZÃO DE DEPENDÊNCIA – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2000 E 2010..... 99
TABELA 19 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE PESSOAS OCUPADAS, POR TIPOLOGIA DE FAMÍLIA, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HAB. - PARANÁ - 2010 104
TABELA 20 –	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE PESSOAS OCUPADAS, POR TIPOLOGIA DE FAMÍLIA, SEGUNDO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO. PARANÁ – 2000/2010..... 105
TABELA 21 -	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO E TIPOLOGIA DE AGRICULTOR - PARANÁ - 2006 123
TABELA 22 –	NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2006..... 126
TABELA 23 –	NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR TIPOLOGIA DE AGRICULTOR, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2006..... 127
TABELA 24 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2006 132
TABELA 25 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR GRAU DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ - 2006 134

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	MUNICÍPIOS, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO - PARANÁ - 2000/2010.....	60
GRÁFICO 2 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO – PARANÁ – 2000/2010 (%)..	62
GRÁFICO 3 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2000 E 2010.....	64
GRÁFICO 4 -	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS CIDADES, EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ, 2000 E 2010	77
GRÁFICO 5 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HAB. - PARANÁ – 2000 E 2010.....	88
GRÁFICO 6 –	PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ – 2000 E 2010 (1000 pessoas)	89
GRÁFICO 7 -	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE MUNICÍPIOS, POR CLASSES DE OCUPADOS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2010.....	91
GRÁFICO 8 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PESSOAS OCUPADAS, PERTENCENTES A FAMÍLIAS AGRÍCOLAS, RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS, SEGUNDO A POSICAO NA OCUPACAO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ - 2010	107
GRÁFICO 9 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS, POR CLASSES DE ÍNDICE DE GINI, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES PARANÁ – 2006.....	128
GRÁFICO 10 –	PROPORÇÃO DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DE 100 ha E MAIS NO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 2006	129
GRÁFICO 11 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP), POR TIPOLOGIA DE AGRICULTOR, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2006.....	136
GRÁFICO 12 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PESSOAS QUE DIRIGEM OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR RESIDÊNCIA DA PESSOA QUE DIRIGE O ESTABELECIMENTO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 2006	137
GRÁFICO 13 –	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR FORMAS DE RELAÇÃO DE TRABALHO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS –MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2006	139

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - 2000/2010	61
MAPA 2 – GRAU DE URBANIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2010	74
MAPA 3 – PERCENTUAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE NAS CIDADES – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2010.....	78
MAPA 4 - TAXA LÍQUIDA MIGRATÓRIA – PARANÁ - 2010.....	83
MAPA 5 – PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE OCUPADOS, MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2010.....	90
MAPA 6 – RAZÃO DE DEPENDÊNCIA – PARANÁ – 2010	101
MAPA 7 – PROPORÇÃO DE IDOSOS – PARANÁ – 2010	102
MAPA 8 – ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PARANÁ - 2006	124

LISTA DE ABREVIATURAS

CEDEPLAR/UFMG - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais

Cooperação Técnica FAO/INCRA - Estudos da Agricultura Familiar executados em parceria entre a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – também conhecido como FAO-Agrário

ERS - Economic Research Service

USDA - U. S. Department of Agriculture

FAO/SDA - Divisão de Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEA/IE/UNICAMP - Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas

INE - Instituto Nacional de Estatística

INSEE - *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (França)

INRA - *Institut National de la Recherche Agronomique*

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social,

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMB - *Office of Management and Budget* (EUA)

ONS - *Office for National Statistics*

ONU - Organizações das Nações Unidas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (MDA)

RURBANO - Grupo de Estudos ligado ao NEA/IE/UNICAMP

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

RESUMO

A presente tese analisa as mudanças e permanências populacionais dos pequenos municípios do Paraná, com tamanho populacional até 20 mil habitantes, numa perspectiva mesorregional que considera a estrutura populacional, as migrações, as atividades agrícolas e não agrícolas a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, e do Censo Agropecuário 2006 a respeito da agricultura familiar. A partir dos clássicos e contemporâneos da Sociologia Rural, entendemos os pequenos municípios paranaenses, que ocupam uma área considerável do estado e estão em forte processo de envelhecimento populacional, como o lugar privilegiado da presença e permanência dos agricultores familiares que contribuem para a manutenção de um singular espaço de vida. Esse é resultante da especificidade da ocupação preponderantemente agrícola expressa nos diversos estabelecimentos agropecuários que são ao mesmo tempo o lugar *de trabalho* e *de moradia* (WANDERLEY, 2009a) de uma parte expressiva desses agricultores, cujas influências vão além do campo, atingindo as vilas e pequenas cidades, conformando muitos destes municípios como *municípios rurais*. A análise dos indicadores dos movimentos da população e da estrutura ocupacional permite concluir que o rural paranaense apresenta particularidades distintivas entre as mesorregiões geográficas do estado (com municípios mais e menos rurais) e que, a despeito de o rural não se resumir apenas às ocupações agrícolas, em muitas localidades essa é a principal ocupação das populações rurais, especialmente dos agricultores familiares no Paraná.

Palavras-chaves: Sociologia Rural, Demografia, Pequenos municípios - Paraná, Censos Demográficos, Agricultura Familiar

ABSTRACT

The present thesis analyzes populations' changes and their permanence of municipalities in Paraná, with population size up to 20 thousand inhabitants, in mesorregional perspective that consider the population structure, migration, agriculture and non-agriculture activities based on Demographic Census data of 2000 and 2010, and Agricultural Census data of 2006 about family farmers. From classic and contemporary rural sociology, we understand the towns that are located in Paraná, takes a considerable area of the state and are in strong aging process, as the privileged place of presence and permanence of family farmers who contribute maintaining a unique living space. This data is a result of predominantly agricultural occupation specificity, expressed in many agricultural establishments that are both work place and housing (WANDERLEY, 2009a), whose influence goes beyond the field , reaching villages and small cities, transforming these places in rural towns. The analysis of indicators of population movements and occupational structure shows that rural people of Paraná present distinguish particularities between the geographical mesorregional state (more and less rural towns) and that, despite country is not only in agricultural places, in many locations, this is the main occupation of rural people, especially family farmer in Paraná.

Keywords: Rural sociology, Demography, Municipalities-Paraná, Demographic Census, Family farmer

INTRODUÇÃO

De acordo com os dados do Censo 2010 (IBGE, 2012a, 2012b), de modo geral, no Brasil, 84% da população total reside no urbano e apenas 16% no rural enquanto que 86% da população estava ocupada em atividades não-agrícolas e apenas 14% em atividades agrícolas. Nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro somente 4,1% e 3,3% respectivamente da população reside no rural enquanto que apenas 2,1 e 4,3% estava ocupada em atividades agrícolas. No caso do Paraná a participação da população rural no total da população, quanto da ocupada no agrícola em relação ao total de ocupados, coincidentemente, é o mesmo índice, isto é, 15%. Mas afinal, o que esses dados dizem a respeito do rural brasileiro, e o que é o rural? Esses dados são comparáveis com outros casos mais específicos, como o rural paulista, fluminense (IBGE, 2012b), e mesmo o paranaense? E mais particularmente, quais as características do rural dos pequenos municípios do estado do Paraná? Apresenta mudanças ao mesmo compasso dos indicadores nacionais, ou mais permanências de um rural que pode ser entendido como diferenciado e específico? Tais questões definem a problemática desta tese.

Em estudo anterior (CINTRA, 2007), baseado no Censo Demográfico 2000, foi possível observar que as dinâmicas dos pequenos municípios do estado do Paraná, ao final do século XX, os apresentava com características de desenvolvimento e de relações sociais próprias, resultantes do processo de ocupação e de colonização peculiar a que foram submetidos ao longo do tempo. Essas dinâmicas, por sua vez, moldaram diferentes arranjos do modo de vida e de formas de ocupação desse espaço territorial. Na ocasião daquele estudo, foi possível verificar também que o rural paranaense apresentava significativas diferenças de organização e de desenvolvimento entre as mesorregiões do estado, cujo agrupamento permitiu identificar a existência de regiões territoriais marcadamente distintas, mas com alguma similaridade entre os municípios ali reunidos. As particularidades regionais, sugeriam uma divisão geográfica entre o *norte*, o *sul* e o *leste* do estado do Paraná, e que confluía com parte da historiografia regional oficial dos *três Paranás* (BALHANA e WESTPHALEN, 2003), confirmando

que os processos de ocupação e de colonização do estado moldaram diferentes tipos de sociedades no território paranaense.

De modo geral, a região Sul do Paraná, se apresenta com características de um rural tradicional, onde ainda se observa, conforme os dados do mais recente Censo permitem inferir, a presença de pequenas propriedades familiares, muitas delas agrupadas numa organização social em moldes comunitários. Na região Norte, parte dos trabalhadores não são residentes da zona rural, mas na zona urbana dos pequenos municípios, sendo, em sua maioria, assalariados que trabalham em terras de terceiros. Há, nesse caso, a dissociação entre o local o de moradia e o de trabalho, com um menor número de propriedades rurais da agricultura patronal e um maior número de trabalhadores assalariados em propriedades patronais.

Nessas duas regiões muito distintivas do Paraná, embora as transformações decorrentes do processo de modernização/urbanização da sociedade, a partir de meados da década de 1970, tenham alterado as relações entre a terra e o trabalho como um todo, especialmente o que se observa na região Sul, é que permanecem padrões de sociabilidade que expressam a continuidade de uma condição de vida camponesa. (CINTRA e BRANDENBURG, 2008)

A permanência de formas de organização social, como a agricultura familiar, denotam claramente a existência de uma vida social específica nesta região, sobretudo, no Sul do Paraná. Para Brandenburg (2005, p.14), a “análise do rural brasileiro considerando a sua herança histórica mostra que existem diversos rurais. [...] desconsiderar essas diferenças pode resultar em equívocos no que tange as políticas de desenvolvimento”. Entender melhor tais diferenças e similitudes regionais e seu significado para a vida da população residente nos pequenos municípios, constitui tarefa dos cientistas sociais, a qual nos propomos neste estudo.

De modo geral, e em uma breve análise comparativa com o cenário nacional, é interessante observar, no caso dos pequenos municípios paranaenses, que a participação dos ocupados em atividades agrícolas no total de ocupados é superior ao verificado atualmente no rural brasileiro, paulista, fluminense. Em várias mesorregiões do estado do Paraná, por exemplo no Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste, as ocupações em atividades agrícolas no total de ocupados representa a fonte principal de ocupação e renda dos pequenos municípios, sendo a base para a

criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização.

O mesmo não ocorre nas regiões rurais dos países de capitalismo avançado. Neste caso, tais regiões rurais, apesar de ocuparem a maior parte da área territorial, sua população está ocupada predominantemente em atividades não agrícolas, experimentando outra realidade que têm sido confrontada atualmente pelas rápidas mudanças na economia internacional, com entraves para as quais estão atentas suas políticas rurais. (OECD, 2006) Tais mudanças incluem desde a globalização (inserção nas relações globais da economia), a melhoria nas comunicações, a redução dos custos de transporte, a mudança dos padrões de mercado das *commodities*, entre outros. A saída para estes países tem sido adaptar as estratégias atuais – frequentemente setoriais e aplicadas uniformemente dentro do território de cada país – levando em conta as diferentes trajetórias de desenvolvimento rural, muitas das quais baseadas em explorações locais de recursos específicos destes lugares. (Idem) Por outro lado, o aumento de produtividade na agricultura destes países tem conduzido ao declínio dramático do emprego agrícola, pelo menos, nos países membros da OCDE¹ tanto em termos absolutos como relativos, sendo que atualmente, menos de 10% da força de trabalho rural está empregada na agricultura.

Estudos realizados para o Brasil como um todo, levariam à concordância desse novo paradigma. Se, por aproximação, considerarmos nos cálculos, o peso da maioria da população que reside nos centros urbanos das cidades do Paraná com mais de 100 mil habitantes, teríamos um número expressivo de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas (97%), sobretudo as voltadas ao setor terciário (comércio e serviços). No entanto, considerando a existência de diferentes trajetórias de desenvolvimento rural no Brasil, e entendendo a necessidade aqui de uma abordagem multidisciplinar já adotada em estudo anterior, pelo menos no caso do Paraná, é possível observar mesmo no entorno de regiões densamente povoadas, regiões predominantemente rurais. A lacuna que fica, porém, é entender a participação das ocupações agrícolas na estrutura das ocupações dos pequenos

¹ Os trinta países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE são: Austrália, Áustria, Alemanha, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

municípios do Paraná, sobretudo ao se considerar um período maior de análise, no caso, 2000 a 2010. Tais atividades estariam em extinção como defendeu Mendras (1984) na França dos anos 1970, ou estariam sendo substituídas por atividades não-agrícolas (indústria, comércio e serviços) como mostram diversos estudos do Projeto RURBANO disponibilizados por Campanhola e Graziano (2000a)? Estariam ainda dando lugar a novos atores sociais (aposentados, etc.) como defende Veiga (2006) em seus estudos sobre as novas ruralidades? Aspectos que consideramos.

É de se destacar, ainda, a produção limitada de estudos sobre os espaços rurais num momento em que se evidenciam os estudos do urbano no país. A atenção volta-se a esta recente perspectiva, devido a preocupação na resolução dos problemas de cidades com grande concentração de população e portanto de grande porte – situação nunca antes observada da vida em megalópoles mundiais como os casos brasileiros de São Paulo e do Rio de Janeiro², cujas particularidades atraem uma importante rede de pesquisa urbana brasileira. (Cf. IPEA/NESUR/UNICAMP, 1999) As transformações do mundo contemporâneo redirecionam os interesses de pesquisa para longe dos temas agrários e agrícolas.³ Isso acontece pelo menos, desde a década de 1970 como observa Wanderley (1997, p.1), momento no qual, os cientistas sociais brasileiros tenderam a “abandonar” os estudos do mundo rural entendendo que o fim do rural seria “um resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização da sociedade”.

Contudo, será cada vez maior a dependência da população residente em áreas de concentração urbana em relação ao espaço rural, seja pela sua característica essencial na produção de alimentos, seja também pelos temas emergentes, como os transgênicos, biocombustíveis e a segurança alimentar. E os temas emergentes devem ser considerados pelos estudiosos do rural. No entanto, não se deve perder o foco na questão do trabalho agrícola e do papel dos agricultores no meio rural, exatamente num momento crítico em que o Relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) tem alertado, desde 2008, para a alta de preços dos produtos agrícolas, com sérias consequências para o consumo, que afeta drasticamente o nível de vida e a

² São Paulo (5º lugar) e Rio de Janeiro (14º lugar) no *ranking* das maiores cidades do mundo em 2007. (Cf. O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

³ *Agrário*: relativo ao processo de ocupação da terra; *Agrícola*: referente às atividades agrícolas.

qualidade nutricional de uma parcela significativa da população da América Latina (FAO, 2008).

Então, o que se propõe aqui é a necessária reflexão sobre as populações residentes nos espaços rurais paranaenses, a participação da ocupação agrícola no total de ocupados no Paraná e as mudanças nos setores ocupacionais num período maior de análise compreendendo o período 2000 a 2010, tendo como fontes privilegiadas os microdados dos Censos Demográficos do IBGE e o Censo Agropecuário de 2006. De certo modo, é a continuidade dos estudos do rural paranaense que, noutra oportunidade, possibilitou vários indícios e suscitou questões. Algumas delas aqui retomadas: de que forma as mudanças populacionais – em especial a urbanização e a concentração populacional - no período 2000 a 2010 afetou as ocupações em atividades agrícolas nos municípios paranaenses em suas mesorregiões? Quais as mudanças e permanências nas ocupações em atividades agrícolas nos pequenos municípios paranaenses? É possível falar em *municípios agrícolas* ou *rurais*? Que rural existe ou permanece nestes municípios? É pensar, portanto, as mudanças e permanências dos pequenos municípios de cada mesorregião do estado do Paraná (Mapa A.3.9), no período aqui delimitado, a fim de traçar um perfil do rural paranaense e observar as transformações populacionais, as migrações e as ocupações dos pequenos municípios, o ponto de destaque do presente estudo.

E há que se chamar a atenção para o seguinte aspecto. No caso específico dos pequenos municípios, todas essas questões não podem ser respondidas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) que tem sido a principal fonte de dados dos estudos contemporâneos ao destacar as transformações da atividade agrícola no Brasil. Nas PNADs, não é possível realizar abordagens geográficas mais detalhadas, tais como nos níveis das mesorregiões, microrregiões e mesmo municípios. Dados para esses recortes geográficos só são possíveis a partir dos microdados dos Censos Demográficos do IBGE cujo acesso e tabulação demanda conhecimentos avançados em sistemas operacionais de bancos de dados específicos. O uso privilegiado de fontes hegemonicamente estatísticas e mesmo oficiais, que compõem a nossa base de dados, não é isenta de críticas de seu uso como nos diz NAVARRO (2010). Porém, a crítica não deve imobilizar os pesquisadores que lançam mão de fontes mais complexas e pouco exploradas (por

exigir uma competência técnica e tecnológica que poucos possuem), para acessar um contexto muito mais ampliado e rico de informações que um banco de dados pormenorizado oferece. A esse respeito, entendemos que a presente investigação amplia esse acesso que é, pelas restrições, de certo modo, restrito.

Assim, identificar elementos mais específicos, como os municípios ou regiões paranaenses onde a participação dos ocupados em atividades agrícolas no total de ocupados seja predominante e quais as permanências e mudanças ocorridas nestes locais, responde ao problema central do presente estudo: que rural existe nos pequenos municípios paranaenses (até 20 mil habitantes) e se, considerando o período 2000-2010, é possível observar mudanças e permanências do rural paranaense? Outra questão mais específica seria pensar a posição na ocupação dos ocupados nos pequenos municípios, o que esse dado pode nos dizer da constituição desses espaços e da organização da agricultura familiar contemporânea?

O que se pode adiantar a respeito, é a possível permanência da predominância dos ocupados em atividades agrícolas em pequenos municípios com baixa densidade e fraca mobilidade social, e, em cuja área predominam as ocupações baseadas no meio natural – municípios estes que podem ser considerados *municípios rurais*, conforme definido pelos trabalhos clássicos da sociologia rural. (SOROKIN; ZIMMERMAN e GALPIN, 1930; SOROKIN e ZIMMERMAN, 1939) Essa observação antecipa a coexistência dos pequenos municípios rurais com as novas formas de trabalho no meio rural, mas se isso teria se dado efetivamente é questão que ainda está por ser melhor respondida. E é o que aqui nos propomos realizar.

A nossa interpretação caminha no sentido de compreender os pequenos municípios paranaenses, que ocupam uma área considerável do estado e estão em forte processo de envelhecimento populacional, como o lugar privilegiado da presença e permanência de agricultores familiares que contribuem para a conformação de um singular espaço de vida. Espaço esse resultante da especificidade da ocupação preponderantemente agrícola, nos quais os estabelecimentos se constituem, ao mesmo tempo, no lugar de *trabalho* e no de *moradia* (WANDERLEY, 2009a) de uma parte expressiva desses agricultores, cujas influências vão além do campo, atingindo as vilas e pequenas cidades, conformando

esses municípios como *municípios rurais* – uns até mais rurais que outros como o caso da mesorregião Centro-Oriental como será possível observar no desenvolver da tese.

Objetivos

A partir das considerações anteriormente realizadas, pretende-se analisar as mudanças e permanências populacionais e ocupacionais do rural dos pequenos municípios paranaenses relacionadas aos indicadores da situação do domicílio, migrações e das ocupações em atividades agrícolas e não-agrícolas a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e do Censo Agropecuário 2006. Nesse sentido nos propomos:

- Identificar as mudanças no tamanho populacional dos municípios paranaenses no período 2000-2010, através da análise dos resultados dos Censos;
- Identificar os destinos migratórios das populações dos pequenos municípios;
- Caracterizar as ocupações, segundo o setor de atividade, a posição na ocupação e a relação com o responsável pela família;
- Analisar a participação dos ocupados agrícolas e não-agrícolas nos municípios paranaenses segundo diversos extratos de tamanho populacional, no período destacado e identificar onde a participação dos ocupados agrícolas no total de ocupados manteve preponderância no período 2000 – 2010;
- Traçar o perfil das famílias agrícolas, através da identificação de suas características demográficas, tais como número de membros, fecundidade e envelhecimento populacional;
- Identificar o peso da pluriatividade das famílias agrícolas dos pequenos municípios paranaenses;
- Identificar a participação dos estabelecimentos da agricultura familiar no total de estabelecimentos dos pequenos municípios, bem como analisar o grau de especialização e inserção ao mercado dos estabelecimentos da agricultura familiar.

Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, organizou-se a pesquisa em 4 fases: revisão bibliográfica, coleta dos dados, análise estatística e discussão dos resultados.

Inicialmente, elaborou-se uma revisão bibliográfica de algumas abordagens acerca das definições do rural e em algumas perspectivas sociológicas, no Brasil e no exterior.

Na segunda fase, foi feita a coleta dos arquivos de dados dos microdados⁴ dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 fornecidos pelo IBGE, com ênfase nas variáveis relacionadas às características da população com a idade, migração e ocupação, bem como dos dados do Censo Agropecuário 2006 (tabulações especiais). A base de dados, bem como as atividades de programação de sintaxes de consultas foram elaborados a partir do *software* de análise estatística denominado *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*⁵.

Na terceira fase, com o uso da Análise Estatística Descritiva, utilizando-se o módulo *SPSS Custom Tables*, do SPSS, as variáveis em estudo foram analisadas para os municípios paranaenses, que nos recenseamentos de 2000 e 2010, apresentavam população até 20 mil habitantes. A análise foi feita também, espacialmente, através da comparação desse grupo de municípios segundo as mesorregiões geográficas paranaenses.

Fontes dos dados

A principal fonte dos dados utilizadas nesta tese – os microdados dos Censos Demográficos – está disponível em CD-ROM (para o ano de 2000) e via protocolo de transferência de arquivos (FTP) (para o ano de 2010) no sítio do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Os arquivos encontram-se no formato texto sem tabulação, necessitando de linguagem de programação (neste caso foi utilizada a linguagem de programação do IBM PASS SPSS) para montagem das bases de dados a partir dos

⁴ Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, na forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas de dados numéricos. (IBGE, 2003)

⁵ Atualmente chamado *IBM SPSS Statistics*.

respectivos dicionários de variáveis. Muitas das variáveis originais foram recodificadas para permitirem a comparação entre os Censos de 2000 e 2010, o que demandou dispêndio considerável de tempo na elaboração das tabulações. Na análise das famílias, dados os problemas conceituais entre os censos, bem como alterações metodológicas, optou-se por analisar somente as famílias únicas ou principais residentes em domicílios particulares permanentes.

No caso das informações provenientes do Censo Agropecuário 2006, a fonte dos dados foi tabulações especiais provenientes da Cooperação Técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o IBGE, disponibilizadas pelo IBGE no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Estrutura do texto

Para responder às questões propostas, o presente texto foi organizado em quatro capítulos, a saber.

No capítulo 1, intitulado Perspectivas do Rural, discute-se o uso do conceito de rural na análise sociológica, sua origem no Brasil, e os usos em outros países. No capítulo 2, População no Paraná (2000-2010) é apresentado um resumo das principais transformações demográficas da população paranaense, com ênfase nas origens e destinos da população dos pequenos municípios. No capítulo 3, Ocupação no Paraná (2000-2010) é apresentada uma análise da estrutura ocupacional dos municípios segundo os extratos de tamanho populacional, verificando a importância da ocupação agrícola ao longo do período analisado. E, no capítulo 4, Agricultura Familiar no Paraná, são apresentadas as características dos agricultores com base em informações do Censo Agropecuário de 2006, a fim de se entender as relações que os agricultores, em especial os agricultores familiares, mantêm com o meio exterior/mercado. Nesse item ainda são apresentadas as tipologias de agricultores com base nas relações de parentesco entre os membros dos estabelecimentos agrícolas (agricultores familiares e patronais), são analisados ainda os números de culturas (grau de especialização) existente nos estabelecimentos, e o destino da produção desses produtos (grau de integração ao mercado).

É importante frisar que a nossa abordagem espacial foi realizada respeitando-se as diferenças mesorregionais. Segundo Schneider (2008) as pesquisas

relacionadas a ruralidade⁶ apresentam uma crescente interface com a dimensão espacial da ação social e econômica, sendo que os programas governamentais e as ações de agências e organizações de fomento à pesquisa já estão operando a partir de novos referenciais, como nos informa o autor:

está em curso uma mudança importante na forma como os estudiosos, os formuladores de políticas e os atores sociais percebem e agem no espaço rural [...] os indivíduos e suas organizações começam a modificar suas concepções e passam a buscar novas referências e orientações [...] As definições e referências do passado ainda continuam presentes na cabeça dos estudiosos e analistas, mas raros são aqueles que desconhecem sua crescente limitação para lidar com as múltiplas transformações que a sociedade contemporânea está trazendo a lume. [...] as mudanças de concepções e entendimentos sobre a ruralidade, a territorialidade e do desenvolvimento se fazem e se constroem a partir de uma crescente interface com a dimensão espacial (ou territorial) da ação social e econômica. (SCHNEIDER, 2008, p.2-3)

Essa nova interpretação da ruralidade, a territorialidade e seu desenvolvimento tem sido considerada a fim de auxiliar na compreensão da realidade rural paranaense no período delimitado para análise. A dimensão espacial permite atender às novas demandas dos atores e instituições, por indicadores socioeconômicos de realidades espacialmente cada vez menores, como os espaços delimitados pelos municípios, ou até mesmo, os espaços dimensionados por divisões intramunicipais, como as vilas e povoados. Por ora, nos pautamos aqui nos pequenos municípios paranaenses e suas mesorregiões.

⁶ Aqui entendida como as relações sociais que geram a identidade de um espaço geográfico. Rural e Ruralidades são aqui entendidos como sinônimos quando, por exemplo, designam “representações sociais” conforme Carneiro (2012, p.41), ou conforme Whitacker (2010, p. 190-191) “denotam processos e sua identificação perpassa a compreensão de que são, também fenômenos.”, ou ainda quando se referem a “atributos e constituintes, condições e condicionantes.” Quando o conceito de *rural* esta referido ao campo, ou seja, se refere à uma área geográfica, como ocorre no Brasil, o rural é entendido como uma área geográfica e a ruralidade se refere às qualidades e ou características advindas dos processos sociais existentes nessa área.

CAPÍTULO 1 – PERSPECTIVAS DO RURAL

1.1 – O rural na análise sociológica

Nesse tópico são apresentadas algumas das vertentes analíticas do rural que orientam a presente investigação a fim de se entender suas transformações no Estado do Paraná ao longo das últimas décadas, o ponto principal de nosso esforço.

De modo geral, o rural é comumente associado a um lugar em que se destacam as paisagens naturais, a presença dos bosques, das plantações, dos rios, dos animais. Contudo, para a sociologia, o rural não se resume a um meio bucólico e isolado simplesmente, mas significa essencialmente “um espaço de vida e de trabalho” (WANDERLEY, 2009a). Raymond Williams, do terreno da história rural, o compreende como sinônimo de campo. Na consistente análise do campo e a cidade, que não se restringe apenas ao tempo e espaço objeto de sua observação que foi o contexto do nascimento da industrialização a partir dos textos literários ingleses, Williams enfatiza a necessidade de se examinar as inter-relações entre campo e cidade ao invés de limitar-se a contrastá-las...

Particularmente a partir da Revolução Industrial, mas a meu ver já desde os primórdios do modo capitalista de produção agrícola, as poderosas imagens que temos da cidade e do campo constituem maneiras de nos colocarmos diante de todo um desenvolvimento social. É por isso que, em última análise, não podemos nos limitar a contrastá-las; precisamos também examinar suas inter-relações e, através destas, a forma concreta da crise subjacente. (WILLIAMS, 2011, p. 483)

O contraste entre o campo e a cidade, o meio rural e o urbano, tem sido renitente nos estudos do tema. Alguns, contraditoriamente, proclamam o fim do rural para o reconstituírem mais tarde, como Henri Mendras (1984). Isso nos informa, de pronto, a dificuldade de se encontrar uma definição geral de ‘rural’ que seja suficiente e amplamente aceita, como acusa Farmer, seja na produção científica, como na constituição de normativas legais:

Although the idea of “rural” has widespread intuitive understanding, as with many scientific concepts, attempts at articulating a precise meaning have led to a tangle of arguments and counterarguments concerning the utility of a given definition. The major point of agreement among those involved in the debate has been that there is no singular or multifaceted definition that will

*suffice to satisfy the research, programmatic, and policy communities that employ the concept.*⁷ (FARMER, 1997, p. 623)

No âmbito da definição de rural como categoria de análise, na sociologia rural, encontramos várias abordagens que expressam essa dificuldade de matizar um conceito que possa ser operacionalizado numa escala mais ampla; e mesmo, que aproxime um entendimento comum nos diferentes países. Como isso não é possível, dada a especificidade mesma da disciplina, e aproveitando para aproximar a temática à nossa perspectiva profissional que é de inscrição demográfica, optamos pela definição de rural que alude à uma área geográfica segundo o tamanho e a densidade populacional. Essa interpretação era utilizada por Warner (1974) que mesmo admitindo que a sociedade americana já adentrava numa economia de consumo, afirmava que “...rural society is far from having passed into history...” (WARNER, 1974, p.306). Sua afirmação se alicerçava na definição do próprio objeto da sociologia rural, isto é, a *sociedade rural*:

*For me, it is an analytic construct referring to a territorially based population aggregate. More specifically, it refers to the population aggregate in geographic locations where the size and density are relatively small*⁸. (WARNER, 1974, p. 306)

Essa definição de rural baseada em critérios demográficos é encontrada também em texto fundante da área, na obra de Sorokin, Zimmerman e Galpin (In: MARTINS, 1986), originalmente publicada em 1930. Nela, porém, a possibilidade de diferenciação entre rural e urbano se faz a partir de diversos aspectos, numa leitura que seja “composta” por vários elementos conjuntos e não apenas pela via singular de um ou outro aspecto, mesmo que demográfico. Para os autores:

...a definição sociológica dos universos do campo e da cidade não deve ser descrita em termos de *uma* característica, seja esta tamanho da comunidade, densidade populacional, nomenclatura administrativa,

⁷ “Embora a idéia de “rural” tenha uma compreensão intuitiva generalizada, como acontece com muitos conceitos científicos, as tentativas de articular um significado preciso tem levado a um emaranhado de argumentos e contra-argumentações sobre a utilidade de uma definição dada. O principal ponto do acordo entre os envolvidos no debate foi que não há uma definição singular ou multifacetada, que seja suficiente para satisfazer as comunidades de pesquisa, programas [governamentais], e de políticos que empregam o conceito.” (op.cit., tradução livre)

⁸ “Para mim, essa é uma construção analítica referindo-se a um território baseado num aglomerado populacional. Mais especificamente, refere-se a um aglomerado populacional em localidades geográficas onde o tamanho e a densidade populacional são relativamente pequenos.” (op.cit., tradução livre)

composição ocupacional da população ou outros elementos semelhantes. (...) a definição sociológica destes universos requer uma combinação de vários traços típicos. A definição deve ser composta. (SOROKIN, ZIMMERMAN e GALPIN, In: MARTINS, 1986, p. 199, *grifos no original*)

Essa definição “composta” seria formada a partir das características diferenciais entre campo e cidade que os autores deliberaram, sendo elas: as diferenças ocupacionais, as ambientais, no tamanho das comunidades, na densidade populacional, na homogeneidade e na heterogeneidade das populações, na diferenciação, estratificação e complexidade social, na mobilidade social, e, finalmente, na direção da migração. Dessa forma, a definição dessas fronteiras requereria um esforço maior por parte dos pesquisadores no que tange a categorização de informações e a sua posterior análise; mas também uma certa dificuldade de se cercar de todos esses elementos para a construção da análise.

Nesse sentido, elegemos parte dessas características para pensar o rural paranaense. Especialmente, no que se refere às diferenças ocupacionais existentes no rural, e no tamanho das comunidades e na densidade populacional. É considerando o tamanho e a densidade populacional, por exemplo, que comumente se classifica os municípios em *espaços rurais ou urbanos*⁹ - uma diferenciação elementar, mas que permite compreender posteriormente as inter-relações possíveis entre o rural e o urbano, ou o campo e a cidade como o disse Williams.

Ao adotarmos algumas dessas variáveis para análise, mesmo passado algum tempo, não deixamos de concordar com as observações de Monte-Mór (2006, p.10) de que “cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e rural são difusas e de difícil identificação”. Para o autor:

Pode-se supor que isso acontece porque hoje esses adjetivos carecem da sua referência substantiva original, na medida em que tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação. O que são hoje as cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Bela Vista de Minas ou qualquer outra cidade grande, média ou mesmo pequena no Brasil contemporâneo ou no mundo? Onde começam e onde terminam? De outra parte, o que é o campo na atualidade? A cooperativa

⁹ Sobre “espaço”, fazemos aqui uma pontual explicação. Os limites político-administrativos (área territorial) dos pequenos municípios paranaenses são aqui considerados como *espaços rurais*. Assim denominados por apresentarem características particulares resultantes da intersecção de características demográficas e de sua distribuição no território paranaense que são distintas daquelas encontradas nas principais áreas de concentração de população urbana; e que definem, ainda, um modo particular de utilização de seus recursos naturais. Embora esse enfoque, mais geográfico, esteja presente desde os clássicos da sociologia rural, com o tempo deixou de ser o centro das abordagens do rural, em virtude das diversas posições teórico-metodológicas que se alternam nas perspectivas analíticas do tema.

agrícola da Cotia ou a Barretos do peão boiadeiro em São Paulo? Povoados e distritos distantes como Milho Verde, ou a periferia das cidades, chamada “área rural”? Ou, ainda, as grandes fazendas, as agroindústrias, os acampamentos do MST, no Nordeste, no cerrado ou na Amazônia? Em qualquer caso, a definição dos limites e da natureza, tanto do campo como da cidade, é cada vez mais difusa e difícil. (MONTE-MÓR, 2006, p.10)

O que defendemos aqui, é que, em determinadas localidades, os efeitos da extrapolação do urbano para além das grandes cidades industriais como defende Monte-Mór a partir da tese da *urbanização extensiva*¹⁰ são gradativos, sendo mais fortes nas áreas próximas à sua origem, e vão se reduzindo à medida que se distanciam delas.

Bernard Kayser (1990, p.13), ampliando o ponto de vista não apenas geográfico mas também sociológico na definição de fronteiras entre o rural e o urbano, entende que o “espaço rural se define como um modo particular de utilização do espaço e da vida social”. Para ele, esse espaço pode ser caracterizado também por expressar:

*a) une densité relativement faible des habitants et des constructions, faisant apparaître une prépondérance des paysages à couverture végétale; b) un usage économique à dominance agro-sylvo-pastoral; c) un mode de vie de ses habitants caractérisé par leur appartenance à des collectivités de taille limitée et par leur rapport particulier à l'espace; d) une identité et une représentation spécifiques, fortement connotées par la culture paysanne.*¹¹ (KAYSER, 1990, p.13)

Observamos com Kayser uma maior caracterização desse espaço rural e também a introdução de um conceito chave na sociologia rural que é a noção de ruralidade, cuja expressão é definida por ele mesmo como “...celle d'espace rural, mais entendue dans son sens le plus immédiat, celui d'espace social.”¹² (KAYSER, 1990, p.12-13).

¹⁰ Tenho chamado de *urbanização extensiva* esta materialização sociotemporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sociopolíticas e cultural intrínsecas à *pólis* e à *civitas*, que têm sido estendidas para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo. (MONT-MÓR 2006, p.15)

¹¹ “a) uma fraca densidade de habitantes e de construções, podendo manifestar uma preponderância de paisagens com cobertura vegetal; b) um uso econômico predominantemente agro-silvo-pastoril; c) um modo de vida de seus habitantes caracterizado por seu pertencimento a coletividades de tamanho limitado e por suas relações particulares com o espaço; d) uma identidade e uma representação específicas, fortemente conotadas pela cultura campesina.” (op.cit., tradução livre)

¹² “...aquela de espaço rural, mas entendida em seu sentido mais imediato, o de espaço social” (op. cit., tradução livre).

Para Jean (1997) além das características biofísicas, há três atributos específicos que definem a ruralidade contemporânea:

Premièrement, la ruralité, c'est la différence en tant que patrimoine humain et écologique de grande valeur. Deuxièmement, la ruralité se caractérise par un rapport à la localité qui paraît bien être le premier élément d'identification des ruraux, et donc l'un des noyaux de la définition de la ruralité. Le troisième attribut de la ruralité, plus facilement admis dans la littérature scientifique, serait l'esprit communautaire des ruraux. La ruralité est donc une réalité spécifique qu'on pourrait aussi caractériser par les dimensions suivantes et d'ailleurs récurrentes dans la littérature sociologique: des relations interpersonnelles étroites, une tradition de solidarité, d'accueil et d'entraide, une grande sensibilité au patrimoine, une relation étroite avec l'espace et l'environnement naturel, un fort sentiment identitaire qui anime des cultures rurales diversifiées.¹³ (JEAN, 1997, p.43)

Sendo portanto, um “espaço social”, as *ciudades*, as *vilas* e os *campos* poderiam ser entendidos como *espaços rurais* (ou do ponto de vista político administrativo, como territórios rurais) de acordo com os critérios apontados por ele.

Entretanto, contemporaneamente, como entende Maria de Nazareth Wanderley (2000b, p.32), esse espaço não estaria limitado a si mesmo. Um de seus questionamentos ao espaço local é: “refere-se ele apenas ao território restrito dos povoados e bairros rurais ou ele é ampliado para incorporar a própria dimensão do município?” No seu entendimento, os pequenos centros urbanos também são parte integrante do rural dos pequenos municípios (esses cuja população total não ultrapassa 20 mil habitantes); sendo preciso considerar que o “urbano” em questão é, nesses casos, constituído pelas pequenas cidades. Para a autora:

o contato intermitente ou permanente dos “rurais” com cidades deste tipo [municípios até 20 mil hab.], nem sempre significa o acesso a uma efetiva e profunda experiência urbana, que se diferencie ou mesmo se oponha ao seu modo de vida rural, mas pode significar simplesmente, a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária, que, por sinal, nem toda pequena cidade brasileira consegue assegurar a seus moradores, urbanos ou rurais. (WANDERLEY, 2000b, p. 32)

¹³ “Em primeiro lugar, a ruralidade, é a diferença como patrimônio humano e ecológico de grande valor. Em segundo lugar, a ruralidade é caracterizada por uma relação com a localidade que parece ser o primeiro elemento de identificação dos rurais, e, por conseguinte, um dos núcleos da definição de ruralidade. O terceiro atributo da ruralidade, mais facilmente aceito na literatura científica, é o espírito comunitário dos rurais. A ruralidade é, portanto, uma realidade concreta que pode também ser caracterizada pelas seguintes dimensões, que são recorrentes na literatura sociológica: estreitas relações interpessoais, uma tradição de solidariedade, de hospitalidade e ajuda mútua, uma grande sensibilidade com o patrimônio, uma estreita relação com o espaço e o ambiente natural, uma forte sentimento de identidade que anima as culturas rurais diversificadas.” (op. cit., tradução livre).

Entende-se, com isso, que os pequenos aglomerados até 20 mil habitantes e aqueles cuja população urbana seja de até 20 mil habitantes (os chamados *pequenos municípios*) 'nem sempre signifiquem acesso a uma experiência urbana'; e, portanto, possam ser ainda considerados rurais. No entanto, como nos lembra a autora:

Na verdade, não se trata simplesmente de afirmar ou negar o caráter urbano destes aglomerados, tomados globalmente, mas sobretudo de tentar entender as funções que elas exercem no chamado "sistema urbano". A este respeito, parece-me importante não minimizar o seu significado, enquanto expressão de um "ethos urbano", que precisamente, organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana. (...) Mas, por outro lado, parece evidente que estas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana (WANDERLEY, 2001, p. 5)

Esses pequenos aglomerados possuem, portanto, particularidades próprias em relação ao sistema urbano, às áreas de concentrações populacionais e ou regiões metropolitanas¹⁴, e devem ser analisados ainda em relação às suas particularidades históricas. Mas não deixam de exercer sua função no sistema urbano, como disse a autora, e que precisa ser compreendido.

Esse entendimento do meio rural que se tem assumido mais recentemente na sociedade brasileira, só é possível, segundo Wanderley (2000b), a partir da observação de três constatações que se referem à essas particularidades históricas dos espaços rurais brasileiros, em sua diversidade. A primeira constatação está relacionada ao fato de que a grande propriedade fundiária é a forma dominante de controle da terra no meio rural brasileiro. A segunda, "refere-se ao fato de que o meio rural e sua população recebem no Brasil, uma definição oficial muito particular, da qual decorrem consequências importantes para o dinamismo interno destas áreas" (WANDERLEY, 2000b, p.31) – ao qual concordamos e trataremos com mais vagar a frente. E a terceira constatação, ainda segundo a autora, refere-se ao fato de que:

apesar de ter avançado na direção das cidades interioranas, o processo de descentralização econômica é ainda insuficiente e irregular, de modo que os efeitos benéficos da presença de plantas industriais e de empresas de serviços sobre as áreas rurais tendem também a se concentrar em

¹⁴ Sobre sistema urbano, áreas de concentração de população e regiões metropolitanas, ver IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP (1999); IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES (2000); CASTELLO BRANCO (2003), MOURA (2009), MOURA E CINTRA (2011).

determinadas áreas, não se constituindo como um quadro geral que tenha modificado, em seu conjunto, a paisagem e as relações sociais do mundo rural brasileiro. (WANDERLEY, 2000b, p. 31-33)

Isso nos ajuda a entender que, conforme a autora, há uma *trama social e espacial específica* nos pequenos municípios que gera, simultaneamente, a dinâmica interna e externa desses locais; e que é constituída por cinco dimensões complementares: do exercício das funções propriamente urbanas, da intensidade do processo de urbanização, da presença do mundo rural, do modo de vida dominante, e, da dinâmica da sociabilidade local.

A sede municipal destes pequenos municípios, independente do seu tamanho, é o espaço central do poder municipal onde são exercidas as funções propriamente urbanas, onde se concentram as atividades administrativas, e se organiza e centraliza as atividades econômicas e sócio-políticas. Nestes municípios o processo de urbanização é frágil, uma vez que a concentração das atividades econômicas e da oferta de serviços se dá nos médios e grandes centros urbanos, apresentando certa precariedade do ponto de vista dos recursos disponíveis. São municípios que apresentam uma considerável proporção de população rural em relação ao conjunto da população total, uma considerável proporção de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias em relação ao total de ocupados no município, bem como a existência de parcela dos ocupados na agropecuária residentes na sede municipal. (WANDERLEY, 2001, p. 5-6)

Essa dinâmica apresentada pela autora é resultado de sua observação no estudo dos pequenos municípios pernambucanos, da região nordeste brasileira. Ali, “cuja população rural é majoritária e cuja atividade principal é a agropecuária, tanto a trama espacial e social, como as trajetórias de desenvolvimento são preponderantemente rurais” (WANDERLEY, 2001, p. 6). Nesses casos, o desenvolvimento local se baseia em dois eixos fundamentais: numa política de desenvolvimento rural “entendida, genericamente, como a valorização das potencialidades (rurais) do município” (Idem, p.7), e na função de intermediação que as pequenas cidades exercem entre os espaços rurais e o sistema de cidades.

Recentemente, a autora tem chamado a atenção para a função que os pequenos municípios exercem dentro de suas regiões e também no chamado sistema de cidades, que é importante “compreender os processos de reprodução do mundo rural não mais sob a égide da civilização agrária, mas inseridos em uma sociedade urbano industrial.” (WANDERLEY, 2009b, p.62) Essa compreensão deve levar em conta os processos de industrialização e de urbanização associados às condições concretas e históricas que os conformam, pois o perfil atual específico

apresenta a seguinte constatação: “a urbanização brasileira gerou uma enorme gama de pequenos municípios pouco ‘urbanos’; os setores industriais e de serviços permanecem ainda fortemente concentrados nas grandes cidades [...]; e a propriedade da terra permanece altamente concentrada.” (Idem, p. 63)

Coerente com o que apontam as metodologias internacionais, que trataremos mais a frente, Wanderley destaca a importância das relações existentes entre o mundo rural e o urbano, e por sua vez entre os pequenos municípios e as aglomerações urbanas, que vão marcar a ruralidade brasileira atual. É esclarecedora a sua defesa do desenvolvimento rural pelo “desenvolvimento das qualidades do rural” e não pela urbanização do campo, uma das teses mais difundidas na área.

O que está em questão, aqui, são as relações que se estabelecem entre o mundo rural e o mundo urbano, que expressam o significado da ruralidade na sociedade contemporânea. Este é um tema recorrente nos nossos debates, que se cristalizam em duas posições opostas: de um lado, estão aqueles para quem tudo é ou será urbano, numa relação assimétrica, de continuum entre os dois polos, pela qual o “urbano” termina por transformar o “rural” à sua imagem e semelhança; de outro lado, encontram-se aqueles que defendem **a profunda interdependência entre o campo e a cidade**. Neste último sentido, ao qual me filio com plena convicção, **o desenvolvimento rural, ao contrário de ser a superação do rural, pela urbanização do campo, é o desenvolvimento das qualidades do rural, que dizem respeito, como já afirmei, à sua particular relação com a natureza e particular forma de vida social**. A respeito desta questão, faço minhas as palavras de Jacques Choncho, que preconiza: ‘Terminar con la falsa idea que todo el progreso y toda la modernización deben ser urbanos. Esa es la tendencia del mundo actual que al mismo tiempo crea marginalización urbana’.” (WANDERLEY, 2010, p. 37 - *grifos nossos*)

Nossa compreensão acompanha o entendimento de Wanderley sobre o mundo rural e as relações campo-cidade, bem como ainda outros autores que estão em sintonia com tal perspectiva de análise. Wanderley, inclusive, parece responder hoje a seguinte questão mobilizadora feita por Abramovay (2003, p.19), anos atrás: “como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)?”

Os impactos políticos da resposta a esta pergunta teórica e metodológica são óbvios: se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades — mas que estas próprias não podem produzir — então a noção de

desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural. (ABRAMOVAY, 2003, p. 20-21 - grifos no original)

Entre os estudos sobre o conceito de “rural”, como nos lembra (DU PLESSIS *et.al.*, 2001) há muitos com pontos de vista diferentes e variados entre si; enfatiza que:

*D’ailleurs, on débat depuis longtemps la question de savoir si le terme “rural” correspond à un concept géographique, c’est-à-dire à un emplacement bien délimité sur une carte, ou s’il représente une notion sociale comme une communauté d’intérêts, une culture ou une façon de vivre.*¹⁵ (DU PLESSIS *et al.*, 2001, p.4)

Da mesma forma que Du Plessis *et al.* faz a distinção entre o rural como uma área física delimitada, e o rural como categoria social, Halfacree (1993) também faz a mesma observação defendendo a abordagem do rural como uma representação social:

*I have argued that the problem in the literature stems from a failure to distinguish between the rural as a distinctive type of locality and the rural as a social representation - the rural as space and the rural as representing space - confounded by other difficulties, such as the inadequate conceptualization of space.*¹⁶ (HALFACREE, 1993, p.34).

Carmo (2009, p.269) em seu artigo “A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação”, mostra que a mudança do espaço rural provocada pelos processos de urbanização “tem sido interpretada a partir de diferentes perspectivas que tendem a enfatizar determinado fator em detrimento de outros” e elenca “três visões teórico – empíricas que, para além de enquadrarem os diferentes modos de ver o mundo rural, apresentam estudos relativamente pormenorizados sobre determinadas realidades concretas.” Um resumo dessas três visões teórico-empíricas é a seguinte:

A primeira perspectiva, que pode ser denominada de “eclipse do mundo rural”, entende que o processo de urbanização não só é irreversível, como tende a invadir a sociedade rural, no sentido de dismantelar a maior parte

¹⁵ “De fato, o debate depois de muito tempo, continua sendo a questão de saber se o termo “rural” corresponde a um conceito geográfico, isto é uma localização bem delimitada sobre um mapa, ou se ele representa uma noção social com uma comunidade de interesses, uma cultura ou um modo de vida” (*op.cit.*, tradução livre)

¹⁶ “Argumentei que o problema na literatura decorre de uma falha em distinguir entre o rural como um tipo distintivo de localidade e do rural como uma representação social - o rural como espaço e o rural como espaço de representação - confundidos por outras dificuldades, como a concepção inadequada do espaço.” (*op.cit.*, tradução livre)

das estruturas tradicionais. Estas tendem a ser progressivamente substituídas pelos fatores de modernização, nomeadamente por formas estruturais de recomposição social e respectiva assimilação, por parte das populações, de modos e estilos de vida urbanos. Segundo esta perspectiva, o meio rural, ou tende a ser colonizado pela cidade – e, portanto, a periurbanizar-se –, ou vai-se paulatinamente marginalizando e desaparecendo, por intermédio da contínua drenagem demográfica e pelo envelhecimento. [...] **A segunda visão** considera que o espaço rural está de fato a sofrer um conjunto de mutações que derivam da urbanização, mas que ocorrem tendo por base um processo de confronto e de negociação com as estruturas tradicionais. No entender desta perspectiva, o mundo rural e, sobretudo, o mundo camponês tende a resistir (e também a adaptar-se) à generalização da sociedade urbana de cariz capitalista. Assim, se a visão anterior define um *continuum* no qual o pólo urbano tende a invadir as zonas rurais, essa perspectiva entende que se estabelece uma maior gradação entre os pólos que constituem esse mesmo *continuum*. Esta gradação se expressa na capacidade de resistência de certas práticas tradicionais, como é o caso das modalidades de agricultura familiar, que não só persistem como se reconfiguram em função das recomposições profissionais desenvolvidas no seio da família camponesa. [...] **Por fim**, emerge com especial relevo, a partir dos anos 90, uma visão que não apregoa o fim do espaço rural nem o caracteriza como um repositório de resistências ante a urbanização. Para esta perspectiva, certas zonas rurais tendem a emancipar-se em relação à noção de *continuum* urbano-rural, na medida em que integram fatores próprios de dinamismo socioeconômico e sociodemográfico. A obra de Bernard Kayser intitulada *La Renaissance Rurale* (1990) representa o marco principal desta nova concepção, que identifica, entre outros aspectos, um crescimento demográfico e um aumento dos efetivos a trabalhar em sectores não agrícolas em determinadas zonas rurais. Segundo esta visão, o rural pode gerar desenvolvimento, no sentido de atrair e de promover certas áreas de produção industrial e de prestação de serviços (sejam eles comerciais, turísticos, lúdicos, etc.). A gradual perda de importância social e econômica da agricultura desencadeou, por parte dos agentes locais (indígenas ou imigrantes), a necessidade e a capacidade (ou a inevitabilidade) de dinamizarem atividades alternativas de carácter não agrícola. (CARMO, 2009, p. 269-272 – *grifos nossos*)

Partindo das três perspectivas analíticas, a presente tese se aproxima mais das duas últimas, ao entender que, de um lado, existe uma gradação entre as megalópoles, metrópoles, cidades médias e pequenas, vilas, povoados e campos, e que especificamente nos pequenos municípios, a ruralidade se expressa como o local de vida e de trabalho da agricultura familiar e como local de uma aparente resistência frente aos avanços da modernidade; como também, considera a perspectiva contemporânea de um rural que também contempla características próprias, de um dinamismo próprio, como veremos nos capítulos posteriores.

No tópico a seguir, apresentaremos as definições oficiais existentes no Brasil e no exterior que se apresentam muito mais ligadas à interpretações do rural como localidades geográficas do que o que propõe a análise sociológica contemporânea.

1.2 – Definição oficial de rural no Brasil

No Brasil, desde o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938 (BRASIL, Coleção de Leis, 1938a), a delimitação do rural é feita via definição administrativa, do perímetro urbano do município, definido por lei municipal. (VEIGA, 2001a; BERNARDES, SANTOS e NALCACER, 1983) Essas delimitações são mais conhecidas a partir do uso de informações divulgadas pelos órgãos públicos, em especial, às oriundas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Segundo consta na documentação do mais recente Censo Demográfico realizado pelo Órgão, o domicílio é classificado como “domicílio de situação urbana ou rural”, segundo a sua localização:

Os domicílios de situação urbana são aqueles localizados nas áreas urbanas, que são as áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definido por Lei Municipal. As áreas urbanas são classificadas em área urbanizada, área não urbanizada e área urbana isolada. **Os domicílios de situação rural são aqueles localizados nas áreas rurais, definidas como áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros aglomerados.** (IBGE, 2012c, *grifos nossos*)

A população rural é comumente definida como aquela que não é urbana, isto é, pelo seu oposto, e os critérios de sua definição tem sido explorados no Brasil por diversos autores ao longo da última década, dentre os quais destacam-se: Abramovay (2003, 1998/1999, 1998), Schneider (2010, 2008, 2000, 1997), Brandenburg (2005), Blume (2004), Favareto (2006), Schneider e Blume (2004), Veiga (2006, 2004, 2002, 2001a, 2000), e sobretudo Wanderley (2011, 2010, 2009a, 2009b, 2003a, 2003b, 2002, 2001, 2000a, 2000b, 1999a, 1999b, 1998, 1997, 1995, 1985). Todos esses autores trazem para o debate as contribuições da literatura internacional sobre o tema destacando que a definição oficial em voga no Brasil tem sido insuficiente para analisar com profundidade as mudanças demográficas, sociais e econômicas que ocorrem nas diversas localidades brasileiras.

De modo geral, pode-se afirmar que a delimitação administrativa oficial cumpre o seu papel principal desde os tempos do Império que é o de mapear as áreas territoriais passíveis de arrecadação de imposto urbano. E não menos

importante, a partir da República, essa delimitação serve de base para os processos eleitorais no Brasil. Num apanhado geral da legislação específica no país, destacamos a memória histórica dos principais registros a respeito.

O Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871 (BRASIL, Coleção de Leis, 1871), não é o primeiro registro efetivo da delimitação administrativa oficial, porém marca a criação da primeira instância a respeito, a Diretoria Geral de Estatística – mais tarde Departamento Nacional de Estatística e depois o seu desdobramento dentro dos planos de criação do Instituto Nacional de Estatística. Em seu capítulo 1º, intitulado Da Diretoria Geral de Estatística e dos trabalhos a seu cargo, entre as tarefas de incumbência da referida Diretoria dá-se importância aos registros administrativos, sendo eles reportados à população ou ao território, considerando toda a subdivisão intra-território. Nota-se com essa criação a preocupação em centralizar as informações estatísticas da população em um órgão geral da administração, nesse caso, no regime imperial.

Esses registros referidos à população passaram a ser divulgados conjuntamente com os dados concernentes ao território que compreendiam a situação geográfica do Império (latitude e longitude) e também a divisão administrativa da época, relacionada às províncias e municípios. Outras divisões também compuseram esse mapeamento, relativas às áreas judiciária (distritos de tribunais de segunda instância, comarcas, termos e julgados de paz), eleitoral (províncias, distritos e colégios eleitorais e assembleias paroquiais), eclesiástica (dioceses, paróquias e capelas curadas), e ainda as divisões do território de cada província, município e paróquia em relação às suas divisões administrativas vizinhas, número de propriedades, natureza das propriedades e diferentes categorias de propriedades. (BRASIL, Coleção de Leis, 1871) Esse monumental esforço na reunião de dados da população e do território brasileiro demonstra que o levantamento estatístico considerava a integração das informações de todas as instâncias possíveis visando o recenseamento populacional, tanto no que diz respeito aos registros de natalidade, mortalidade, matrimônio, bem como o número populacional segundo as diferentes divisões territoriais de cada província, e ainda outros aspectos.

Essa importância dada às delimitações territoriais e populacionais teve a finalidade de informar e orientar os interesses da organização administrativa pela via

dos levantamentos estatísticos. A esse respeito, mais tarde, foi criada uma série de decretos visando a criação e normatização do Instituto Nacional de Estatística, o INE, órgão que precedeu o atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Dentre as leis, destacam-se: o Decreto nº 1.022, de 11 de Agosto de 1936 (BRASIL, Coleção de Leis, 1936), que aprovou e ratificou a Convenção Nacional de Estatística, “um instrumento de acôrdo inter-administrativo” com 32 cláusulas/artigos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1936) e que normatizou efetivamente a organização e o funcionamento do INE criado pelo Decreto n. 24.609 de 6 de julho de 1934 (BRASIL, D.O.U. de 14 de jul. 1934); e o da criação do Conselho Nacional de Estatística pelo Decreto n.1.200 de 17 de novembro de 1936 (BRASIL, D.O.U., 19 de nov. de 1936). Com a reorganização e ampliação dos serviços de estatísticas nacionais o anterior Departamento Nacional de Estatística, conforme o artigo 4º da criação do INE, foi desdobrado na Diretoria de Estatística Geral e no Departamento de Estatística e Publicidade.

No que se refere especificamente ao entendimento de rural e urbano, a cláusula 15ª do Decreto nº 1.022/36 ditou a ordem de fixação dos limites e da área do que denominou “quadro urbano” da cidade ou da vila sede do município, constando da orientação para que fosse feita, pelos municípios, a classificação da população identificada em urbana e rural:

Em complemento ao disposto na clausula precedente [a 14ª, relacionada à divisão dos territórios], e, tendo em vista que a medida é necessaria não só para fins geraes da administração, mas principalmente para classificar a população do Paiz em "urbana" e "rural", com os respectivos coefficients de densidade, as Altas Partes Federadas propõem-se, como objectivo commum, a ser conseguido pelas medidas que a organização de cada Estado permittir, que todas as municipalidades fixem ainda este anno, determinando-lhe os limites e a área, o "quadro urbano" da cidade ou villa séde do municipio, ficando tambem assentado que esse quadro só possa ser modificado por acto do respectivo Governo, no qual venham referidos os novos limites e o acréscimo de área resultante da alteração. (BRASIL, Coleção de Leis, 1936)¹⁷

Entretanto, esse decreto não especifica a finalidade da fixação do referido “quadro urbano”. Sabe-se que tais delimitações oficiais eram utilizadas nos recenseamentos da população em aplicação no Brasil a partir do ano de 1940, com base em diversos motivos de ordem técnica, política, administrativa e econômica. Os

¹⁷ Daqui em diante, foi preservada a grafia original do texto para todas as citações.

dados obtidos pelos recenseamentos populacionais subsidiavam desde aquele momento de 1938 e até hoje, a definição do número de deputados de cada Estado ou do Distrito Federal, definição esta baseada em lei especial. Em relação aos motivos de ordem política, por exemplo, o Decreto-Lei nº 237, de 2 de fevereiro de 1938, assim justifica:

A fim de atender as demandas de ordem política, os recenseamentos eram os únicos meios que os Poderes Executivo e Legislativo dispõem para 'o imprescindível conhecimento numérico dos problemas nucleares do complexus econômico e social brasileiro.' (BRASIL. Coleção de Leis, 1938b)

A União, visando atender as demandas constitucionais para a realização do Censo Demográfico de 1940, bem como aos diversos motivos que a mobilizam, publica o Decreto-Lei nº 311/38 que dispõe sobre a divisão territorial do país. (BRASIL. Coleção de Leis, 1938a) Esse Decreto foi elaborado com base no Artigo 5º da Constituição de 1934 que conferiu à União: a competência de resolver definitivamente os limites do território nacional (item IV) e fazer o recenseamento geral da população (item XVII) (BRASIL, D.O.U de 16 de jul. 1934).

Ainda nesse Decreto de 1938(a) são expressas as disposições exigidas na divisão territorial dos municípios em distritos ("Art.2º - Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com seriação ordinal."). A respeito da sede do município no artigo 3º: "A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome." Quando houver apenas um distrito, denominado distrito sede, este recebe o mesmo nome da cidade; se houver mais de um distrito, os distritos que não forem o distrito sede, receberão a categoria de vila, como consta do artigo 4º: "O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila." (BRASIL. Coleção de Leis, 1938a)

A exigência da delimitação do quadro urbano e rural foi baseada naquela Convenção Nacional de Estatística de 1936, sendo a mesma questão incorporada nos artigos 11º e 12º do Decreto-Lei de 1938(a) que passou a informar a quantidade mínima de moradias para a criação de distritos e municípios:

Art. 11. Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias. Art. 12. Nenhum município se instalará sem que o

quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias.(BRASIL. Coleção de Leis, 1938a)

Note bem que, até o momento do referido decreto, não encontramos na legislação federal qualquer explicação acerca do que distinguiria a população urbana e rural. A primeira caracterização do que seria convencionado urbano adveio da origem do que se instituiu mais tarde por Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU. Esse imposto foi denominado originalmente de “Décima Urbana”, pois era a cobrança de dez por cento/ano do rendimento líquido dos “prédios urbanos”, cobrado pelo órgão do Império denominado Superintendência da Décima, do Alvará de 27 de junho 1808. (BRAZIL. Coleção das Leis, 1808) A delimitação de urbano neste alvará se refere apenas a situação de sua localização (e condição da propriedade), sendo o que consta:

Os proprietarios de todos os predios urbanos que estiverem em estado de serem habitados, desta Corte e de todas as mais Cidades, Villas e Logares notaveis situados á beiramar neste Estado do Brazil e de todos os meus Dominios [...] Os predios urbanos serão reputados todos aquellos que, segundo as demarcações das Camaras respectivas, forem comprehendidos nos limites das Cidades, Villas e Logares notaveis. (BRAZIL. Coleção das Leis, 1808, equivalentes a artigos I e II).

Decretos posteriores ao Alvará imperial mencionam o urbano e o rural para fins de cobrança de imposto, com alguma caracterização como é possível observar no Decreto-Lei nº 157, de 31 de Dezembro de 1937 (BRASIL. Coleção de Leis, 1937), que dispõe sobre a arrecadação dos impostos predial e territorial na Prefeitura do Distrito Federal (município do Rio de Janeiro). Nele, segundo o Artigo 3º, a taxa do imposto é calculada segundo a localização dos prédios: se na *zona urbana e suburbana* com calçamento ou esgoto, a taxa é de 12%, se não houver esgoto nem calçamento é de 10%; se situado na *zona rural* com calçamento é de 8%, se não houver calçamento é de 6%. Para facilitar a compreensão sobre o rural e o urbano, a lei explicita em capítulo próprio (Título III, Da Arrecadação; Capítulo I – Das Zonas) no único artigo, as divisões por localização:

Art. 29. Para os efeitos da taxação dos impostos predial e territorial será observada a seguinte divisão:

a) **zona urbana** – a formada pelas circunscrições de “Candelária”, “São José”, “Santa Rita”, “Sacramento”, “São Domingos”, “Ajuda”, “Santo Antônio”, “Santa Tereza”, “Gloria”, “Lagôa”, “Gavea”, “Copacabana”, “Santana”, “Gambôa”, “Espírito Santo”, “Rio Comprido”, “Engenho Velho”,

“São Cristóvão”, “Tijuca”, até o início da “Estrada Nova da Tijuca”, ou “Raiz da Serra”, “Andaraí”, “Engenho Novo”, “Meyer”, “Inhauma”, na parte esgotada pela Cití, “Piedade” e “Ilha de Paquetá”;

b) **zona suburbana** – a formada pelas circunscrições de “Tijuca”, “Inhauma”, “Piedade” e “Ilhas”, não compreendidas na zona urbana;

c) **zona rural** – a formada pelas circunscrições de “Penha”, “Irajá”, “Pavuna”, “Madureira”, “Realengo”, “Anchieta”, “Jacarépagua”, “Campo Grande”, “Guaratiba” e “Santa Cruz”. (BRASIL. Coleção de Leis, 1937 – *grifos nossos*)

A aplicação da taxação de impostos baseada nas delimitações dos quadros urbano/suburbano e rural também consta do Decreto-Lei nº 968, de 21 de Dezembro de 1938 (BRASIL. Coleção de Leis, 1938c), que fixa a divisão territorial administrativa e judiciária específica do Território do Acre. Nesse também consta uma maior incidência da taxa de imposto à existência de melhoramentos tais como esgoto ou calçamento. Após a promulgação do Decreto-Lei n. 311/38, essa caracterização do quadro urbano e suburbano existente no referido decreto, se mantém décadas depois, para fins de tributação. É o que se observa da Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 (BRASIL. Coleção de Leis, 1966), que dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Em seu Capítulo III, Impostos sobre o Patrimônio e a Renda, na Seção II, relacionada ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, em seu Artigo 32º permite observar uma melhor definição do que seria entendido por “zona urbana”:

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água; III - sistema de esgotos sanitários; IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado. (BRASIL. Coleção de Leis, 1966)

A definição e a categorização do que seja urbano, como o apresentado nesse excerto, obteve, na Lei de 1966, maior atenção, mesmo porque os serviços públicos ofertados à população urbana ampliaram-se do calçamento ou esgotamento que constava do Alvará de 1808. Outros parâmetros definiriam a zona urbana: o sistema de canalização das águas pluviais, o abastecimento de água, o sistema de esgotamento, a rede de iluminação pública, a existência de serviços essenciais

próximos ao local de moradia como saúde ou educação pública. Entende-se com isso que as primeiras definições de urbano e rural na legislação nacional serviram para fins de delimitações administrativas, para a organização do território e principalmente para fins de tributação - definições incorporadas no recenseamento geral da população instituído em 1940 (Decreto-Lei nº 237/38[b]), e mantidas até hoje.

Especificamente no Censo Demográfico de 1940 (IBGE, 1951) é possível observar um certo conflito entre o definido pelo Decreto-Lei nº 237/38b, do recenseamento geral, e o que recomendavam os órgãos estatísticos acerca dos critérios demográficos correntes:

Na apuração do Censo de 1940 a população foi discriminada em "urbana", "suburbana" e "rural", em correspondência com os quadros administrativos dos Municípios e Distritos. Embora em sentido demográfico somente se considere, usualmente, urbana a população aglomerada em centros dotados de um mínimo de serviços coletivos e cujos habitantes se dediquem em maioria a atividades alheias à vida rural, ou sejam em número excedente de certo limite, o critério em que assentou a definição dos quadros urbano, suburbano e rural dos Municípios e Distritos, no Brasil, foi estabelecido, com sentido praticamente mais lato, mas caracterizado de modo estrito em função dos foros políticos e administrativos conferidos às diferentes áreas e comunidades, pelo Decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938, que fixou normas sistematizadoras para a divisão territorial do país. Na delimitação das áreas urbana e suburbana, da alçada dos Governos Municipais, o quadro da "vila", sede distrital, deveria abranger, em conjunto, pelo menos trinta moradias; e o quadro da "cidade", sede municipal, por sua vez, alcançar o mínimo de duzentas moradias. A apuração dos habitantes dos quadros urbano e suburbano viria revelar, como de fato revelou, a real significação social desses núcleos, a par das anomalias que se verificam frequentemente na elevação de localidades à categoria de sedes administrativas. (IBGE, 1951, p.xiv)

Desse excerto entendemos que, em “sentido demográfico” a questão da atividade dos habitantes seria dado “usual” para categorizar a população. Porém, ao se fixarem “normas sistematizadoras para a divisão territorial do país”, os municípios deram mais visibilidade aos fatores de “foro político e administrativo” cuja delimitação (administrativa) por número de moradias sugere ter gerado “anomalias” na elevação de localidades a categorias de sedes, que a apuração dos habitantes veio posteriormente a revelar. Note que não houve, no Censo Demográfico de 1940 (IBGE, 1951), a apresentação de qualquer definição de rural, uma vez que é apenas o excerto transcrito que define o tema (população urbana, suburbana e rural). Apesar da ausência no Censo de 1940, o critério do que seja rural consta do censo

posterior, o Demográfico de 1950, no item que descreve a situação do domicílio. Neste, o rural é conceituado por oposição em relação ao urbano:

A população é distribuída, segundo a situação do domicílio, pelos quadros urbano, suburbano e rural, definidos pelo Decreto-lei no 311, de 2 de março de 1938 e fixados pelo Governo Municipal. **Como quadros urbanos e suburbanos entendem-se as áreas correspondentes às Cidades (sedes municipais) ou às Vilas (sedes distritais). O quadro rural abrange toda a área situada fora dos limites das Cidades e Vilas.** (IBGE, 1955, p. xiii – *grifos nossos*).

Então, o que está situado “fora dos limites das cidades e vilas” é rural, segundo o Censo de 1950. Ainda assim, a questão não parece ter sido amplamente clara para todos os municípios do Paraná, pois a falta de delimitação dos quadros urbano e suburbano prejudicou, à ocasião do censo, a apresentação dos resultados segundo os domicílios de algumas vilas do estado, como se vê da notação a seguir:

A falta de delimitação dos quadros urbano e suburbano prejudicou a apresentação dos resultados, segundo a situação dos domicílios, correspondentes às seguintes localidades: Vila de Guajuvira, do Município de Araucária; Vila de Guairacá, do Município de Guarapuava; Vilas de Catanduvas, e Virmond, do Município de Laranjeiras do Sul; Vila de Manoel Ribas, do Município de Pitanga; Vila de Soares, do Município de Rio Azul e Vila de Pinaré, do Município de União da Vitória. (IBGE, 1955, p. xiii)

A delimitação do rural, portanto, continua a ser a administrativa e territorial. Nos Censos Demográficos subsequentes, de 1960 e também o de 1970, esse critério permanece inalterado sob a seguinte redação: “População urbana e rural - Considerou-se População urbana a recenseada nas Cidades e Vilas (Quadro urbano e suburbano); a População rural constituiu-se da recenseada fora dos limites das Cidades e Vilas” (IBGE, 1961, p. xi; IBGE, 1973, p. xxvii, incluindo a situação da população do Estado da Guanabara). É importante mencionar que, do ponto de vista da organização e tabulação dos dados, toda a operação se pautava por convenções internacionais. Inicialmente pela Liga das Nações, com o Censo de 1940 e depois por outras instâncias:

O Recenseamento Geral de 1950 atendeu às solicitações da Organização das Nações Unidas, integrando-se no Censo das Américas de 1950, patrocinado pelo Instituto Interamericano de Estatística [IASI]. O Recenseamento Geral de 1960 seguiu também as diretrizes básicas recomendadas pelos organismos internacionais, adotando o Programa Mínimo formulado pelo IASI, que visa assegurar a uniformidade de

conceitos e a comparabilidade dos resultados do censo das Nações Americanas. (IBGE, 1961, p.vi).

No Censo de 1980, apesar de se manter, no que diz respeito ao rural e urbano, equivalente às definições dos censos anteriores, foi adicionada uma nova categoria, o ‘aglomerado rural’, mostrando que as delimitações administrativas definidas por lei municipal estavam se tornando insuficientes para incorporar outras formas de povoamento que anteriormente poderiam ser classificadas como populações dos quadros urbano, suburbano ou rural. Aliás, a partir desse censo, o quadro “suburbano” cai em desuso:

A população é classificada segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal. Na *situação urbana* consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitadas pelas respectivas posturas municipais vigentes em 31 de agosto de 1980; a *situação rural* abrange a população e os domicílios recenseados fora dos limites daquelas áreas, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais, etc.). (IBGE, 1983, p. xxvi - grifos nossos).

Percebe-se no referido Censo que os critérios administrativos definidos pela legislação municipal já não eram mais suficientes para explicitar os diferentes tipos de povoamento que se desenvolviam dentro dos limites municipais. As transformações espaciais ocorridas ao longo da década de 1980, fizeram com que, no Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 1991), houvesse ainda novas subcategorias de análise relacionadas à situação urbana e rural, a saber:

Situação do domicílio - Segundo a localização do domicílio, a situação pode ser urbana ou rural, definida por lei municipal em vigor em 1º de setembro de 1991. Como SITUAÇÃO URBANA consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às Cidades (Sedes Municipais), às Vilas (Sedes Distritais) ou às Áreas Urbanas Isoladas. A SITUAÇÃO RURAL abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. (IBGE, 1991, p. 11).

Em razão do forte processo de urbanização, e por outro lado, de uma possível *urbanização incompleta* como afirma Vilmar Faria (1991), entre outros, as documentações dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010, apresentam sensível ampliação dos tipos de localidade que não constavam de versões anteriores, sendo eles, ao todo: *cidades, vilas, áreas urbanizadas, áreas não urbanizadas, urbana isolada, aglomerado rural, aglomerado rural do tipo extensão*

urbana, povoado, núcleo e outros aglomerados. É de se notar uma maior especialização dos assuntos sobretudo os que se seguem ao Censo de 1991, com uma ampliação considerável dos conteúdos e de sua tabulação, o que denota um considerável esforço dos órgãos censitários em acompanhar, de certo modo, a amplitude e a complexidade da organização social brasileira no período.

Contudo, algumas *permanências* inquietam os cientistas sociais e demográficos. A utilização, ainda hoje, das definições administrativas e territoriais de rural e urbano, cuja história denota a finalidade arrecadatória como a apresentamos, tem, desde os resultados do Censo Demográfico 2000, rendido uma série de debates no meio acadêmico/científico, dos quais se destacam: Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga e Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Destes, o Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), José Eli da Veiga, foi quem obteve maior difusão fora dos círculos acadêmicos, em razão da veiculação da coluna quinzenal a seu cargo no jornal *O Estado de São Paulo*¹⁸ e ainda outros a que teve acesso, todos disponibilizados em seu sítio pessoal (<http://www.zeeli.pro.br>).

Um dos polêmicos artigos intitulado *Ilusão de um País Urbano*, publicado em 30 de dezembro de 2000, o Professor apresentava uma das primeiras leituras críticas às interpretações da taxa de urbanização oficial anunciada a 81,25% pelos resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2003)¹⁹. À época, Veiga ironizava se seria...

...alguma heresia negar que mais de 80% do Brasil seja urbano? Quase todo mundo parece estar feliz com essa ilusão, talvez porque ela transmita confortável sensação de modernidade. Mas não passa de mera ficção estatística, cuja origem é uma convenção que atropela qualquer critério de geografia humana, para não dizer de bom senso. (VEIGA, 2000, p. 1)

A referida convenção é o Decreto Lei n. 311/38(a) que até o momento serve de base para as chamadas definições administrativas oficiais. Como os resultados

¹⁸ A coluna teve circulação quinzenal entre os anos de 1996 a 2002. Do final de 2000, período da veiculação dos resultados preliminares do Censo, ao final do ano seguinte, foram publicados vários textos, essencialmente com análises críticas sobre os resultados do Censo Demográfico e a rejeição à metodologia de interpretação do rural/urbano baseada na determinação oficial de 1938.

¹⁹ Conforme consta na Metodologia do Censo Demográfico 2000, essa publicação “foi o primeiro retrato da população brasileira e teve, além de outros objetivos, fornecer subsídios ao Tribunal de Contas da União para o estabelecimento das cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.” (IBGE, 2003).

do Censo Demográfico 2000 atingiram à época um maior público em relação à divulgação promovida pelos meios de comunicação que os censos anteriores, surgiram várias interpretações acerca desse processo de urbanização que, para o autor, estavam baseadas numa “ilusão estatística”. Ilusão essa causada pelas interpretações estatísticas que se originavam do referido indicador (a taxa de urbanização), sem levar em consideração qualquer característica dos municípios objetos de análise, como, por exemplo: o tamanho populacional dos mesmos, a localização em relação aos grandes centros urbanos, a presença de serviços básicos relacionados com educação, saúde; as oportunidades de trabalho, etc.

Na introdução do livro *Cidades Imaginárias* publicado em 2002, Veiga informa o seu propósito de “mostrar a necessidade de uma renovação do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização e de suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento que o Brasil deve adotar.” Para o autor:

...o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. Este País considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características [...] seja qual for sua função, dimensão ou situação (VEIGA, 2002, p. 31; 65).

Baseando-se em estudos internacionais, em especial os divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) (1996, 1994), Veiga, tomando o número de 5.507 sedes de municípios brasileiros existentes no ano de 2000, criticava o fato de que destes: 4.642 continham menos de 20 mil habitantes; se considerado o corte de 10 mil habitantes o total era de 3.887 sedes; e 1.176 sedes as que apresentavam menos de 2 mil habitantes; porém “todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais.” (VEIGA, 2002, p. 32)

Ainda nessa linha, Veiga observou que os 70% dos municípios brasileiros até 20 mil habitantes apresentavam densidade populacional inferior a 40 hab/km². Esse valor é muito abaixo do parâmetro internacional da OCDE que considera a densidade de 150 hab/km² para definir uma localidade urbana. “Por esse critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos.” (VEIGA, 2002, p. 65) Esse dado revela a incongruência de interpretações sobre o caráter urbano e rural dos municípios brasileiros quando

comparados com definições internacionais. Estudiosos brasileiros se debruçam sobre o corte de 20 mil habitantes para definir os limites entre o rural e o urbano a fim de evitar essa caracterização para sedes muito pequenas. “Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%.” (VEIGA, 2002, p. 32)

Outro dado, porém, observado por Veiga é que muitos desses pequenos municípios com menos de 20 mil habitantes têm altas densidades demográficas e parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações. Tem-se aí dois indicadores que, segundo o autor, melhor caracterizam o fenômeno urbano. Nesse sentido, para se evitar a ilusão do alto grau de urbanização que a taxa de urbanização apresenta, a análise da configuração territorial deveria combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: o de sua densidade demográfica e o de sua localização. (VEIGA, 2002, p. 33)²⁰ Nesse particular, recuperamos, com Veiga, a ideia originária dos clássicos Sorokin, Zimmerman e Galpin (In: MARTINS, 1986), da necessidade de uma definição composta.

Passada uma década da publicação do livro, não se observou, contudo, por parte dos órgãos oficiais de estatística ou mesmo de pesquisa, a manifestação de qualquer classificação alternativa que pudesse rever o processo de urbanização brasileira suscitado pela taxa de urbanização adotada pelo IBGE a partir das delimitações administrativas. Em outros países, como veremos mais a frente, existem ao menos duas classificações que podem ser utilizadas em pesquisas analíticas sobre o processo de urbanização de seus países. No caso brasileiro, portanto, a crítica de Veiga ainda procede.

Tais questões são analisadas também por Maria de Nazareth Baudel Wanderley que considera os pequenos municípios como “espaços singulares de vida e de trabalho” (WANDERLEY, 2009a). No seu estudo denominado “Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural”, publicado em 2001, Wanderley traz uma série de autores que analisam as características dos pequenos municípios e a adequação deles ao conceito oficial de rural para fins administrativos. Segundo a autora, os processos de metropolização e de expansão das cidades

²⁰ Para o caso do Estado do Paraná, essa abordagem foi utilizada para refletir os resultados do Censo Demográfico de 2000 em estudo anterior; veja CINTRA, 2007.

médias, tem admitido outro efeito colateral, pois dada a sua importância de sua centralidade para a sociedade brasileira, acabam por atrair mais a atenção dos estudiosos, enquanto que “a pesquisa sobre os pequenos municípios parece permanecer à margem do interesse dos pesquisadores, sem que se formule sobre eles uma reflexão mais sistemática.” (WANDERLEY, 2001, p. 3)

No levantamento bibliográfico realizado por Wanderley, destacam-se autores que sugerem o uso de um patamar populacional para classificar a população urbana. Vilmar Faria (1984), por exemplo, destacaria o uso de pelo menos três critérios para definir a população urbana: o oficial do IBGE nos Censos, o de 20 mil habitantes vivendo em áreas urbanas (cidades e vilas) do município e o de mais de 20 mil habitantes na sede urbana do município (a cidade). Para ele, a população urbana corresponderia às “pessoas vivendo na sede urbana dos municípios”, e as cidades como “as sedes municipais com mais de 20.000 habitantes” (FARIA, 1984, p. 124 apud WANDERLEY, 2001, p. 3). Por outro lado, Martine e Garcia (1987), ao analisarem dados do Censo Demográfico de 1980, consideraram que apenas as aglomerações de 20 mil habitantes ou mais podem ser chamadas de cidades. Nesse sentido, as pequenas cidades, com população inferior a esse limite, não integrariam propriamente o “sistema de cidade”, sendo consideradas como “não-urbanas” (MARTINE e GARCIA, 1987, p. 59 apud WANDERLEY, 2001, p. 3).

A definição em 20 mil habitantes é recomendada internacionalmente. Segundo Martine e Camargo (1984, p.126), essa definição é “baseada num dos critérios operacionais sugeridos pela ONU (i.e. – o ‘urbano’ é constituído pelas localidades de 20 mil ou mais habitantes)”. Essa definição pode ser encontrada no *Review of United Nations Demographic Yearbook System*, publicado em 2003, pela Divisão de Estatística das Organizações das Nações Unidas, a ONU; e que diz o seguinte:

*In recent years the United Nations has not attempted to apply any international standard to defining the "urban" population, but has simply reported what countries report according to their individual definitions. These data are valuable, since they reflect local opinion as to what "urban" consists of in that country's geographical and social context. However, a single definition applied internationally (such as the 20,000+ cutoff adopted at times in the past) would also provide very useful data, and both approaches should be pursued if at all possible.*²¹ (UNITED NATIONS, 2003)

²¹ “Nos últimos anos, as Nações Unidas não tentaram aplicar qualquer padrão internacional para definir a população “urbana”, mas tem simplesmente informado o que os países divulgam de acordo com as suas definições individuais. Estes dados são importantes, pois refletem a opinião local sobre o

Entendemos a importância de um corte comum para fins censitários e demográficos, e anuímos à reflexão dos autores que compreendem o corte de 20mil habitantes razoável para delimitar rural e urbano no país. Os documentos internacionais tendem a nos informar a validade dessa recomendação. A esse respeito, dedicamos o próximo tópico, a pensar as definições do rural a partir dos mais recentes documentos demográficos das Nações Unidas.

1.3 – Definições internacionais

O Anuário Demográfico 2009-2010 das Nações Unidas (NATIONS UNIES, 2011, p.109-115), auxilia a pensar a definição de urbano e rural nos diferentes países membros, considerando os recenseamentos nacionais de cada um deles. Em razão disso, as comparações entre dados da população rural e urbana apresenta limitações em relação às diferenças nacionais, uma vez que a distinção entre o rural e o urbano é feita sob variadas formas. Quando as classificações envolvem divisões administrativas, as diferenças entre as populações refletem cada qual a terminologia ou área particular do seu país, e podem ser maiores do que realmente o são em virtude da diversidade de classificações. Mesmo termos semelhantes ou idênticos como 'cidade', 'vila' ou 'bairro' podem ter significados completamente diferentes. Contudo, aproximações podem ser feitas.

De modo geral, segundo o documento, as definições de urbano (e rural) entre os países constituintes podem ser reunidas sob três tipos principais: das localidades superiores a um certo patamar populacional; dos centros administrativos de pequenas divisões administrativas, sendo o restante da divisão considerado zona rural (é o caso do Brasil); das pequenas divisões administrativas classificadas como zonas urbanas a partir de um critério determinado, que pode ser referido ao tipo de administração local, ao número de habitantes ou ao percentual de população

que consiste o "urbano" no contexto geográfico e social dos países. No entanto, uma definição única aplicada a nível internacional (como o corte + 20.000 adotado às vezes no passado) poderia também fornecer dados muito úteis, e ambas as abordagens devem ser adotadas, se possível." (op.cit., tradução livre)

ocupada na agricultura. Da mesma forma que se observa no Brasil, o critério de definição do urbano e do rural em outros países está intimamente relacionado a questões de ordem histórica, política, cultural etc. de suas localidades; e quando o critério tem por base divisões administrativas tende, com o tempo, a tornar difícil a sua própria mudança, como nos informa o documento a seguir:

*La distinction entre régions urbaines et régions rurales est si étroitement liée à des considérations d'ordre historique, politique, culturel et administratif que l'on ne peut progresser que très lentement vers des définitions et des méthodes uniformes. Non seulement les définitions sont différentes d'une zone ou d'un pays à un autre, mais on n'y retrouve parfois même plus l'intention originale de distinguer les régions rurales des régions urbaines. Lorsque la classification est fondée, en particulier, sur le critère des circonscriptions administratives (comme la plupart le sont), elle a tendance à devenir rigide avec le temps et à décourager toute modification.*²² (NATIONS UNIES, 2011, p.109-110)

A definição de áreas urbanas ou rurais é baseada em critérios qualitativos e quantitativos que podem incluir qualquer combinação dos seguintes: tamanho da população, densidade populacional, distância entre áreas construídas, tipo predominante de atividade econômica, conforme a situação jurídica ou administrativa e características urbanas, tais como serviços específicos e instalações. (NATIONS UNIES, 2011, p. 110) Tem sido usual, entre os países observados, a variedade de critérios isoladamente ou em combinação para definir as localidades urbanas. E as definições são, na sua maioria, sob os seguintes tipos: administrativas, econômicas e geográficas - variando de país para país, e em alguns casos, de tempos em tempos. Em alguns países, como Chile e Peru, duas ou mais definições são mantidas lado a lado. Mas geralmente, as definições podem ser do tipo: administrativas (tipo de governo local, sede de governo de distrito), de tamanho das unidades administrativas, econômicas aplicadas às unidades administrativas, de zonas geográficas (zonas metropolitanas) e ainda outras definições. (UNITED NATIONS, 1974, p. 9) Tais definições para todos os países podem ser encontradas no documento *World Urbanization Prospects – The 2011 Revision* (UNITED NATIONS, 2012), no sítio virtual da Divisão de População das Nações Unidas.

²² “A distinção entre áreas urbanas e rurais está tão intimamente ligada às considerações histórica, política, cultural e administrativa que o processo de desenvolvimento de definições e métodos uniformes progride lentamente. Não são apenas as definições que diferem de um país para outro, ou de uma área para outra, elas podem deixar de refletir a intenção original para distinguir o urbano do rural. Quando o critério é estabelecido com base em divisões administrativas (como a maioria), ele tende a tornar-se rígido ao longo do tempo e resistente à mudança.” (op.cit. – tradução livre).

As diferentes definições de rural e urbano na América Latina foram estudadas por Dirven (2004) que verificou que os censos de população e suas pesquisas domiciliares utilizavam cinco definições amplas do termo rural que se baseavam nos seguintes aspectos: tamanho populacional máximo de uma localidade (ao redor de 2 mil pessoas na maioria dos países); no número de domicílios contíguos (Peru); em definições legais (Brasil, Equador, Guatemala, Uruguai); no fato de encontrar-se fora da chamada “cabeceira municipal”²³ (Colômbia, República Dominicana, El Salvador, Paraguai); e classificações baseadas em “características não rurais” (Costa Rica e Haiti). Segundo o autor, quase nenhum país utiliza exatamente a mesma definição que outro, e vários tem alterado suas definições ao longo dos anos. (DIRVEN, 2004, p. 51)

Os países latinoamericanos, mas poderíamos também estender à Europa e América do Norte, pelo menos, utilizam os critérios de tamanho populacional e densidade demográfica de formas muito variadas. (Quadro A1).

As definições encontradas em outros países a respeito das fronteiras entre rural e urbano já foram expostas por Wanderley (2001), Abramovay (2003), Veiga (2004), Blume (2004), Favareto (2006) e Kageyama (2008), os quais apresentam os diferentes critérios e tipologias.²⁴

Segundo levantamento feito por Abramovay (2003), algumas das classificações vigentes informam três formas dominantes de delimitação do rural entre os países: a *delimitação administrativa* que é usada no Brasil, o *peso econômico na ocupação da mão de obra da agricultura* e *certo patamar populacional*. Ao comentar a delimitação administrativa que é utilizada no Brasil, o autor apresenta as principais restrições que podem ser feitas a essa abordagem:

- o rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, nos quais as consequências fiscais da definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais; - desde que haja extensão de serviços públicos a um certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano: é assim que, no Brasil, as sedes de distrito com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como “urbanas”; e - o rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista. (ABRAMOVAY, 2003, p. 22)

²³ Termo genérico usual, que demarca a localidade de concentração do poder público municipal. No Brasil, o termo é equivalente ao *distrito-sede* do município que recebe o nome de *cidade*.

²⁴ Exemplos desses critérios com algumas definições vigentes (UNITED NATIONS, 2012, 1974) encontram-se no quadro em anexo (Quadro A1).

Para Abramovay o critério do patamar populacional seria o mais adequado que a delimitação administrativa e o peso econômico amplamente empregados, já que evita que se assimile forçosamente o rural ao isolado - a maior parte das *sedes de distritos* brasileiros, por esse critério, seria classificada como rural. Baseando-se nos dados da Contagem da População de 1996, o autor apresenta alguns exemplos de outras interpretações para o rural brasileiro. Caso fosse adotado a classificação italiana ou espanhola (menos de 10 mil habitantes), mais de 2.200 municípios brasileiros seriam rurais; por outro lado, a adoção do limite de 20 mil habitantes - parâmetro frequentemente adotado por organizações internacionais e proposta pelo sociólogo francês Henri Mendras (1995) - ampliaria de 22% [34 milhões habitantes] para 33% [50 milhões de habitantes] a população rural brasileira no ano de 1996. Uma diferença bastante significativa no que diz respeito à ruralidade/urbanidade brasileira.

Entretanto, segundo o autor, haveriam três inconvenientes com relação a essa forma de definir o meio rural: que os limites estabelecidos internacionalmente são arbitrários, que a comparabilidade é difícil, e finalmente, que...

...o critério de patamar populacional não permite uma abordagem regional da ruralidade. Ele nos diz que tal localidade ou tal município é ou não rural - segundo os critérios estipulados -, mas não é capaz de indicar se existem regiões ou territórios mais ou menos rurais. Uma aglomeração populacional de 25 mil habitantes cercada por pequenos povoados e distritos de 2 ou 3 mil habitantes será caracterizada - a justo título - como urbana, mas sem que se tenham instrumentos estatísticos que permitam perceber que ela está no meio de uma região que, globalmente, é rural. (ABRAMOVAY, 2003, p. 23)

Não existe, portanto, uma definição universalmente consagrada de rural, e o exercício de encontrar a melhor dentre as atualmente existentes também não é tarefa fácil. Mas haveria um traço comum nos estudos europeus, norte-americanos e nas tentativas mais recentes da Divisão de Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/SDA, 1998) para a América Latina: o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades. O rural incluiria o que se denomina “cidade” - em proporções que variam segundo as diferentes definições -, abrindo caminho para que se observe a existência do que é considerado uma contradição nos termos: “*cidades rurais*”. (ABRAMOVAY, 2003, p. 20)

Abramovay descreve ainda que nos estudos das regiões rurais: “...todo o esforço atual está na procura das relações entre as regiões rurais (que não podem ser definidas como as que se encontram em campo aberto, fora dos limites das cidades) e as verdadeiras aglomerações urbanas de que dependem”. (Idem) O autor baseia-se em Jane Jacobs segundo a qual: “entre os vários tipos de economias, as cidades são únicas em sua capacidade de moldar as economias de outros assentamentos humanos, inclusive dos que se encontram muito distante delas, geograficamente”. (JACOBS, 1984/1986, p. 32 apud ABRAMOVAY, 2003, p. 20)

Abramovay (2003, p. 20) ainda aponta que...

...mesmo Jacobs, talvez a maior entusiasta do poder criativo das grandes cidades no mundo contemporâneo, não ignorou a realidade e a importância das áreas não-densamente povoadas que, em sua visão, devem ser compreendidas com base na força que lhes é impressa pelas aglomerações urbanas.

É justamente essa relação entre as áreas rurais e urbanas, em especial, as urbanas relacionadas com as metrópoles e as aglomerações metropolitanas, o principal eixo norteador de novas classificações que surgiram em diversos países como nos Estados Unidos (*U.S. Census Bureau; Office of Management and Budget, OMB; e Economic Research Service, ERS; e U. S. Department of Agriculture, USDA*), no Canadá (*Statistics Canada*), na Inglaterra (*Office for National Statistics, ONS*); no caso dos países europeus, como na França (*Institut National de la Statistique et des Études Économiques, INSEE ; Institut National de la Recherche Agronomique, INRA*), e mesmo na Europa (*Organisation for Economic Co-operation and Development, OECD*). Existem metodologias de definição do conceito de rural que utilizam mais de um critério dentre os três citados anteriormente (tamanho populacional, densidade demográfica e uso do solo). Esses métodos, muitas vezes definidos em *tipologias de espaços rurais*, foram expostos numa série de trabalhos publicados ao longo da década de 2000, de autores brasileiros já mencionados, que tem sido amplamente divulgados nos fóruns do meio rural na última década no país.

Alguns desses estudos, segundo Abramovay (2003, p.24-25), contém “interessantes métodos de definição que procuram compreender a ruralidade pela importância das áreas não densamente povoadas e pelo tipo de relação que elas mantêm com as cidades.” Para o autor, o fundamental “é que cada um destes trabalhos corresponde ao esforço de integrar organicamente cidade e campo sem

eliminar as particularidades da organização social, econômica e territorial das áreas não densamente povoadas.” (ABRAMOVAY, 2003, p. 25)

Nesse entendimento, Favareto (2006) aponta dois destaques derivados das tipologias de classificação elaborados pela OCDE, INSEE e OMB, que têm sido bem sublinhados nos trabalhos que tratam do tema: o tamanho do rural mesmo no auge da urbanização/urbanidade e o significado dessas formas de classificação. Em relação ao segundo destaque, o autor esclarece que:

Fundamentalmente, o que há de comum nas novas tentativas empreendidas seja pela OCDE, pelo INSEE ou pela OMB, é a busca em ultrapassar as definições *substantivistas* do rural, passíveis de serem expressas em um único critério ou dimensão, para formas onde seja possível vislumbrar seu conteúdo *relacional* ao urbano e às dinâmicas sociais e econômicas que lhe envolvem. Uma tarefa incontornável diante da mobilidade e da integração crescente entre os espaços. Algo que permite, para usar os termos do INSEE (1998), falar dos “campos e suas cidades”. E para isso, torna-se necessário utilizar combinações de critérios estruturais e funcionais, e cobrir aspectos relativos às dimensões econômica, social, ambiental e demográfica. O principal significado subjacente a estes movimentos nos quadros cognitivos de apreensão e classificação é o crescente esvaziamento de sentido do rural como sinônimo de agrícola e de agrário e, em seu lugar, a emergência de uma visão territorial, o que implica tanto o reconhecimento de uma lógica econômica cada vez mais intersetorial, como uma escala geográfica de ocorrência de tais processos que remete à ideia de região. (FAVARETO, 2006, p.111, *grifos no original*)

Segundo Blume (2004) é possível encontrar peculiaridades interessantes ao se compararem as particularidades da delimitação administrativa utilizada no Brasil em relação à dos países europeus:

No Brasil, a unidade básica de análise é o domicílio e a sua posição (setor urbano-rural) no município. Na Europa, a unidade administrativa analisada como urbana ou rural tem como referência toda a unidade (burgos, cidades) para operacionalizar o censo da população. Assim, a população é contada a partir da definição estabelecida para a unidade maior e não a partir de uma fração. Este procedimento possibilita distinguir as unidades territoriais de população rural e unidades territoriais de população urbana, e o mesmo não pode ser realizado para o caso brasileiro (perímetro urbano = população urbana). (BLUME, 2004, p.59-60)

Ainda conforme Blume:

...de acordo com estas três classificações diferenciadas, Estados Unidos, França e OCDE, observa-se que estas desafiam a classificação normativa do espaço, atendo-se a critérios que possibilitam uma diferenciação mais acurada da complexidade que envolve os espaços urbanos e rurais. Neste sentido, as dinâmicas populacionais são valorizadas por seus inter-

relacionamentos entre as distintas áreas, onde o local passa a se integrar espacialmente ao regional, mesclando critérios funcionais e estruturais. Através desta breve caracterização das diferentes classificações que se propõem a distinguir normativamente os espaços urbanos dos rurais, é possível averiguarem-se limites que impedem a efetivação de generalizações comparativas. Também cabe ressaltar que, entre as diversas definições, a adotada no Brasil se coloca como uma das mais simplificadas por não fazer uso de critérios combinados. Assim, ao abdicar destes critérios, a normativa brasileira tende a comprometer um refinamento para os dados censitários, simplificando a realidade ou até mesmo correndo o risco de aviltar índices. (BLUME, 2004, p.64)

Segundo Wanderley, cada país “reconhece” o seu meio rural e o delimita em função de determinados critérios, sendo que nos países europeus é possível perceber a diversidade de critérios e, por conseguinte, de concepções do rural e do urbano. Para a autora, apesar de todas as transformações observadas nos países europeus, é possível afirmar que “o meio rural continua sendo identificado a uma pequena aglomeração, com uma sociabilidade correspondente e onde predominam as paisagens naturais”. (WANDERLEY, 2000, p.107-109)

Abramovay (2003, p.24) baseando-se em estudos europeus defende que a “ruralidade é um *conceito de natureza territorial e não-setorial* e o mesmo se aplica à noção de urbano”, e que “as cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura”. Para o autor, na literatura internacional, as características mais gerais do meio rural convergem ao redor de três aspectos básicos: a relação com a natureza, a importância das áreas não-densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. E essa convergência não é fundamentalmente estatística, diz ele:

A maneira como se quantifica o meio rural responde a tradições nacionais que, muitas vezes, remontam a séculos. Antes de se estudar os procedimentos estatísticos e sua tradução empírica em cada situação nacional, o importante é saber exatamente o que se entende por “espaço rural”: não só a maneira como ele se exprime estatisticamente, mas, sobretudo, o significado da ruralidade nas sociedades contemporâneas. (ABRAMOVAY, 2003, p.25)

Para Kageyama (2008, p. 48) o rural não constitui uma entidade de cunho teórico ou analítico com alguma virtude explicativa, mas é uma base territorial com características específicas sobre a qual essas outras entidades atuam e se desenvolvem. As características próprias dos territórios rurais vão, numa escala de complexidade, desde os aspectos físicos, como a abundância de superfícies verdes ou naturais, até atitudes e representações simbólicas da ruralidade. Os elementos

presentes no que se tem definido como áreas rurais são de natureza relativa, isto é, são postos seja em oposição seja como complementação das áreas não-rurais ou urbanas. Desconsiderando definições legais ou administrativas, os principais elementos a respeito do rural que apresentam ora mais ou menos expressão, mas em relativo acordo, especialmente na literatura especializada, podem ser assim arrolados:

- a) Maior presença de superfícies verdes ou naturais (em oposição às superfícies edificadas das áreas urbanas) ou maior relação com a natureza;
- b) Maiores distâncias – entre unidades residenciais, entre estas e as unidades comerciais, entre estas e os mercados urbanos ou finais – que podem ser traduzidas em termos físicos, econômicos, culturais ou em termos de menor acessibilidade em geral;
- c) Maior dispersão ou menor densidade da população, gerando menos redes de contatos sociais, embora a qualidade dos contatos nas cidades e na área rural possam ser qualitativamente diferentes (é notório o “anonimato” das relações sociais nas grandes cidades);
- d) Maior presença de atividades econômicas ou de ocupações que dependem da disponibilidade de recursos naturais (terra, água), como agricultura e pesca, embora não de forma exclusiva e, em alguns casos, nem de forma predominante. (KAGEYAMA, 2008, p.49).

Em comparação, o que se observa nas tipologias estrangeiras, como tem sido sublinhado dos autores que analisam o tema no Brasil, é a relação do rural com o sistema de cidades. Ainda segundo Kageyama:

Há, finalmente, uma última característica que dá sentido ao rural enquanto território socialmente construído e com papéis específicos na reprodução e desenvolvimento das sociedades, que é **a relação de complementariedade do rural com as cidades, ou com o urbano**, de maneira geral, por meio dos mercados (produção e consumo), das atitudes em relação às funções atribuídas ao rural (exploração e preservação dos recursos naturais) e por meio das representações culturais e simbólicas que permeiam a noção de ruralidade. (KAGEYAMA, 2008, p. 48-49 – *grifos nossos*)

A chamada de Kageyama (2008) é para não se pensar o rural *per se*, nem como oposição ao urbano, mas na sua relação com a *cidade*, na construção da ruralidade do qual já nos disse Wanderley e outros. Mas para isso importa definir melhor o que é essa “cidade”, especialmente no caso de embasar as estatísticas populacionais às evidências encontradas. Pois como ressalta Blume (2004), ao se assumir, no Brasil, em termos de critérios do rural, uma definição das “mais simplificadas”, isto é, uma interpretação não composta em menção a compreensão de Kayser (1984), compromete-se a entender cada vez menos o rural local,

contribuindo inclusive para o seu apagamento em favor de um *imaginário* urbano, como aponta Veiga (2002). Como provoca Abramovay (2003, p. 22), entender o rural “pela carência”, não pode ser mesmo um critério adequado sob nenhum ponto de vista.

Nesse sentido, ao propormos aqui, mais especificamente nos próximos capítulos, uma outra leitura a partir dos microdados das estatísticas oficiais (que é a massa documental de que dispomos) para os pequenos municípios, propomos também, no seu limite, o reencontro com o rural paranaense que se tem dispersado no *mito das médias* - como a respeito nos faz pensar Thompson (1987) desde a nossa proposição anterior (2007, p. 39; 44; 79) -, para que não percamos de vista, as transformações e permanências do rural (e da ruralidade) paranaense no período 1991-2010.

1.4 – Síntese

De modo geral, o que se apreende das definições internacionais é que o *rural* na maioria dos casos é uma definição normativa baseada numa área geográfica para fins *político-administrativos*, como no caso do Brasil. Partindo dessa constatação, alguns dos critérios a mais utilizados para diferenciar as áreas rurais e urbanas apresentados por Sorokim, Zimmerman e Galpin (1930) continuam atuais, da mesma forma que algumas defesas de diferenciação entre as áreas rurais e urbanas baseados nos clássicos de Tönnies (1957) e Redfield (1960) também o são.

A legislação brasileira aponta para algumas interpretações acerca da finalidade da criação da delimitação das áreas urbanas e rurais para fins da administração pública e a importância das *estatísticas públicas* que fazem cumprir as finalidades constitucionais, e que se encontra documentado na coletânea de quatro volumes da História das Estatísticas Brasileiras organizadas por Nelson Senra que a respeito aponta:

Os Estados desde (quase) sempre quiseram enumerar, mensurar, quantificar suas populações, suas riquezas, seus recursos; quiseram as

estatísticas. De início, com vistas às guerras, para tributar e para recrutar; depois, para além disso, com vistas a legislar e administrar inúmeros aspectos das esferas pública e privada. No tempo, diversificou e sofisticou a demanda por estatísticas, num movimento contínuo e intenso. (SENRA, 2006, p.29)

Para fins político-administrativos, as definições oficiais de rural e de urbano cumpriram, num determinado tempo, o seu papel. No entanto, nas recomendações internacionais atuais essas áreas passaram a ser definidas segundo critérios populacionais, o que a legislação brasileira não acompanhou. Inclusive, comumente se observa, nas interpretações das estatísticas disponíveis sobre o rural e urbano brasileiro, a mistura de características de áreas totalmente diferentes, como por exemplo, as do urbano da megalópole brasileira, o município de São Paulo (com 11.253.503 habitantes), com as características do urbano do pequeno município de Borá (com 805 habitantes), ambos no Estado de São Paulo. Distintos, mas com algo em comum, o fato de serem considerados oficialmente ‘urbanos’.

Outro exemplo das ambíguas interpretações das estatísticas se refere ao indicador de *grau de urbanização*²⁵. Na sua própria definição esse indicador permite duas interpretações: a primeira se refere unicamente à população residente em áreas consideradas como urbanas; a segunda está relacionada com a própria denominação do indicador, o fator *urbanização*. Isso dá a entender que a população reside preponderantemente em áreas *urbanizadas*, como as interpretações acerca do grau de urbanização do Brasil em 2010 (84,37%), nos fizeram pensar. Conhecendo, profissionalmente, a origem das estatísticas que compõem o referido indicador, podemos afirmar que 84,37% da população brasileira em 2010 reside em áreas consideradas oficialmente urbanas. Entretanto, como vimos em Veiga (2001) nas críticas aos resultados do censo anterior, continuam vagas as afirmações de que o Brasil está “*praticamente urbanizado*”, ou de que “*o rural em breve desaparecerá*”, ou ainda que houve uma “*urbanização do rural*”, a partir de indicadores inadequados para o fim a que se propõe

Dada as distorções oriundas da definição oficial de rural e urbano no Brasil, seria apropriado, como o que ocorre nas definições internacionais, definir uma área *rural* a partir de determinados critérios populacionais como, por exemplo, o corte em 20 mil habitantes, originando assim um universo comparativo composto por

²⁵ Percentual da população residente em áreas urbanas, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

pequenos municípios. Note bem, que trabalhamos aqui com a definição de áreas rurais e urbanas e não a legitimação de que tais municípios são rurais ou urbanos, mas que eles apresentam características *mais* rurais ou urbanas. E principalmente, que os pequenos municípios apresentam características distintas dos principais arranjos urbanos brasileiros, e deveriam, por isso mesmo, ser analisados separadamente das estatísticas gerais. A análise da diversidade entre determinadas áreas geográficas tomando como referência o tamanho populacional tem sido o avanço observado em várias das classificações internacionais, muitas das quais foram objeto de análise crítica dos autores aqui apresentados. E é o que nos propomos para os próximos capítulos ao analisar mais detidamente os pequenos municípios paranaenses e suas especificidades.

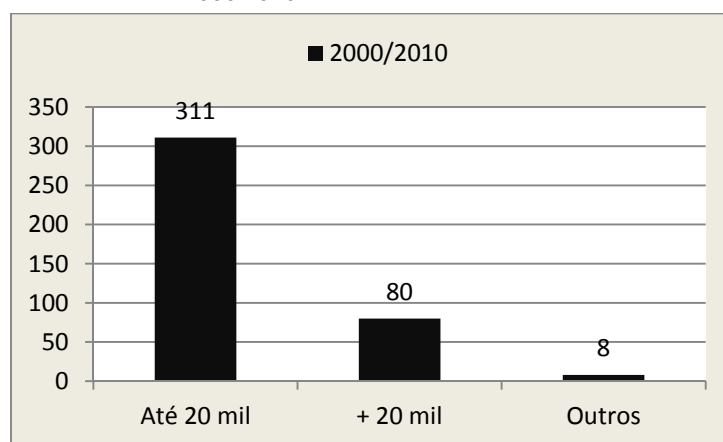
CAPÍTULO 2 – POPULAÇÃO NO PARANÁ, 2000-2010

2.1 – População geral dos pequenos municípios

No presente estudo foram considerados *pequenos municípios* aqueles municípios paranaenses que no período de 2000 a 2010 (dos Censos) se encontravam no patamar populacional de até 20 mil habitantes – corte sugerido por vários autores já mencionados no Capítulo 1, e defendido em estudo anterior (2007) como uma possibilidade de diferenciação entre o rural e o urbano mais próxima às expectativas dos estudiosos da área e de analistas internacionais (ONU). É importante ressaltar que outros estados também têm refletido a respeito, como Patrícia Dias, que observou, no ano de 2007, por esse corte, a existência de 87,2% de *cidades pequenas* na Bahia. (DIAS, In: LOPES e HENRIQUE, 2010, p. 221)

Nesse sentido, dos 399 municípios existentes no Paraná, no período de 2000 a 2010, 311 municípios não mudaram de extrato populacional na última década e mantiveram-se no patamar de até 20 mil habitantes, o que representa o importante índice de 78% do total dos municípios paranaenses, como apresenta o gráfico 1:

GRÁFICO 1 – MUNICÍPIOS, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO - PARANÁ - 2000/2010



FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Resultados do Universo)

NOTA: Dados trabalhos pelo autor.

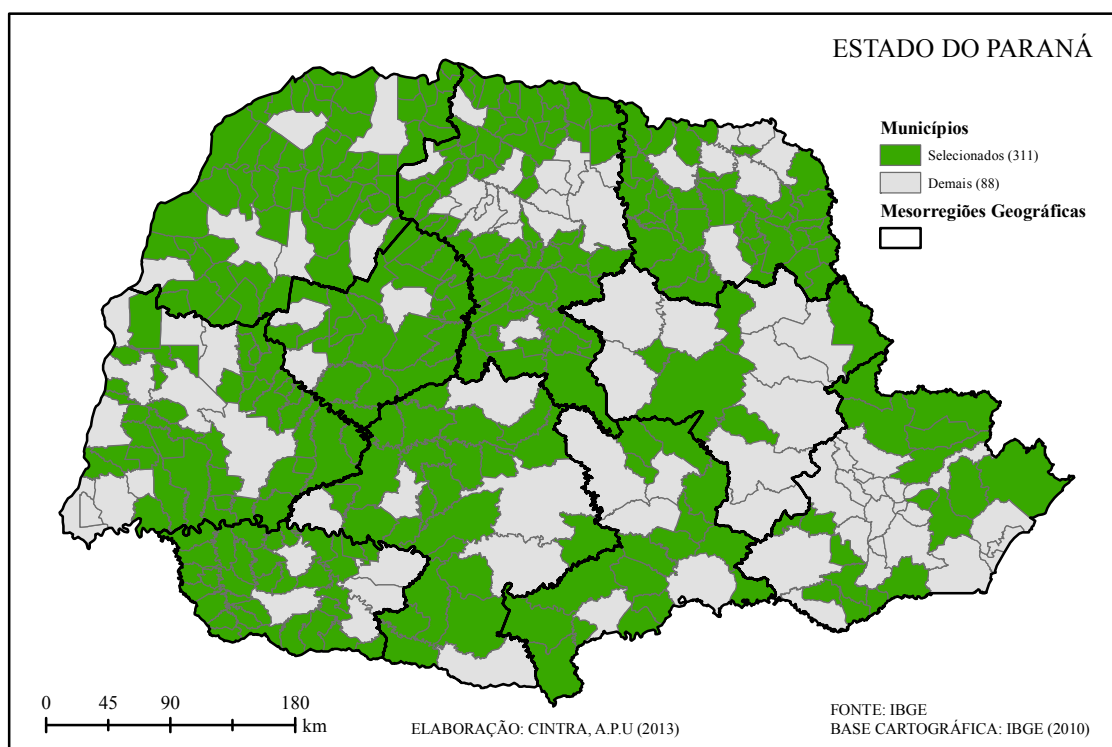
Além dos municípios objetos de nossa análise (311)²⁶, o Gráfico mostra outros oitenta (80) municípios paranaenses (20%) que apresentavam população

²⁶ Entre os municípios recenseados em 2010 que estavam no extrato populacional de até 20 mil habitantes, apenas Chopinzinho não se encontra no presente estudo pelo fato de, no ano 2000, apresentar população total superior a 20 mil habitantes.

acima de 20 mil habitantes e outros oito (8) municípios (2%) que mudaram de extrato populacional no período – sete (7) deles estavam no extrato populacional até 20 mil habitantes em 2000 e em 2010 passaram ao extrato populacional de mais de 20 mil habitantes; e apenas um (1) município (Chopinzinho) obteve o processo inverso, isto é, em 1991 foi recenseado no extrato populacional acima de 20 mil habitantes e em 2010 passou para o extrato de até 20 mil habitantes.

A distribuição espacial dos pequenos municípios no território paranaense pode ser visualizada da seguinte forma:

MAPA 1 – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - 2000/2010

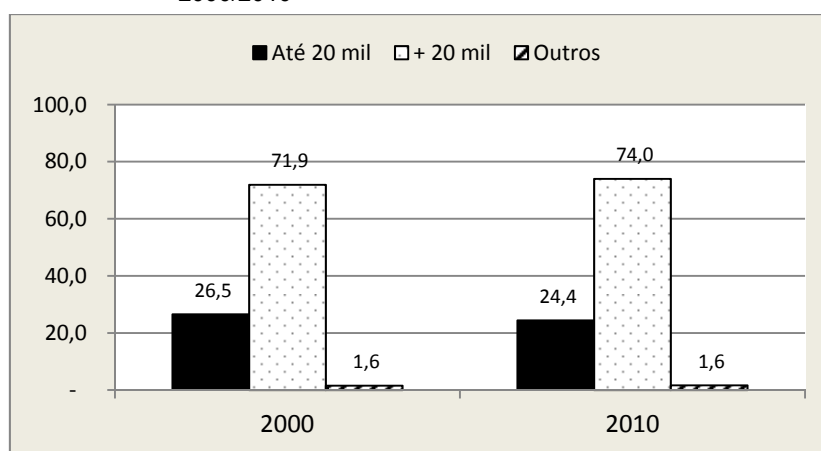


Note que é significativa a distribuição dos 311 pequenos municípios (até 20 mil habitantes) no território paranaense. São predominantes na maioria das mesorregiões – exceto a Centro-Oriental e a Metropolitana de Curitiba – e ocupam a maior parte do território.

Ao nos determos na distribuição da população segundo o tamanho dos municípios, como apresentado no gráfico 2, é possível observar que, no ano 2000, o contingente populacional residente em municípios até 20 mil habitantes era de 26,5%; sendo que, nesse mesmo ano, 71,9 % da população total do Paraná residia em municípios com tamanho populacional acima de 20 mil habitantes; enquanto nos

municípios que alteraram seu extrato de tamanho populacional as proporções permaneceram equivalentes a 1,6% da população recenseada tanto em 2000 como em 2010. Em resumo, entre 2000 e 2010 a participação populacional dos pequenos municípios diminuiu a -2,1%, observando-se o mesmo percentual, porém ao inverso, no aumento da participação populacional nos municípios maiores, como apresentado a seguir:

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO – PARANÁ – 2000/2010



FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Resultados do Universo)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Esses dados nos informam de imediato, de um lado, a participação da população residente nos 311 pequenos municípios, com média de 25% da população total e, por outro lado, o alto percentual de população residente, em mais de 70% da população paranaense, nos 80 municípios maiores. Trata-se, portanto, numa perspectiva comparada dessas duas primeiras informações (Gráficos 1 e 2, e Mapa 1), de uma constatação: 78% do total dos municípios paranaenses composta por pequenos municípios detém 25% da população residente total, enquanto que os outros pouco mais de 20% do total dos municípios composta por municípios maiores detém mais de 70% da população residente. Essa ocorrência indica a necessidade de se ter políticas públicas diferenciadas para os municípios mais populosos e também para os pequenos, de acordo com as suas demandas específicas relacionadas com saúde, renda, educação e trabalho.

2.2 – Distribuição da população segundo as mesorregiões

Nesse tópico observaremos a distribuição da população em relação às mesorregiões geográficas do IBGE procurando visualizar a distribuição relativa da população dos pequenos municípios e perceber nuances comuns nessa distribuição.

Nos anos de 2000 e de 2010 as mesorregiões paranaenses que concentravam a maior parte da população residente em pequenos municípios eram: Norte Central, Noroeste, Norte Pioneiro, Oeste e Sudoeste, como se observa, em ordem decrescente, da tabela a seguir. Em 2010, elas acolhiam 66,2% da população total dos pequenos municípios.

TABELA 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE E DISTRIBUIÇÃO RELATIVA, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2000 E 2010

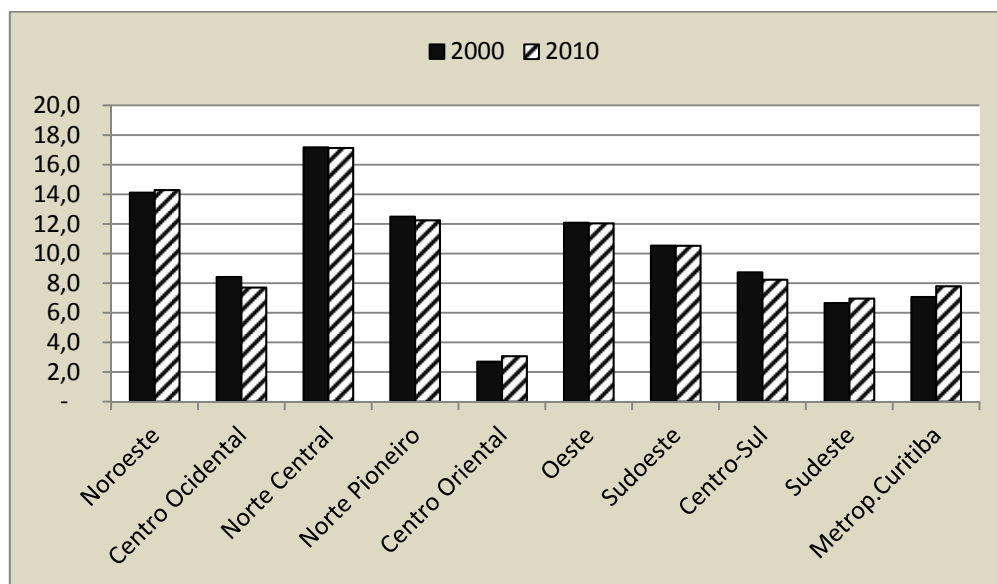
MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	POPULAÇÃO (Abs.)		DISTRIBUIÇÃO RELATIVA (%)	
	2000	2010	2000	2010
Norte Central	435.794	436.400	17,2	17,1
Noroeste	358.242	363.962	14,1	14,3
Norte Pioneiro	317.178	312.037	12,5	12,2
Oeste	306.598	306.881	12,1	12,0
Sudoeste	267.425	268.207	10,5	10,5
Centro-Sul	221.679	209.746	8,7	8,2
Metrop. Curitiba	179.437	198.577	7,1	7,8
Centro-Occidental	213.829	196.355	8,4	7,7
Sudeste	168.989	177.333	6,7	7,0
Centro-Occidental	68.570	78.152	2,7	3,1
Total	2.537.741	2.547.650	100,0	100,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Resultados do Universo)

As alterações mais significativas observadas na distribuição populacional da última década dizem respeito ao aumento de 0,7% da população residente na mesorregião Metropolitana de Curitiba e a diminuição também de 0,7% na mesorregião Centro-Occidental. Nas demais mesorregiões, as variações são nulas ou próximas de zero, como se observou da tabela 1. Esses dados indicam que a distribuição populacional não sofreu alterações significativas na última década e acompanha a dinâmica da distribuição estadual, conforme já apontado por Ipardes (2004), Moura et al. (2011) e Magalhães e Cintra (2010).

Mais especificamente sobre a distribuição da população segundo as regiões onde se concentram municípios de até 20 mil habitantes, temos o seguinte gráfico para observação:

GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2000 E 2010



FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Resultados do Universo)

Nesse gráfico, observa-se que as mesorregiões mais ao Norte do Estado (Noroeste, Centro-Ocidental, Norte Central e Norte Pioneiro), concentravam, em 2000, 52,2% da população; ao passo que, no ano de 2010, a participação decresceu pouco, sendo o total observado de 51,4%. Nas mesorregiões localizadas no Oeste/Sudoeste (Oeste, Sudoeste, Centro-Sul), a participação do contingente populacional dos pequenos municípios foi de 31,4% e 30,8% nos censos de 2000 e 2010, respectivamente. Foi observado aumento discreto na participação da população residente nas mesorregiões localizadas mais a leste do Estado (Centro-Oriental, Sudeste e Metropolitana de Curitiba) que passaram de 16,4% para 17,8% no período. Como se pode observar, a população dos pequenos municípios está distribuída por todo o território estadual sendo que cada uma destas regiões apresentam processos econômicos e sociais distintos, e que demandam linhas de ação específicas para cada região. (IPARDES, 2006a, 2006b).

2.3 – Participação nas regiões metropolitanas

Quando se consideram as Regiões Metropolitanas (RMs) definidas até a data de referência do Censo 2010²⁷, o número dos pequenos municípios localizados nessas regiões chega a trinta e seis (36) ao todo, sendo que onze (11) estão na RM de Curitiba, dezoito (18) na RM de Maringá e sete (7) na RM de Londrina. Com base em algumas tipologias descritas no Capítulo 1, em especial Veiga (2001), esses municípios seriam todos classificados como urbanos, uma vez que estão inseridos nas RMs oficiais; entretanto, temos outra interpretação para isso. Observe a tabela a seguir:

TABELA 2 – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HAB. EM REGIÕES METROPOLITANAS SEGUNDO A DATA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO - PARANÁ 2010 E 2012

REGIÕES METROPOLITANAS	MUNICÍPIOS			
	Regiões Metropolitanas			
	31/07/2010		31/07/2012	
	Abs.	%	Abs.	%
RM Curitiba	11	3,5	13	4,2
RM Londrina	7	2,3	12	3,9
RM Maringá	18	5,8	18	5,8
Umuarama (PR)	-	-	20	6,4
Fora RM's	275	88,4	248	79,7
Regiões Metropolitanas	36	11,6	63	20,3
Total	311	100,0	311	100,0

FONTE: IBGE – Organização Territorial (Municípios por Regiões Metropolitanas)

A tabela permite observar os municípios existentes nas regiões metropolitanas oficiais instituídas até a data do Censo Demográfico de 2010, porém nesse também a inclusão daqueles que advieram no interstício de dois anos após o Censo, ou seja, até 31 de julho de 2012, onde se identifica o acréscimo da RM de Umuarama, de constituição recente. A partir desses referenciais, o número de pequenos municípios nas RMs paranaenses saltou de trinta e seis (36) para sessenta e três (63), ou de 11,6% em 2010 para 20,3% do total dos pequenos municípios em 2012.

²⁷ As regiões metropolitanas são definidas por lei estadual e consideram-se aqui aquelas oficializadas até a data de 31 de julho de 2010.

Baseando-se nos estudos de Moura (2009), e Moura e Cintra (2012, 2011), afirmamos que as regiões metropolitanas, dada a sua origem institucionalizada, muitas vezes não refletem “necessariamente uma efetiva experiência urbana”, compreendendo, portanto, a presença de municípios de base produtiva muito mais agropecuária e com baixa integração à aglomeração urbana. Ocorre aqui um aparente conflito entre a realidade das RMs no Paraná observada por especialistas e as interpretações baseadas na definição oficial.

No caso do Paraná, **as regiões metropolitanas institucionalizadas são compostas por um grande número de municípios periféricos com características e base produtiva essencialmente agropecuária, com níveis baixo ou muito baixo de integração à dinâmica principal da aglomeração ...** (MOURA *et al*, 2011, p.29 – *grifos nossos*)

De um lado, a experiência rural parece ser a mais predominante na compreensão de grande parte dos municípios das RMs no Paraná: menos urbana, mais voltada ao setor primário e com maior presença de agricultores - exatamente o inverso observado por Moura *et al* (2011) a respeito da dinâmica das aglomerações urbanas. E de outro, os movimentos populacionais provocados pelo “modelo de ocupação vigente” tem induzido à “periferização da pobreza” em territórios com *baixa qualidade de vida urbana*, tal como nos apresenta na sequência:

Não é exagero lembrar dos vínculos existentes entre o adensamento demográfico e as dinâmicas engendradas pelas políticas econômicas que, na atração de investimentos, provocam movimentos populacionais. [...] No âmbito intraurbano, o modelo de ocupação adotado, especialmente nas áreas metropolitanas, induz à periferização da pobreza e ao abandono de grandes contingentes de população em territórios com baixa qualidade de vida urbana. (MOURA *et al*, 2011, p29-30).

Em virtude das insuficiências das regiões metropolitanas institucionalizadas em ‘não propiciarem necessariamente uma efetiva experiência urbana’, entendemos que, só poderiam ser classificados como urbanos os municípios que se encontram em Áreas de Concentração de População (ACP’s)²⁸:

²⁸ As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população. (IBGE, 2008a, p.12)

... há que se distinguir aglomerações urbanas que resultam do fenômeno da metropolização, ou seja, as aglomerações de fato, captadas pelas ACPs, das unidades regionais que decorrem de medidas institucionais e que se intitulam como regiões ou aglomerações, ou seja, unidades formais, independentemente de representarem o conteúdo conceitual atribuído a essas categorias. (MOURA E CINTRA, 2011, p.7-8).

A esse respeito, dos municípios das RMs, mas também dos 311 pequenos municípios ao todo, apenas dois (2) estão localizados em ACPs, sendo um (1) na mesorregião Norte Central (município de Floresta) e outro na mesorregião Metropolitana de Curitiba (Quatro Barras), que portanto, poderiam ser classificados urbanos. O restante é rural.

2.4 – População urbana e rural

No Brasil, como visto no capítulo anterior, a classificação da população em urbana ou rural se faz segundo a área de localização da população conforme estabelecido por lei municipal. De acordo com as definições oficiais vigentes, são classificadas como *urbanas* as populações residentes em “áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas”; e classificadas como *rurais*, as populações residentes em “todas as áreas situadas fora desses limites.” (IBGE, 2012c, p.17) É uma convenção por oposição.

Como se pode observar, a própria definição oficial de urbano já nos oferece alguns indícios da contradição da terminologia em voga no Brasil. O primeiro indício se refere à possibilidade de se considerar urbana a população residente em “área não urbanizada”, que, por falta de maior esclarecimento de sua especificidade se constitui num conceito vago. O segundo indício é o de que comumente as áreas urbanizadas seriam a priori áreas relativas à *cidade*, pois são aquelas dotadas de um mínimo de infraestrutura, planejamento, organização administrativa, etc. Então, sendo condições diferentes, como podem representar a mesma situação?

Contrariando os exemplos internacionais das definições de rural e urbano que têm por base o patamar populacional (Capítulo 1), a principal crítica que se faz ao caso brasileiro é a utilização de uma definição oficial que desconsidera as

características diversas dessas áreas definidas como urbanas, e a aceitação de tamanhos populacionais muito diversos em sua categoria. Senão, vejamos.

No período 2000/2010, a proporção da população residente em áreas urbanas nos pequenos municípios aumentou de 57,6% para 64,9%, e a proporção da população residente em áreas rurais diminuiu relativamente de 42,4% para 35,1%. Isso não quer dizer apenas que, paulatinamente, mais pessoas têm deixado de morar no campo e passaram seus domicílios às áreas urbanas dos pequenos municípios, talvez motivadas por melhores condições de vida e de trabalho noutros setores da economia que não o primário. Mas que há uma proximidade muito maior na proporção entre os que residem no campo e na cidade a partir da referência do corte em 20 mil habitantes que a observada no caso adotado pelas referências oficiais para todo o Estado do Paraná. A esse respeito, observemos mais detidamente a tabela a seguir.

TABELA 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000 E 2010

TAMANHO POPULACIONAL	ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
		Abs.			%		
		TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
TOTAL	2000	9.563.458	7.786.084	1.777.374	100	81,4	18,6
	2010	10.444.526	8.912.692	1.531.834	100	85,3	14,7
ATÉ 20 MIL HABITANTES	2000	2.537.741	1.461.700	1.076.041	100	57,6	42,4
	2010	2.547.650	1.652.548	895.102	100	64,9	35,1
% ATÉ 20 MIL HABITANTES	2000	26,5	18,8	60,5	-	-	-
	2010	24,4	18,5	58,4	-	-	-

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Resultados do Universo)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A proporção da população rural residente nos pequenos municípios é maior (35%) que o observado quando se analisa o Estado do Paraná como um todo (14,7%), pois o indicador menor da “ruralização” do Estado reflete diretamente a concentração populacional nas áreas urbanas dos principais centros urbanos como Curitiba, Londrina, Maringá, etc.

Como já tivemos a oportunidade de refletir em estudo anterior (CINTRA, 2007), a proporção da população residente em áreas urbanas e rurais tanto dos pequenos municípios como de modo geral não é homogênea sequer entre as mesorregiões. Os dados censitários expressam particularidades na distribuição

espacial da população residente em áreas urbanas e rurais dos pequenos municípios, como podemos observar da tabela 4 a seguir.

Em 2010, a população urbana paranaense de municípios até 20 mil habitantes estava majoritariamente concentrada nas mesorregiões Norte Central (19,7%), Noroeste (17%), Norte Pioneiro (13,8%) e Oeste (12,4%); todas com população acima de 200 mil habitantes. A posição da maioria das mesorregiões em relação a distribuição da população urbana se manteve na última década com exceção das mesorregiões Centro-Occidental que caiu da quarta para a quinta posição e a Sudoeste que subiu da quinta para a quarta posição (tabela 4).

TABELA 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ – 2000 E 2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE		DISTRIBUIÇÃO (%)	
		2000	2010	2000	2010
URBANA	Noroeste	248.036	280.221	17,0	17,0
	Centro-Occidental	134.604	141.853	9,2	8,6
	Norte Central	298.918	324.883	20,5	19,7
	Norte Pioneiro	215.540	227.716	14,7	13,8
	Centro-Oriental	44.966	54.264	3,1	3,3
	Oeste	180.436	205.511	12,3	12,4
	Sudoeste	123.765	154.294	8,5	9,3
	Centro-Sul	76.205	90.317	5,2	5,5
	Sudeste	62.999	76.147	4,3	4,6
	Metrop. Curitiba	76.231	97.342	5,2	5,9
	Total	1.461.700	1.652.548	100,0	100,0
RURAL	Noroeste	110.206	83.741	10,2	9,4
	Centro-Occidental	79.225	54.502	7,4	6,1
	Norte Central	136.876	111.517	12,7	12,5
	Norte Pioneiro	101.638	84.321	9,4	9,4
	Centro-Oriental	23.604	23.888	2,2	2,7
	Oeste	126.162	101.370	11,7	11,3
	Sudoeste	143.660	113.913	13,4	12,7
	Centro-Sul	145.474	119.429	13,5	13,3
	Sudeste	105.990	101.186	9,8	11,3
	Metrop. Curitiba	103.206	101.235	9,6	11,3
	Total	1.076.041	895.102	100,0	100,0

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO (Resultados do Universo)

Em relação à população rural, observamos que em 2010, a sua concentração se deu nas mesorregiões Centro-Sul (13,3%), Sudoeste (12,7%), Norte Central (12,5%), Oeste (11,3%), Metropolitana de Curitiba (11,3%) e Sudeste (11,3%); todas com população acima de 100 mil habitantes. As mesorregiões que alteraram a

participação na distribuição da população rural foram a Noroeste, que passou da quinta para a oitava posição, a Norte Pioneiro, que passou da sétima para a oitava, e a Metropolitana de Curitiba, que passou da sétima para a quinta posição.

Em relação à variação relativa da população residente em áreas urbanas e rurais, as maiores variações da população urbana foram observadas nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba (27,7%) Sudoeste (24,7%), Sudeste (20,9%), Centro-Oriental (20,7%) e Centro-Sul (18,5%). Em relação a população residente em áreas rurais ainda se observam variações negativas, exceto na mesorregião Centro-Oriental que apresentou aumento da população residente em áreas rurais de 1,2%, sendo que as maiores perdas populacionais se deram nas mesorregiões Centro-Occidental (-31,2%), Noroeste (-24,0%), Sudoeste (-20,7%), Oeste (-19,7%) e Norte Central (-18,5%), conforme o que apresenta a tabela a seguir:

TABELA 5 – VARIAÇÃO E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2000/2010.

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	VARIAÇÃO (%) 2000/2010			TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) 2000/2010		
	Situação do domicílio			Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Noroeste	1,6	13,0	-24,0	0,2	1,2	-2,7
Centro-Occidental	-8,2	5,4	-31,2	-0,8	0,5	-3,7
Norte Central	0,1	8,7	-18,5	0,0	0,8	-2,0
Norte Pioneiro	-1,6	5,6	-17,0	-0,2	0,6	-1,9
Centro-Oriental	14,0	20,7	1,2	1,3	1,9	0,1
Oeste	0,1	13,9	-19,7	0,0	1,3	-2,2
Sudoeste	0,3	24,7	-20,7	0,0	2,2	-2,3
Centro-Sul	-5,4	18,5	-17,9	-0,6	1,7	-2,0
Sudeste	4,9	20,9	-4,5	0,5	1,9	-0,5
Metrop. Curitiba	10,7	27,7	-1,9	1,0	2,5	-0,2
Total	0,4	13,1	-16,8	0,0	1,2	-1,8

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Resultados do Universo)

NOTA: Dados trabalhos pelo autor.

Analisando-se a variação da população rural do ponto de vista das taxas médias geométricas de crescimento observadas nos períodos de análise, observa-se que, no geral, os pequenos municípios estão praticamente estabilizados. Isso quer dizer que a população não apresenta acréscimo nem decréscimo significativos.

Entre as mesorregiões paranaenses, os maiores decréscimos populacionais foram observados nas mesorregiões Centro-Occidental (-0,8%) e Centro-Sul (-0,6), ao passo que os maiores acréscimos populacionais foram observados nas mesorregiões Centro-Oriental (1,3%) e Metropolitana de Curitiba (1,0%)

Ao se comparar as taxas de crescimento negativa da população residente no meio rural, a Mesorregião Centro-Occidental foi a que perdeu mais população rural no período (-3,7%), seguida da mesorregião Noroeste (-2,7%). As áreas rurais de três (Carambeí, Ventania, Imbaú) dos cinco municípios pesquisados da mesorregião Centro-Oriental (Carambeí, Imbaú, Sengés, Tibagi e Ventania) foram as únicas que apresentaram crescimento positivo.

No urbano dessas pequenas localidades, as maiores dinâmicas populacionais têm sido observadas nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba (2,5), Sudoeste (2,2%) e Sudeste (1,9%). É nítida a constatação de que as menores taxas de crescimento urbano foram observadas nas mesorregiões mais ao norte do Estado que apresentam um processo de envelhecimento populacional mais adiantado (Capítulo 3). O envelhecimento populacional ocorre com o aumento do peso relativo dos idosos no total da população, resultado das mudanças na estrutura demográfica, derivada da ampla queda da fecundidade (MOREIRA, 1997).

Outro fator que tem contribuído para as baixas taxas de crescimento de alguns municípios é o processo que Camarano e Abramovay (1999) chamaram de *desruralização*²⁹ progressiva, ou processo de esvaziamento da população rural através dos movimentos migratórios. Embora as taxas líquidas migratórias estejam cada vez menores (Capítulo 3), em muitos municípios elas contribuem, junto com a diminuição da fecundidade, para o crescimento negativo dos pequenos municípios.

No que diz respeito às taxas de fecundidade nos pequenos municípios, verificamos que essas acompanham as tendências nacionais de diminuição, porém mantêm-se em patamares relativamente maiores, como se vê da tabela a seguir, que a taxa geral apresentada pelo Estado do Paraná que se encontra atualmente em 1,9 filhos por mulher.

²⁹ Para os autores, a “saída do meio rural não implica, necessariamente, o acesso às condições mínimas próprias da vida urbana: **desruralização** nem sempre é sinônimo, neste sentido, de urbanização” (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1999, p. 2 - grifos no original)

TABELA 6 - TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2000 E 2010

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL			
	Situação do domicílio			
	Urbana		Rural	
	2000	2010	2000	2010
Noroeste	2,2	2,0	2,7	2,1
Centro-Occidental	2,4	2,1	2,6	2,3
Norte Central	2,1	1,9	2,7	2,4
Norte Pioneiro	2,5	2,0	2,7	2,7
Centro-Oriental	2,7	2,3	3,0	2,6
Oeste	2,3	1,8	2,4	2,3
Sudoeste	2,5	1,8	2,9	2,3
Centro-Sul	3,3	2,5	3,6	2,6
Sudeste	3,0	2,2	3,2	2,6
Metrop.Curitiba	2,9	2,2	3,3	2,5
Total	2,4	2,0	2,9	2,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor³⁰.

Segundo as mesorregiões paranaenses, conforme apresenta a tabela 6, a tendência apresentada é de queda generalizada, sendo mais agravada nas mesorregiões Centro-Oriental, Centro-Sul e Metropolitana de Curitiba. Em uma média total para as mesorregiões do Estado do Paraná, a variação é de 3,3 a 2,0 filhos por mulher. Essa constatação nos leva a pensar sobre a dificuldade geracional da vida no campo, mais restrita hoje pela presença de poucos filhos, e quando da existência deles, da escolha de outras opções mais próximas às sedes urbanas, como veremos mais a frente no tópico sobre migrações.

Retomando a análise relacionada à proporção da população residente em áreas rurais, segundo as mesorregiões geográficas, podemos observar que em 2010 as quatro mesorregiões que apresentam os maiores índices são: Sudeste (57,1%), Centro-Sul (56,9%), Metropolitana de Curitiba (51%) e Sudoeste (42,1%). Como é possível visualizar, considerando os pequenos municípios dessas mesorregiões, a proporção da população residente em áreas rurais é superior à do Estado (Tabela 3, p.68; Tabela A.2.1). Os dados de 2010 confirmam, portanto, a permanência da heterogeneidade espacial desse indicador.

³⁰ Taxa de fecundidade total calculada pelo método demográfico indireto de Brass (1968).

TABELA 7 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ – 2000 E 2010

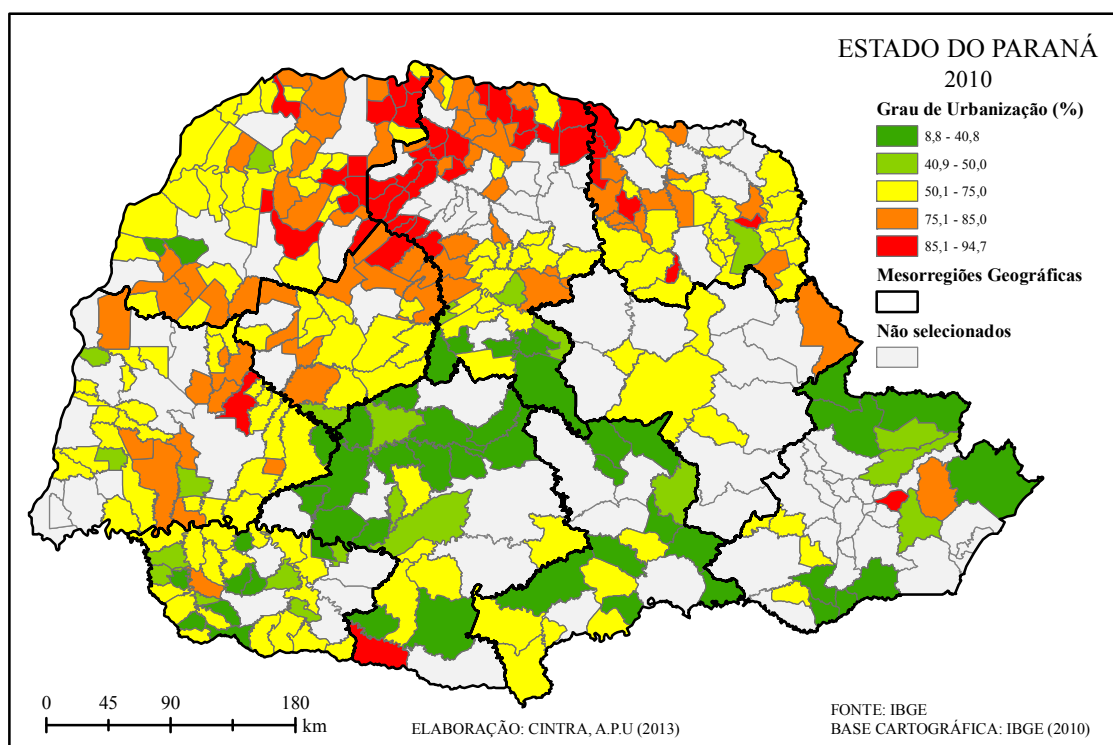
MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	DISTRIBUIÇÃO (%)			
	URBANA(%)		RURAL (%)	
	2000	2010	2000	2010
Noroeste	69,2	77,0	30,8	23,0
Centro-Occidental	62,9	72,2	37,1	27,8
Norte Central	68,6	74,4	31,4	25,6
Norte Pioneiro	68,0	73,0	32,0	27,0
Centro-Occidental	65,6	69,4	34,4	30,6
Oeste	58,9	67,0	41,1	33,0
Sudoeste	46,3	57,5	53,7	42,5
Centro-Sul	34,4	43,1	65,6	56,9
Sudeste	37,3	42,9	62,7	57,1
Metrop.Curitiba	42,5	49,0	57,5	51,0
Total	57,6	64,9	42,4	35,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Resultados do Universo)

A constatação de que a proporção da população residente em áreas rurais aumenta na proporção inversa do tamanho populacional (total) dos municípios é válida para a maioria dos municípios brasileiros. De modo mais ampliado, nas regiões brasileiras do Norte e Nordeste, em alguns estados como Rondônia, Acre, Roraima, Pará, Maranhão e Bahia, a população residente em áreas rurais nos municípios até 20 mil habitantes, em 2010, era superior a 50%. Os menores percentuais foram encontrados nos estados da região Sudeste, que em praticamente todos os extratos populacionais analisados, esse percentual foi dos menores (7,1%) do Brasil. É essa diversidade da participação da população residente no rural e no urbano, aliada às taxas de crescimento, que motivaram vários estudos no Brasil, destacando-se, dentre muitos, Veiga (2001) e Abramovay (2003).

No Paraná, o mapa a seguir possibilita visualizar duas situações predominantes no caso dos pequenos municípios: uma área localizada no Noroeste/Norte do Estado com predomínio de população residentes no urbano, e outra área no Sudeste/Leste com predomínio de população residente no rural.

MAPA 2 – GRAU DE URBANIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2010



Ao se analisar o número de municípios segundo a proporção da população residente em áreas rurais, é possível observar a existência de três grupos de mesorregiões com tal predominância. No primeiro grupo, encontram-se as mesorregiões com mais de 50% dos municípios com população rural superior a 50% da população total: Centro-Sul (78%), Metropolitana de Curitiba (65%) e Sudeste (63%). No segundo grupo encontra-se a mesorregião Sudoeste na qual o número de municípios que apresentam população rural superior a 50% é de 44,1%. No terceiro grupo encontram-se as mesorregiões Norte Central, Oeste, Noroeste, Norte Pioneiro, Centro-Occidental e Centro-Oriental, onde mais de 85% dos municípios possuem população rural inferior a 50%, significando que essas mesorregiões apresentam o maior número de municípios com população preponderantemente urbana, como pode ser observado a seguir:

TABELA 8 – MUNICÍPIOS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS MUNICÍPIOS, POR CLASSES DE PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS RURAIS, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2010

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIOS									
	TOTAL		Classes de proporção de população residente em domicílios rurais (%)							
			Até 25,0%		+25,0 a 50,0%		+50,0 a 75,0%		+75,0%	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Centro-Sul	23	100,0	1	4,3	4	17,4	11	47,8	7	30,4
Metrop.Curitiba	17	100,0	2	11,8	4	23,5	9	52,9	2	11,8
Sudeste	16	100,0	0	0,0	6	37,5	9	56,3	1	6,3
Sudoeste	32	100,0	1	3,1	17	53,1	12	37,5	2	6,3
Norte Central	63	100,0	39	61,9	15	23,8	8	12,7	1	1,6
Oeste	39	100,0	11	28,2	24	61,5	4	10,3	0	0,0
Noroeste	55	100,0	27	49,1	25	45,5	3	5,5	0	0,0
Norte Pioneiro	39	100,0	17	43,6	20	51,3	2	5,1	0	0,0
Centro-Occidental	22	100,0	10	45,5	11	50,0	1	4,5	0	0,0
Centro-Oriental	5	100,0	1	20,0	4	80,0	0	0,0	0	0,0
Total	311	100,0	109	35,0	130	41,8	59	19,0	13	4,2

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Resultados do Universo)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

(1): A mesorregião geográfica Metropolitana de Curitiba é formada por 37 municípios, estando ausentes os municípios de Curitiba e Pinhais, que não possuíam população residente em domicílio rural.

Deve-se destacar que o número de municípios paranaenses com predomínio da população rural continua a apresentar uma distribuição geográfica bastante peculiar. Tais particularidades regionais que sugerem uma divisão geográfica entre o *norte* e o *sul* do Estado do Paraná certamente continuam confluindo com parte da teoria da historiografia regional dos *três Paranás*, confirmando que os processos de ocupação e colonização do estado moldaram diferentes tipos de sociedade/comunidade no território, processo originalmente descrito por Balhana e Westphalen (2003).

Nesse entendimento, os dados dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010, analisados a nível territorial por municípios, permitem confirmar traços da permanência dessa dinâmica nos municípios, especialmente se considerarmos os dois conjuntos de mesorregiões destacadas: *norte* e *sul* paranaense, e especialmente por se comunicarem diretamente com os estados vizinhos, no passado e no presente como pode ser observado nas análises dos fluxos migratórios de dada fixa (IPARDES, 2012).

2.5 – População urbana (cidades)

Retomando a definição oficial em voga no Brasil de áreas rurais e urbanas, entendemos merecer um pontual destaque a questão das áreas urbanas. Como apresentado no capítulo 1, nas áreas urbanas estão incluídas as cidades, as vilas, e em determinados municípios as vilas rurais. Na divisão territorial brasileira, a cidade é a sede de município, qualquer que seja o seu número de habitantes.

As cidades, principalmente as *pequenas* são objeto de uma importante rede de estudos no Brasil, a Rede de Pesquisas sobre Cidades Médias e Pequenas da Bahia, RCMP³¹. Mas ainda são poucos esses esforços. Para Bacelar (2011)

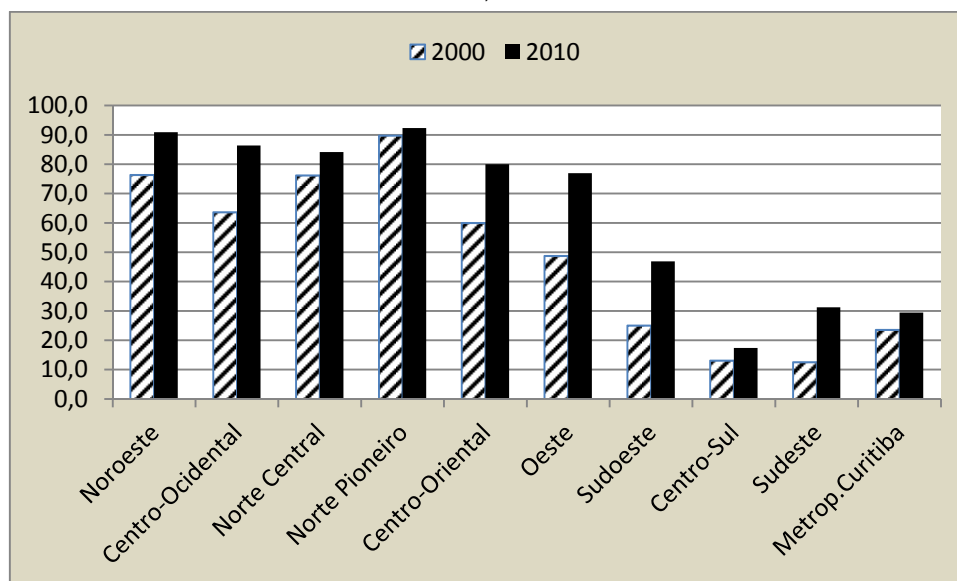
a grande dificuldade dos estudos sobre as pequenas cidades começa com a falta de entendimento do que se estuda: município ou cidade? E, principalmente, com a delimitação do que sejam cidade e área urbana pelos órgãos governamentais, especialmente o IBGE. (BACELAR, 2012, p. 81)

Lembramos que um dos objetivos da delimitação político-administrativa, tem por fim a arrecadação de impostos, em particular o territorial urbano (IPTU). Em muitos pequenos municípios, o perímetro urbano sofre alteração pela Câmara Municipal para fins imobiliários. Em certos casos as pressões vem dos proprietários de lotes rurais, de outros, a própria administração pública tenta se beneficiar da especulação imobiliária e também da nova fonte de arrecadação de imposto baseada nessas novas *áreas urbanas*. O proprietário, que durante muitos anos pagava o imposto territorial rural, se vê obrigado a pagar altas somas do imposto urbano, o que não deixa de ser um mecanismo de *urbanização* das áreas rurais.

Em relação à população residente em áreas rurais e urbanas, vamos nos ater aos municípios de três mesorregiões que nos chamam a atenção, as mesorregiões Centro-Sul, Sudeste e Sudoeste. O que queremos enfatizar aqui é que nas duas primeiras mesos a proporção da população residente em cidades em 2010 era 17% e 31% (Tabela A.2.2), respectivamente sendo que o restante da população urbana residia nas *vilas*, que são as sedes dos distritos, excetuando distrito-sede, cuja sede é a *cidade*.

³¹ A respeito, confira o II Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia na obra organizada por Dias e Santos (2012).

GRÁFICO 4 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS CIDADES, EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ, 2000 E 2010



FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Resultados do Universo)
 NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Voltando às *cidades*, da mesma forma que os municípios podem ser classificados com base em tipologias, as cidades também vem recebendo uma classificação peculiar, em especial as pequenas e médias cidades³². Para Bacelar, as cidades...

São aquelas com população inferior a 10.000 habitantes, em que a base produtiva e de empregados é reduzida, **seus habitantes vivem em quase total estado de dependência do poder público**, exemplificado pelas prefeituras, que se tornam o maior empregador e seus recursos ou receita tributária não representam a principal fonte de receita. (BACELAR, 2011, p. 85 - *grifos nossos*)

Tomando por exemplo a definição de pequenas cidades de Bacelar, ou qualquer outra definição internacional baseada em patamar populacional, as cidades dos pequenos municípios do Paraná, não deveriam receber a denominação de urbanas, conforme mostra os dados da tabela a seguir.

³² Dada a complexidade do termo *cidades médias*, nos ateremos apenas ao termo *pequenas cidades*. Sobre o conceito de cidades médias, ver Lopes e Henrique (2010).

TABELA 9 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CIDADES, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2010

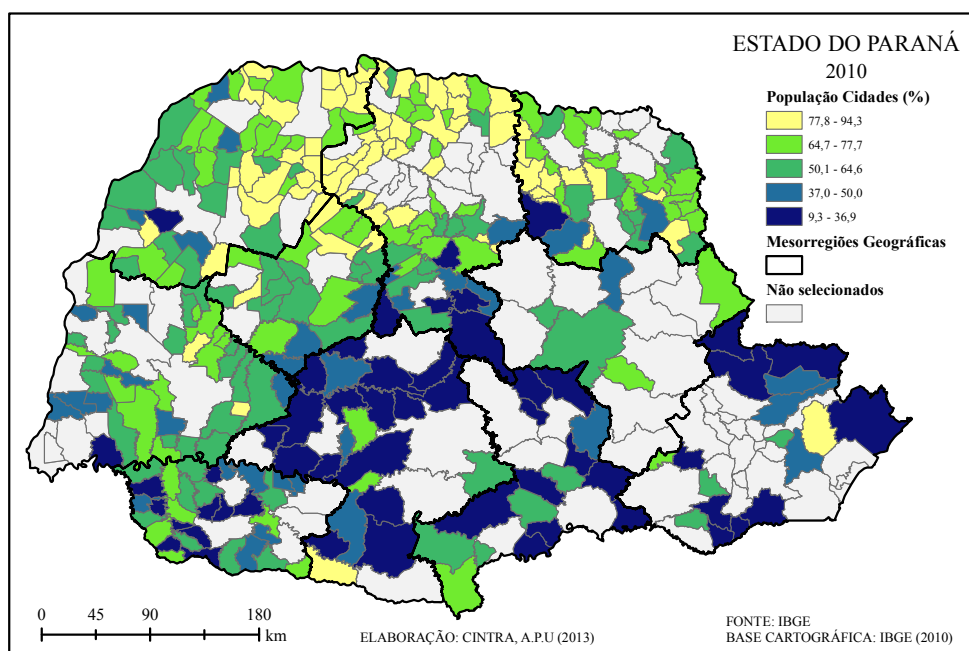
MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	CIDADES (%)				
	CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO				
	Até 2.000	2.001 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 20.000	Total
Centro-Sul	47,8	21,7	26,1	4,3	100,0
Sudoeste	34,4	31,3	21,9	12,5	100,0
Noroeste	20,0	41,8	29,1	9,1	100,0
Norte Central	19,0	39,7	31,7	9,5	100,0
Sudeste	12,5	50,0	37,5	0,0	100,0
Norte Pioneiro	7,7	51,3	28,2	12,8	100,0
Oeste	7,7	59,0	23,1	10,3	100,0
Metrop.Curitiba	5,9	64,7	17,6	11,8	100,0
Centro-Occidental	0,0	59,1	27,3	13,6	100,0
Centro-Occidental	0,0	20,0	20,0	60,0	100,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Resultados do Universo)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Como se observa acima, na mesorregião Centro-Sul, 47,8% das cidades possui tamanho populacional até 2 mil habitantes, percentual considerável também no Sudoeste (34,4%). Fazendo uma aproximação com a literatura internacional, as localidades com até 2 mil habitantes não deveriam ser consideradas urbanas. O mapa abaixo mostra a heterogeneidade espacial dos residentes em *cidades*:

MAPA 3 – PERCENTUAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE NAS CIDADES – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2010



2.6 – Migrações populacionais

Esse tópico tem por objetivo explicitar o padrão existente no destino dos migrantes em relação à abrangência geográfica, em especial, a análise dos fluxos segundo as mesorregiões geográficas de origem.

Ao se analisar os Migrantes segundo a abrangência territorial de destino nas últimas décadas, observa-se que a distribuição dos fluxos de emigrantes interestaduais se mantiveram próximos, com uma leve redução dos fluxos inter-mesorregionais e aumento dos fluxos intra-mesorregionais, como apresenta a tabela a seguir:

TABELA 10 – MIGRANTES DE DATA-FIXA POR FLUXO INTERMUNICIPAL (INTRA-MESORREGIONAL), INTER-MESORREGIONAL (INTRA-ESTADUAL) OU INTERESTADUAL, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E PERÍODO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES PARANÁ – 1995/2000 E 2005/2010

PERÍODO	MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	MIGRANTES					
		Imigrantes			Emigrantes		
		Origem dos fluxos			Destino dos fluxos		
		Intra-meso	Inter-meso	Inter-estadual	Intra-meso	Inter-meso	Inter-estadual
1995/2000	Noroeste	47,0	25,1	27,9	37,5	29,3	33,2
	Centro-Occidental	42,5	39,9	17,5	25,5	46,1	28,4
	Norte Central	51,3	24,4	24,3	48,8	23,5	27,7
	Norte Pioneiro	41,0	28,4	30,6	34,5	37,2	28,3
	Centro-Oriental	50,6	26,0	23,4	43,9	33,4	22,6
	Oeste	61,8	21,3	16,9	51,2	24,6	24,3
	Sudoeste	51,0	21,8	27,2	32,3	30,0	37,7
	Centro-Sul	44,3	41,0	14,8	39,2	41,6	19,2
	Sudeste	35,2	44,4	20,4	30,9	45,6	23,5
	Metrop. Curitiba	63,2	18,2	18,6	75,3	7,8	16,8
	Total	49,5	27,4	23,1	40,7	31,0	28,2
2005/2010	Noroeste	42,6	24,8	32,7	47,7	27,4	24,9
	Centro-Occidental	36,6	40,4	23,0	26,7	47,6	25,7
	Norte Central	51,8	25,3	22,9	57,4	20,4	22,2
	Norte Pioneiro	44,0	28,2	27,8	35,6	36,5	28,0
	Centro-Oriental	52,9	27,9	19,1	45,7	35,5	18,8
	Oeste	60,3	18,9	20,8	58,8	17,2	24,0
	Sudoeste	42,0	24,1	33,9	42,6	20,2	37,2
	Centro-Sul	46,9	35,5	17,6	27,4	35,7	36,9
	Sudeste	41,4	41,4	17,2	34,5	37,4	28,1
	Metrop. Curitiba	66,9	15,9	17,3	72,3	7,0	20,6
	Total	48,9	26,3	24,9	45,2	27,6	27,2

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Ao se considerar os fluxos de migrantes oriundos dos pequenos municípios, segundo o tamanho populacional do município de destino na época do recenseamento, não é possível observar alterações significativas nos padrões entre os períodos 1995/2000 (Tabela A.2.3) e 2005/2010 (Tabela 11); portanto comentaremos o período mais recente.

No período 2005/2010, 36% dos emigrantes se deslocaram para municípios com tamanho populacional de até 20 mil habitantes, ao passo que os municípios compreendidos entre 20,1mil a 50 mil e 50,1mil a 100 mil representavam 18,1% e 11,4% respectivamente do destino; enquanto que os municípios com mais de 100 mil habitantes era o destino de 34,4% destes emigrantes, como se vê a seguir:

TABELA 11 – EMIGRANTES DE DATA-FIXA, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO DE DESTINO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE ORIGEM – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ –2010

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS (ORIGEM)	EMIGRANTES				
	CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO (DESTINO)				
	Até 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	Mais de 100.000	Total
Noroeste	41,2	18,1	13,0	27,7	100
Centro-Occidental	36,8	13,0	16,6	33,7	100
Norte Central	35,3	15,4	8,3	41,1	100
Norte Pioneiro	35,0	23,1	7,4	34,5	100
Centro-Occidental	21,4	24,5	19,6	34,5	100
Oeste	37,0	18,1	5,9	39,0	100
Sudoeste	42,0	16,6	16,5	24,8	100
Centro-Sul	37,7	19,7	10,4	32,2	100
Sudeste	27,1	21,5	19,4	32,0	100
Metrop. Curitiba	20,7	18,3	11,4	49,7	100
Total	36,0	18,1	11,4	34,4	100

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Em relação à situação de domicílio do destino do emigrante, desde o primeiro período analisado essa dinâmica se configurou como prioritária apresentando 74,3% dos fluxos no período 1995/2000, ao passo que na década seguinte, o destino urbano atraiu praticamente 79,9% dos emigrantes. Os fluxos com destino rural diminuíram de 25,7% no período 1995/2000 para 20,1% no período 2005/2010, sendo que o principal destino para regiões rurais tem sido aquele oriundo da mesorregião Centro-Sul (Tabela 12).

Interessante observar que no período analisado, quando se considera os fluxos oriundos dos pequenos municípios até 20 mil habitantes, apenas 4,8% deles

teve como destino a Mesorregião geográfica metropolitana de Curitiba, mostrando que as dinâmicas desses pequenos municípios se diferenciam quando comparadas com os demais fluxos populacionais dos demais extratos com destino a essa mesorregião geográfica.

TABELA 12 – EMIGRANTES DE DATA-FIXA POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE ORIGEM E PERÍODO - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ – 1995/2000 E 2005/2010

PERÍODO	MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS (ORIGEM)	EMIGRANTES					
		SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (DESTINO)					
		Linha (%)			Coluna (%)		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1995/ 2000	Noroeste	73,4	26,6	100,0	16,1	16,9	16,3
	Centro-Occidental	76,0	24,0	100,0	11,0	10,0	10,7
	Norte Central	76,6	23,4	100,0	18,7	16,5	18,1
	Norte Pioneiro	75,5	24,5	100,0	11,5	10,8	11,3
	Centro-Oriental	78,5	21,5	100,0	1,4	1,1	1,3
	Oeste	75,6	24,4	100,0	14,6	13,5	14,3
	Sudoeste	71,1	28,9	100,0	12,2	14,3	12,8
	Centro-Sul	61,7	38,3	100,0	5,6	10,0	6,8
	Sudeste	77,3	22,7	100,0	4,4	3,7	4,2
	Metrop. Curitiba	80,3	19,7	100,0	4,6	3,2	4,2
	Total	74,3	25,7	100,0	100,0	100,0	100,0
2005/ 2010	Noroeste	80,6	19,4	100,0	14,8	14,2	14,7
	Centro-Occidental	82,1	17,9	100,0	9,4	8,2	9,1
	Norte Central	81,8	18,2	100,0	17,4	15,4	17,0
	Norte Pioneiro	80,6	19,4	100,0	12,3	11,8	12,2
	Centro-Oriental	81,9	18,1	100,0	2,7	2,3	2,6
	Oeste	79,8	20,2	100,0	13,2	13,4	13,2
	Sudoeste	79,2	20,8	100,0	10,8	11,3	10,9
	Centro-Sul	73,9	26,1	100,0	9,9	13,9	10,7
	Sudeste	77,3	22,7	100,0	4,6	5,3	4,7
	Metrop. Curitiba	82,5	17,5	100,0	4,9	4,1	4,8
	Total	79,9	20,1	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Ao se considerar os quantitativos de imigrantes nos pequenos municípios observa-se que houve uma diminuição de 41.250 imigrantes entre os dois períodos observados ao passo que a diferença entre os dois períodos é de 117.994 emigrantes, ou seja, esses municípios apresentam uma redução considerável no processo de saída populacional fazendo com os saldos migratórios (imigrantes – emigrantes) apresentem queda de -114.646 pessoas para -37.952 pessoas. O

indicador que melhor ajuda na interpretação desses valores é a taxa líquida migratória (saldo migratório/população 5 anos e mais) que em 2000 era de -5,04% ou seja, isto quer dizer que, se não fosse o efeito migratório a população de cinco anos e mais destes municípios seria de 5,04% maior. Como observado abaixo, o referido indicador diminuiu para -1,6% no período 2005/2010.

TABELA 13 – POPULAÇÃO DE 5 ANOS E MAIS, MIGRANTES DE DATA-FIXA, SALDO MIGRATÓRIO, TAXA LÍQUIDA MIGRATÓRIA E ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E PERÍODO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES PARANÁ – 1995/2000 E 2005/2010

PERÍODO	MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	População 5 anos e mais	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Taxa Líquida Migratória	Índice de Eficácia Migratória - IEM
1995/2000	Noroeste	323.659	43.735	62.209	-18.474	-5,71	-0,17
	Centro-Occidental	192.933	21.431	40.861	-19.430	-10,07	-0,31
	Norte Central	393.986	46.508	69.087	-22.579	-5,73	-0,20
	Norte Pioneiro	284.807	33.868	43.271	-9.402	-3,30	-0,12
	Centro-Oriental	60.072	8.739	5.115	3.624	6,03	0,26
	Oeste	277.082	35.095	54.567	-19.472	-7,03	-0,22
	Sudoeste	240.576	25.819	48.720	-22.901	-9,52	-0,31
	Centro-Sul	194.514	24.088	25.770	-1.682	-0,86	-0,03
	Sudeste	149.830	9.517	15.992	-6.474	-4,32	-0,25
	Metrop. Curitiba	158.765	18.287	16.142	2.145	1,35	0,06
	Total	2.276.223	267.087	381.733	-114.646	-5,04	-0,18
2005/2010	Noroeste	340.217	36.796	38.758	-1.962	-0,58	-0,03
	Centro-Occidental	183.995	16.146	24.133	-7.987	-4,34	-0,20
	Norte Central	408.991	39.073	44.733	-5.660	-1,38	-0,07
	Norte Pioneiro	292.130	24.516	32.283	-7.767	-2,66	-0,14
	Centro-Oriental	71.383	6.763	6.835	-71	-0,10	-0,01
	Oeste	287.042	32.658	34.927	-2.269	-0,79	-0,03
	Sudoeste	251.102	26.704	28.833	-2.129	-0,85	-0,04
	Centro-Sul	193.208	16.979	28.253	-11.273	-5,83	-0,25
	Sudeste	164.248	8.549	12.463	-3.914	-2,38	-0,19
	Metrop. Curitiba	183.668	17.653	12.571	5.082	2,77	0,17
	Total	2.375.983	225.837	263.789	-37.952	-1,60	-0,08

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

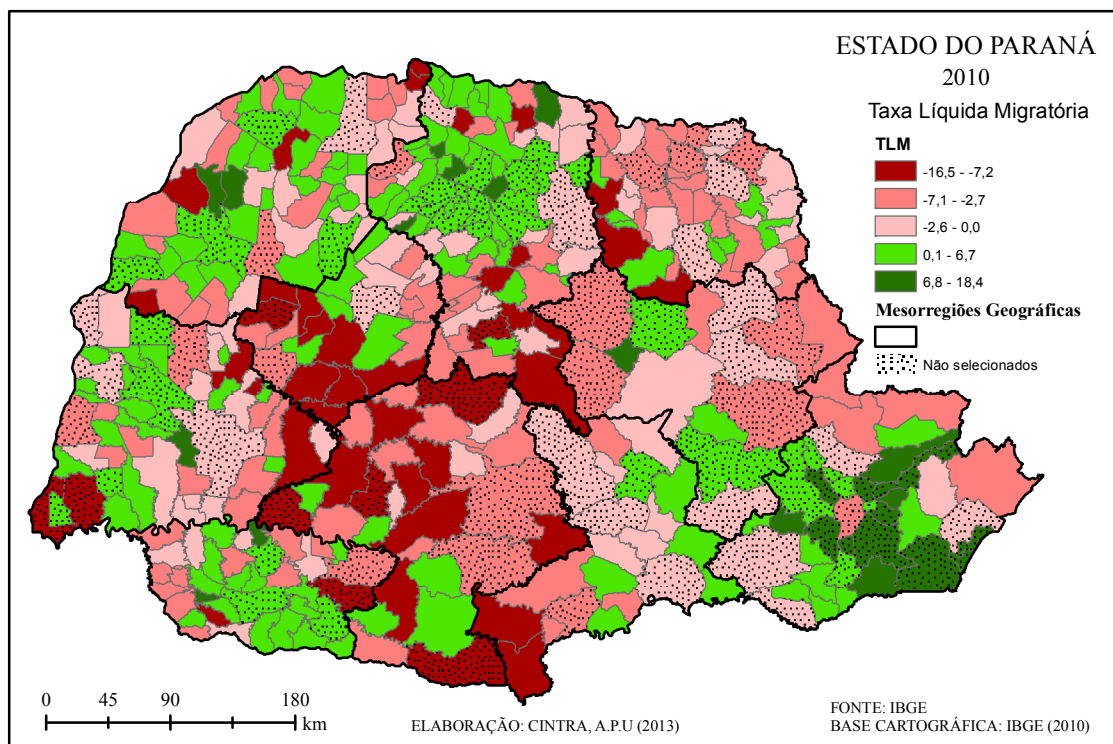
A partir da taxa líquida migratória observa-se que no período 1995/2000 as mesorregiões Centro-Occidental, Sudoeste e Oeste perderam parcela considerável de suas populações através das emigrações. No período 2005/2010, as mesorregiões Centro-Sul e Centro-Occidental continuam com taxas negativas consideráveis, como se vê da tabela anterior.

Do ponto de vista do efeito positivo das migrações, os pequenos municípios da mesorregião Metropolitana têm apresentado taxas positivas, destacando-se que no período 1995/2000, no Centro-Oriental, em muito devido aos investimentos no setor agroflorestal ligado à indústria de papel e celulose, que obteve um considerável aporte populacional nessa região.

Segundo o índice de eficácia migratória³³, os pequenos municípios das mesorregiões Centro-Sul, Centro-Occidental, Sudeste e Norte Pioneiro foram classificadas como áreas de baixa evasão migratória, enquanto que os pequenos municípios das mesorregiões Norte Central, Sudoeste, Oeste, Noroeste e Centro-Oriental foram classificados como áreas de rotatividade migratória. Os pequenos municípios da mesorregião metropolitana de Curitiba foram os únicos considerados como áreas de baixa absorção migratória.

No mapa a seguir é possível observar a localização dos municípios das mesorregiões Centro-Sul e Centro-Occidental que têm apresentado os indicadores mais negativos da taxa líquida migratória.

MAPA 4 - TAXA LÍQUIDA MIGRATÓRIA – PARANÁ - 2010



³³ O Índice de Eficácia Migratória (IEM) mede a capacidade de atração, evasão ou rotatividade migratória e é obtido através da relação entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes + emigrantes).

2.7 – Síntese

No período em análise, nos pequenos municípios paranaenses (com população até 20 mil habitantes), residiam entre 26,5% (2000) a 26,4% (2010) da população total do Estado. De modo geral, o excesso de criação e desmembramento municipal ocorridos nos últimos setenta anos, principalmente entre as décadas de 1940/1950, 1950/1960, 1960/1970 e 1991/2000 foi o que ocasionou a criação de uma série de pequenas localidades que não deveriam, a rigor, ser consideradas urbanas.

Outro dado correspondente é que, em virtude da falta de infraestrutura e opções de moradia e emprego na própria sede urbana (cidade) dessas pequenas localidades, os movimentos migratórios foram responsáveis pelas altas taxas de crescimento negativo observados na última década na população rural dessas pequenas localidades. Por outro lado, embora tenha sido possível observar taxas de crescimento positivo em outras cidades dessas pequenas localidades, os processos migratórios contribuíram para que no cômputo total da população, parte desses municípios apresentassem taxas de crescimento negativo no período.

Observou-se também que os fluxos oriundos dos municípios até 20 mil habitantes tiveram como destino não apenas os municípios com patamar populacional acima de 100 mil habitantes, mas também eles, o que mostra que para além da busca de um padrão de vida das aglomerações populacionais, existem outras lógicas no sentido dos fluxos migratórios. Para Jannuzzi (2000), que refletiu a condição e motivação dos migrantes no caso paulista, os motivos de partida dos migrantes nem sempre estão relacionados diretamente ao trabalho/ocupação. Em muitos casos estão ligadas às relações familiares/interpessoais e também às características (segurança, bem-estar) das localidades de destino. Parece ocorrer o mesmo no caso paranaense. A respeito da dispersão geográfica, observou-se que, de modo geral, para aproximadamente 24,9% dos migrantes paranaenses, os destinos eram outro Estado; para 26,3% o destino era outra mesorregião dentro do próprio Estado, e para os expressivos 48,9% dos migrantes o destino era municípios da própria mesorregião.

Verificou-se também que a maioria dos pequenos municípios analisados não se inserem nas chamadas Áreas de Concentração Populacional (Mapa A.3.1), nem em regiões metropolitanas (Mapa A.3.2), e portanto, não se beneficiam das regiões

de influência dos principais centros urbanos (Mapa A.3.4).

Com base na literatura internacional, parte dos pequenos municípios com até 20 mil habitantes poderiam ser considerados *rurais*, pois o seu tamanho populacional e a sua localização geográfica em relação ao sistema urbano não propicia aos seus habitantes uma experiência urbana equivalente à existente nos grandes centros urbanos. A experiência urbana nesses casos, resume-se ao acesso aos bens essenciais, como trabalho, moradia, educação e saúde. Os indicadores demográficos mostram que parte da população dessas pequenas localidades continua migrando para localidades próximas ou distantes, em busca de trabalho ou estudo.

Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930), em estudo clássico, já apontavam para uma das principais diferenças entre as áreas rurais e urbanas que é o tamanho das comunidades, critério utilizado também em diversos países, como foi apresentado no capítulo anterior. Esses autores informaram ainda a existência de uma *correlação negativa* entre o tamanho da comunidade e o percentual da população ocupada na agricultura:

Hence, there is and always has been a negative correlation between the size of the community and the percentage of the population engaged in agriculture. Usually an increase of the size of a community above a few hundreds of population, finds the proportion of agriculturists rapidly decreasing. This makes it comprehensible why statisticians have taken the size of the community as a criterion of the city and the country. In the statistics of the majority of countries, communities below 500, 1.000, 2.000, 2.500, or 8.000 (according to the country) are regarded as "rural" while those with populations above these sizes are viewed as 'urban'. (SOROKIN, ZIMMERMAN E GALPIN, 1930, p. 190).³⁴

Partindo da perspectiva de que o “rural” está ligado ao tamanho populacional, o presente tópico analisou a distribuição da população do Estado do Paraná segundo o tamanho dos municípios cujos elementos serão retomados no próximo capítulo, a respeito da verificação da referida existência de correlação entre tamanho da comunidades e as ocupações na agricultura.

³⁴ Assim, houve e sempre ocorreu uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e do percentual da população ocupada na agricultura. Normalmente, o aumento do tamanho de uma comunidade acima de algumas centenas de pessoas, encontra a proporção de agricultores rapidamente decrescentes. Isso torna compreensível por que os estatísticos têm tomado o tamanho da comunidade como um critério da cidade e do país. Nas estatísticas da maioria dos países, as comunidades abaixo de 500, 1.000, 2.000, 2.500, ou 8.000 (de acordo com o país) são considerados "rurais", enquanto aqueles com população acima destes tamanhos são vistos como "urbanos". (*op.cit.* – tradução livre)

CAPÍTULO 3 – OCUPAÇÃO NO PARANÁ, 2000-2010

3.1 - Distribuição das ocupações em atividades agrícolas e não agrícolas

Nesse capítulo, observaremos a distribuição da ocupação da população nos pequenos municípios paranaenses a fim de identificar a preponderância das atividades *agrícolas e não agrícolas*³⁵ no período em estudo, e as mudanças dessas atividades ocasionadas pelo fenômeno populacional migratório. Nosso interesse é entender qual a participação dos ocupados em atividades agrícolas no cômputo total de ocupados nos pequenos municípios paranaenses; em especial, aqueles residentes em áreas consideradas rurais, tendo em vista que alguns autores do rural brasileiro (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; SOUZA, 2000a; DEL GROSSI, SILVA e BOTELHO, 2008; LAURENTI e DEL GROSSI, 2008a), informam o recrudescimento dessa ocorrência no rural contemporâneo.

No Censo de 2000, a população ocupada em atividades agrícolas no Estado do Paraná era de 814.291 pessoas, e em 2010 diminuiu um pouco passando para 788.363 pessoas. Da mesma forma, em 2000, 62,4% dos ocupados em atividades agrícolas residiam em pequenos municípios, essa participação diminuiu um pouco em 2010, alcançando 59% de participação, como se apreende da tabela a seguir. Note bem que é muito pouco representativa a participação da população dos pequenos municípios paranaenses em atividades não agrícolas (17,6% em relação ao total de 2000 e 17,8% em 2010):

TABELA 14 – PESSOAS OCUPADAS, POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO – PARANÁ – 2000 E 2010

CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO	ANO	PESSOAS OCUPADAS			
		Setor de Atividade			
		Agrícola	Não Agrícola	Mal especificadas	Total
PARANÁ	2000	814.291	3.186.713	54.736	4.055.739
	2010	788.363	4.215.362	304.098	5.307.823
MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES	2000	508.264	561.685	7.355	1.077.304
	2010	465.414	751.014	48.771	1.265.199
%MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES	2000	62,4	17,6	13,4	26,6
	2010	59,0	17,8	16,0	23,8

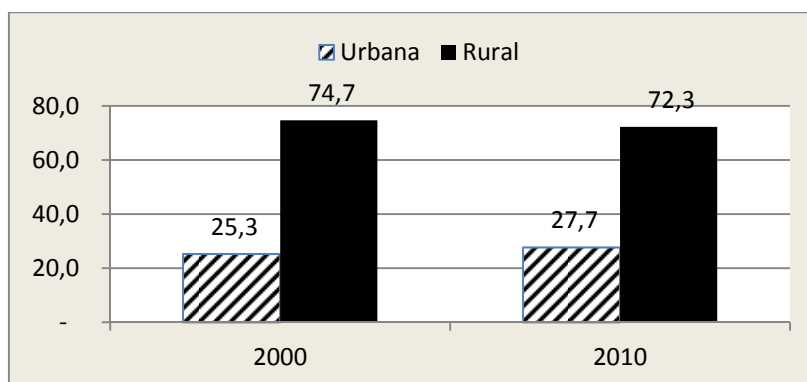
FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

³⁵ As *atividades agrícolas* são aquelas relacionadas aos setores de atividade econômica ligados à agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura; as *atividades não agrícolas* conformam todas as outras possibilidades.

A tabela 14 mostra a preponderância da atividade agrícola nos pequenos municípios do Paraná demonstrada pelos índices de participação em 62,4% em 2000 e 59% em 2010 – no estado de São Paulo, por exemplo, em 2010 a participação das atividades agrícolas em pequenos municípios é mensurada em 40,7%. (Tabela A.2.4) Considere o gráfico 5:

GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HAB. - PARANÁ – 2000 E 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

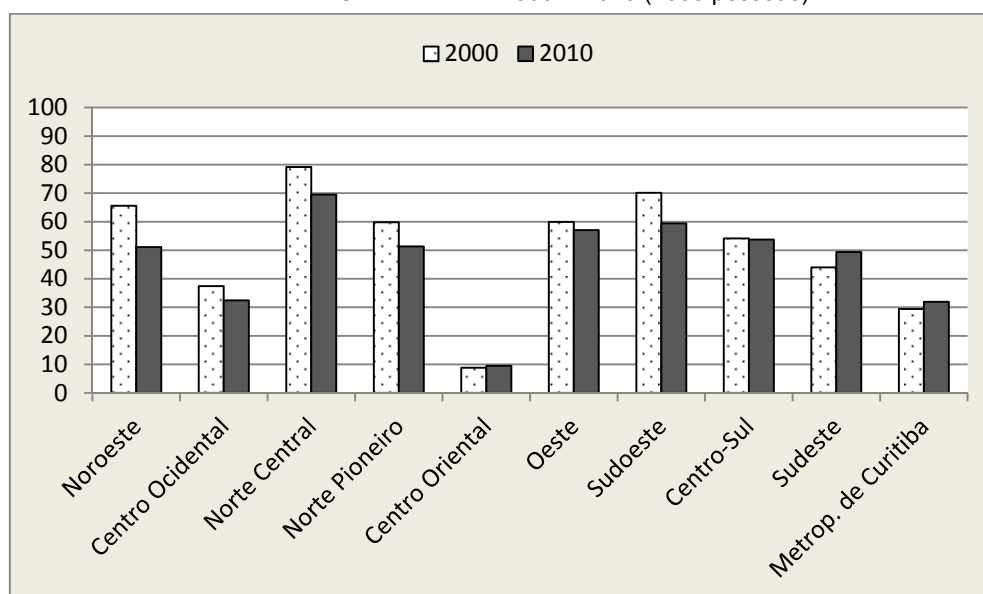
A situação de domicílio dos ocupados em atividades agrícolas nos pequenos municípios paranaenses confirma também a preponderância de residência rural dessa população. Além disso, a última década traz um dado interessante: um discreto aumento da participação dos residentes em domicílios urbanos envolvidos em atividades agrícolas³⁶. Esses dados corroboram a afirmativa dos clássicos da sociologia rural (SOROKIN; ZIMMERMAN e GALPIN, 1930) de que, à medida que diminui o tamanho dos municípios/áreas geográficas e aumenta a predominância de espaços naturais em seu território, a participação dos ocupados em atividades agrícolas, em relação ao total de ocupados, é significativa. Questão que também se confirmará para o local de residência dos agricultores familiares, como afirmamos em trabalho anterior (CINTRA, 2010). Isso, pois, uma das características gerais dos pequenos (até 20 mil) e médios (entre 20 a 50 mil habitantes) municípios, de modo

³⁶ A esse respeito, chamamos a atenção para a ausência de delimitações mais precisas no Censo Demográfico de 2010 no que se refere a municípios com patamares populacionais acima de 100 mil habitantes e em processo de expansão das áreas urbanas. A dificuldade nessa delimitação inviabiliza a compreensão da dinâmica de alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba, em especial, acerca do processo de aumento das ocupações não agrícolas em áreas rurais das regiões metropolitanas.

geral, é servir não só de trabalho mas também de moradia para importante parcela dos ocupados na agropecuária brasileira. (veja WANDERLEY, 2009a)

Seguindo as tendências já apontadas por alguns estudos acerca das ocupações agrícolas (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; SOUZA, 2000a), no Paraná, os pequenos municípios têm apresentado taxas negativas de participação (-0,9% a.a.) no período 2000/2010. Em algumas mesorregiões geográficas a diminuição é ainda mais considerável, como as ocorrências: Noroeste (-2,5%), Sudoeste (-1,6%) e Norte Pioneiro (-1,5%); e em três mesorregiões houve processo inverso, com aumento da população ocupada em atividades agrícolas, caso do Sudeste, da Metropolitana de Curitiba e do Centro-Oriental (ver Gráfico 6). Em termos absolutos, a população ocupada em atividades agrícolas diminuiu de 66 para 51 mil ocupados na mesorregião Noroeste, de 70 para 59 mil na Sudoeste, e de 79 para 70 mil no Norte Central, como se pode observar do gráfico a seguir:

GRÁFICO 6 – PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ – 2000 E 2010 (1000 pessoas)



FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

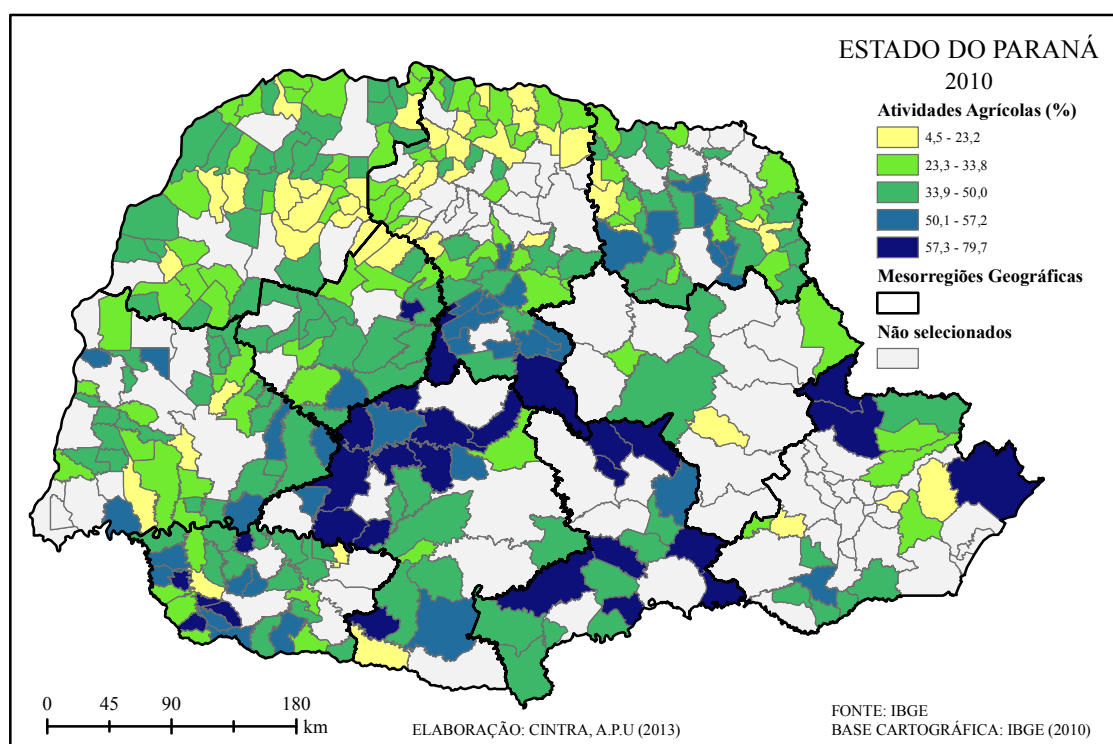
NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

No período relacionado à última década, observa-se ainda, do gráfico 6, certa estabilização da participação da população ocupada nos pequenos municípios em atividades agrícolas na mesorregião Centro-Oriental. O aumento da participação em ocupações agrícolas também é observado nas mesorregiões Sudeste e Metropolitana de Curitiba.

A despeito da diminuição informada anteriormente (números absolutos), é ainda representativa (59,9%) a participação dos ocupados em atividades agrícolas (no total de ocupados) para a maioria dos pequenos municípios no estado do Paraná. (Tabela A.2.5)

A esse respeito é possível encontrar padrões espaciais da participação dos ocupados em atividades agrícolas no território do estado. Nos municípios paranaenses em que esse percentual é menor observa-se a concentração nas mesorregiões mais ao norte do estado. Nos municípios em que a participação dos ocupados em atividades agrícolas é superior a 50%, a concentração ocorre nas áreas mais centrais, como nas mesorregiões Centro-Sul e Sudeste. Para efeitos de visualização destas distribuições, formulamos o seguinte mapa com a participação da população dos pequenos municípios paranaenses ocupada nessa específica atividade, conforme o Censo 2010:

MAPA 5 – PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE OCUPADOS, MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2010

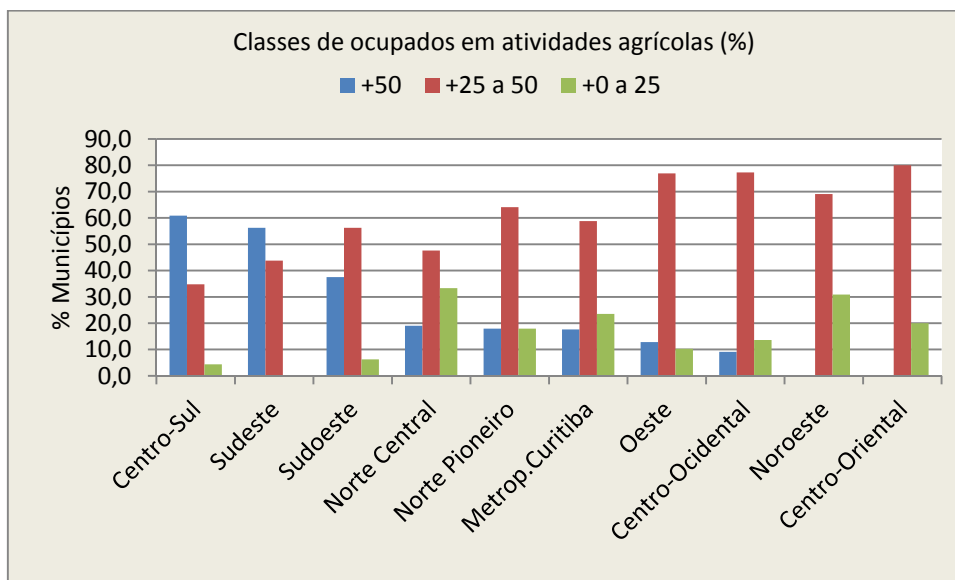


O que se pode observar do Mapa 5 é que para uma parte considerável dos pequenos municípios do estado do Paraná, as ocupações agrícolas representam índices importantes dos ocupados. Isso demonstra que, apesar das mudanças nos

padrões ocupacionais investirem na direção dos setores secundário e terciário da economia paranaense (Tabela A.2.6), a atividade agrícola continua a ter relevância nas pequenas localidades do estado; em vários casos a ocupação agrícola apresenta impacto superior a 57% da população dos ocupados dos pequenos municípios. Esses dados permitem considerar o caráter preponderantemente rural desses municípios do estado do Paraná (algo a que já fizemos menção em estudo anterior, 2007), valendo-lhes o qualificativo de *municípios agrícolas*, pois, além de apresentarem características de municípios rurais (baixo patamar e densidade populacional), detêm altas proporções de ocupados agrícolas. É o caso dos municípios: Porto Barreiro (79,7%), Goioxim (74,2%), Rio Bonito do Iguaçu (73,2%), Guamiranga (71,5%), Bela Vista da Caroba (71,1%), Marquinho (70,4%), etc.

Esses municípios considerados agrícolas apresentam também uma alta dependência espacial, o que caracteriza algumas mesorregiões do estado, como é possível observar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 7 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE MUNICÍPIOS, POR CLASSES DE OCUPADOS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Na mesorregião Centro-Sul (4108) é possível observar que mais de 60% dos municípios apresentam mais de 50% do total de ocupados em atividades agrícolas, ao passo que que na mesorregião Sudeste (4109) a proporção de municípios nesta condição é mais da metade (53,6%), enquanto que na mesorregião Sudoeste, é de

37,5%. Nas mesorregiões Noroeste, Norte Central e Metropolitana de Curitiba se encontram as maiores proporções de municípios em que os ocupados no agrícola representam menos de 25% do total de ocupados. Estes dados mostram que, no caso das mesorregiões paranaenses, a evolução das atividades agrícolas para as não-agrícolas apresenta tendências espaciais.

Considerando a natureza da ocupação, fica claro que existem vários rurais e não apenas um novo rural. Outra questão a ser considerada, quando se fala em atividades não agrícolas, é preciso levar em conta a existência de atividades do setor secundário (indústria de transformação) relacionadas com produtos agrícolas, como por exemplo a fabricação de produtos derivados da carne, de conservas de frutas legumes, laticínios, etc. Em determinados estabelecimentos agropecuários, alguns membros da família podem estar ocupados em atividades agrícolas (bovinocultura leiteira) enquanto outros estariam ocupados em atividades não agrícolas - na agroindústria rural (laticínios), sendo que ambas as atividades estão relacionadas com a produção primária, e coexistem no mesmo estabelecimento.

A agroindústria rural tem um papel importante na ocupação de determinadas mesorregiões geográficas, como por exemplo na mesorregião Noroeste (8,9%), na Norte Central (7,2%) e Oeste (5,0%). Parte das ocupações relacionadas com a cadeia produtiva da cana-de-açúcar encontram-se na indústria de biocombustíveis, sendo que, no caso dos pequenos municípios, as principais mesorregiões que empregam nesse setor de atividade são a Noroeste e Norte Central (ver tabela A.2.7).

No tópico a seguir apresentaremos as mudanças ocupacionais no âmbito das famílias residentes em áreas rurais e urbanas dos pequenos municípios paranaenses na última década, a fim de entender os arranjos ocupacionais familiares.

3.2 – Famílias rurais e urbanas

Os principais estudos a respeito das transformações ocorridas no rural brasileiro, em especial, na atividade agrícola, têm sido publicados pelo Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente (NEA), vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP, através do Projeto RURBANO³⁷. Muitos dos trabalhos contam com a organização de Clayton Campanhola e José Graziano da Silva (2004, 2000a, 2000b), que vêm procurando apresentar o rural brasileiro com características semelhantes ao dos países desenvolvidos. Um dos destaques refere-se à interpretação de que as ocupações das atividades agrícolas no meio rural têm reduzido sistematicamente o seu peso, gerando um número cada vez menor de renda, enquanto que, as atividades não-agrícolas (no meio rural), ao contrário, aumentam e propiciam melhor remuneração que as obtidas nas atividades rurais agrícolas. Tais estudos apontam que não se pode caracterizar o rural brasileiro como estritamente agrícola, afirmando o crescente aumento de famílias pluriativas.

Marcelino de Souza (2000a/b) colabora para a referida orientação. Sua análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) do período 1992-1998, por exemplo, que quantificou a ocupação e a renda das pessoas e famílias agrícolas e rurais no Paraná, apontou a ocorrência de decréscimo dos trabalhos agrícolas e o aumento das ocupações não-agrícolas. Porém, não só esse, mas muitos trabalhos acadêmicos têm seguido a linha analítica definida pelo Projeto RURBANO com base nos resultados das PNADs, procurando analisar as transformações que ocorrem nos níveis territoriais passíveis de análise que são: a unidade da federação, a região metropolitana, e as regiões não-metropolitanas – registra-se que, até o momento, mesorregiões, microrregiões e municípios não podem ser verificados pelas PNADS, somente pela base de microdados dos Censos (IBGE), tal como se adota aqui, permitindo uma análise mais localizada e, pela natureza da fonte, especializada, da informação.

A evolução das famílias agrícolas e pluriativas no Brasil, no período 2001 a 2005, pode ser encontrada na análise de Del Grossi, Silva e Botelho (2008), na qual

³⁷ Projeto originalmente coordenado por José Graziano da Silva / UNICAMP.

os autores destacam os fluxos migratórios recentes a partir das PNADS do IBGE. Com abordagem semelhante a Marcelino de Souza (2000a), e considerando o período 2001 a 2006, incluindo na análise também os dados do estado do Paraná, Laurenti e Del Grossi (2008a) verificam o aumento da população rural ocupada em atividades não-agrícolas, que para eles é conceituada como a tendência definidora do “novo rural” brasileiro. Das novas tendências observadas no rural, em outro artigo, os autores defendem a ideia de que o “novo rural” persiste como noção relevante para equacionar o desenvolvimento rural brasileiro. (LAURENTI e DEL GROSSI, 2008b)

Com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 para os pequenos municípios paranaenses, é possível observar as tendências identificadas nesses estudos referidos anteriormente, em especial aos relacionados com a diminuição das famílias agrícolas e o aumento das famílias pluriativas e não-agrícolas³⁸.

No período em foco, nos municípios até 20 mil habitantes, as famílias agrícolas paranaenses diminuíram -1,65% a. a., enquanto as famílias pluriativas e não agrícolas cresceram 1,82% e 2,94% a. a., respectivamente - é de se registrar que, tanto no caso da população total, como no da população rural, o crescimento do número de famílias não ocupadas é próximo ao das famílias não agrícolas; tais mudanças, entretanto, apresentam diferenças relevantes se levado em conta o pertencimento dos municípios à regiões metropolitanas (Tabela A.2.8 e Tabela A.2.9); a diminuição do número de famílias e de pessoas ocupadas é observada também nos municípios com população acima de 20 mil habitantes (Tabela A.2.10 e Tabela A.2.11).

Na tabela 15, pode-se observar que a participação percentual das famílias com membros ocupados em atividades agrícolas no ano de 2010 (famílias agrícolas e pluriativas) é de 35,3%, sendo que, nas áreas consideradas rurais, essas famílias representavam 67,6% do total dos residentes em áreas rurais.

³⁸ A respeito das estratégias de inserção dos membros das famílias nos setores de atividade agrícola e não agrícola, consideramos: a população residente em *famílias agrícolas* (em que os membros estavam ocupados somente em atividades agrícolas), *famílias pluriativas* (em que os membros estavam ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas), *famílias não agrícolas* (membros ocupados em atividades não agrícolas), e *famílias não ocupadas* (em que não havia nenhum ocupado no domicílio).

TABELA 15 – NÚMERO DE FAMÍLIAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ 2000/2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS	FAMÍLIAS				TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) 2000/2010
		Ano				
		2000		2010		
		N	%	N	%	
Urbana	Agrícola	55.308	13,3	50.223	9,5	-0,96
	Pluriativa	41.427	10,0	50.757	9,6	2,05
	Não Agrícola	245.296	59,0	330.779	62,3	3,04
	Não ocupadas	73.820	17,8	98.888	18,6	2,97
	Total	415.850	100,0	530.647	100,0	2,47
Rural	Agrícola	166.073	61,3	137.260	51,2	-1,89
	Pluriativa	37.675	13,9	44.006	16,4	1,57
	Não Agrícola	37.124	13,7	46.741	17,4	2,33
	Não ocupadas	30.071	11,1	40.026	14,9	2,90
	Total	270.941	100,0	268.032	100,0	-0,11
Total	Agrícola	221.381	32,2	187.483	23,5	-1,65
	Pluriativa	79.101	11,5	94.763	11,9	1,82
	Não Agrícola	282.419	41,1	377.520	47,3	2,94
	Não ocupadas	103.890	15,1	138.914	17,4	2,95
	Total	686.792	100,0	798.679	100,0	1,52

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Ao se analisar a média de moradores por família nos pequenos municípios, verifica-se, ao longo da última década, que o número médio de moradores diminuiu de 4,2 para 3,6 moradores: uma redução de -14% no período. O maior número de moradores tem sido observado nas famílias pluriativas (4,8), seguido pelas famílias agrícolas (4,4). Aqui também não é possível constatar diferenças significativas no tamanho das famílias residentes no urbano e no rural, exceto das famílias não ocupadas, nas quais o número de moradores residentes em áreas rurais é maior do que em áreas urbanas:

TABELA 16 – NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR FAMÍLIA, E VARIAÇÃO RELATIVA (%), SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2000/2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS	NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR FAMÍLIA		
		ANO		VARIAÇÃO RELATIVA (%) 2000/2010
		2000	2010	
Urbana	Agrícola	4,2	3,6	-14
	Pluriativa	4,7	4,0	-14
	Não Agrícola	4,0	3,6	-10
	Não ocupadas	3,0	2,6	-12
	Total	4,0	3,5	-11
Rural	Agrícola	4,5	3,8	-17
	Pluriativa	5,0	4,1	-18
	Não Agrícola	4,4	3,8	-13
	Não ocupadas	3,5	3,1	-12
	Total	4,5	3,8	-16
Total	Agrícola	4,4	3,7	-16
	Pluriativa	4,8	4,1	-16
	Não Agrícola	4,0	3,6	-10
	Não ocupadas	3,2	2,8	-12
	Total	4,2	3,6	-14

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A acentuada diminuição observada no número de membros das famílias é uma realidade (rural e urbana) hoje. Porém, mais especificamente no caso das famílias rurais, e em todas as referências – agrícola, pluriativa, não-agrícola e não-ocupadas (veja também a tabela 17) –, essa situação demanda influências diretas para a agricultura familiar; podendo em alguns casos, beneficiar ou não a dinâmica sucessória da agricultura familiar.

Segundo Spanevello (2008), duas questões principais permeiam a dinâmica sucessória da agricultura familiar, a primeira está relacionada com a existência de estabelecimentos que permitem a instalação de apenas um filho para evitar a inviabilidade econômica do mesmo, a segunda deriva da influência das condições econômicas e sociais dos estabelecimentos na permanência dos filhos na atividade agrícola. Nos domicílios onde já existe população envelhecida, as lógicas de sucessão ou não dos estabelecimentos familiares, alinhados à existência ou não de sucessores, é que vai nortear a manutenção ou venda dos estabelecimentos numa tentativa de assegurar a assistência aos pais na velhice.

Por outro lado, há parcela considerável de famílias rurais que possuem mais de quatro membros (39,4%), esse fato sugere maiores possibilidades de manutenção da transmissão do saber do campo, interpretação que se alinha aos estudos clássicos da agricultura familiar e da reprodução do campesinato (WOORTMANN, 1995; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

TABELA 17 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FAMÍLIAS, POR NÚMERO DE MEMBROS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FAMÍLIAS (%)					
		Número de Membros (Nº)					
		1	2	3	4	5	Total
Urbana	Agrícola	11	30	28	19	12	100
	Pluriativa	0	18	33	30	19	100
	Não Agrícola	7	25	32	24	12	100
	Não ocupadas	35	41	14	6	4	100
	Total	12	28	28	21	11	100
Rural	Agrícola	9	26	28	22	15	100
	Pluriativa	0	17	31	30	22	100
	Não Agrícola	7	22	31	24	15	100
	Não ocupadas	27	38	18	9	7	100
	Total	10	25	28	22	15	100
Total	Agrícola	9	27	28	21	14	100
	Pluriativa	0	17	32	30	20	100
	Não Agrícola	7	24	32	24	12	100
	Não ocupadas	33	40	15	7	5	100
	Total	11	27	28	21	12	100

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Ainda a respeito do recrudescimento populacional, é preocupante o aumento de famílias identificadas com apenas um morador no estado do Paraná - resultado esse que deve motivar futuras pesquisas acerca das demandas relacionadas à assistência social. No âmbito dos estudos rurais, devido às transformações observadas na dinâmica populacional, as pesquisas de base demográfica devem servir de suporte mais adequado às políticas públicas de desenvolvimento rural, o que não ocorre com ênfase. Dadas as particularidades do estado, os estudos sobre a ruralidade devem ser específicos para cada espacialidade, pois, por exemplo, determinadas mesorregiões rurais no Paraná sofreram processos de envelhecimento mais acentuados e algumas localidades paranaenses (mesorregião Centro-Sul), as populações são mais jovens. Vejamos mais a respeito no próximo tópico.

3.3 – Composição dos grupos etários³⁹

Na última década, a população dos pequenos municípios paranaenses apresentou acentuada transformação em sua estrutura demográfica. De uma população com elevada proporção de crianças (0-14 anos) ao aumento de grupos idosos (65 anos e mais). Alteração importante que se refletirá nas demandas de atendimento público e exigirá novas ações em políticas públicas para o estado. Na tabela 18, apresentamos os principais grupos etários da população total do Paraná em 2000 e 2010.

De modo geral, em 2000, 29,5% da população total no Paraná compunha o grupo etário de 0-14 anos, 63,8% correspondia à população potencialmente ativa (15-64 anos) e 6,7% à população idosa (65 anos e mais). Uma década depois, a participação da população de 0-14 sofreu relativa diminuição passando a 23,1%, acompanhado do aumento da participação da população em idade ativa 67,7%, como também a de idosos 9,2%. A dinâmica é similar, em todas as referências, ao caso dos pequenos municípios.

Nesses municípios, nos extratos rural e urbano, no ano 2000, a participação da população no grupo etário de crianças era de 30,9% no rural e 28,4% no urbano; da população potencialmente produtiva: 63,4% no rural e 64,2% no urbano; e da população idosa: 5,7% no rural e 7,4% no urbano. Uma década depois, a situação da população no grupo etário de crianças era de 23,9% no rural e 22,6% no urbano; da população potencialmente produtiva: 67,6% no rural e 67,8% no urbano; e da população idosa: 8,5% no rural e 9,5% no urbano.

³⁹ O presente item, em versão aqui modificada e ampliada, foi publicado na edição virtual de *Comunicados para o Planejamento*, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, em 2011.

TABELA 18 – PROPORÇÃO DE CRIANÇAS, DE POPULAÇÃO POTENCIALMENTE PRODUTIVA E DE IDOSOS, EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL, E RAZÃO DE DEPENDÊNCIA – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2000 E 2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS	CRIANÇAS (%)		POPULAÇÃO POTENCIALMENTE PRODUTIVA (%)		IDOSOS (%)		RAZÃO DE DEPENDÊNCIA	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Urbana	Agrícola	31,9	25,0	61,9	65,0	6,3	10,0	10,0	54,0
	Pluriativa	25,0	20,3	71,6	75,5	3,5	4,2	4,2	32,5
	Não Agrícola	29,9	24,3	66,3	70,9	3,8	4,8	4,8	41,1
	Não ocupadas	20,3	14,2	48,3	47,3	31,4	38,5	38,5	111,2
	Total	28,4	22,6	64,2	67,8	7,4	9,5	9,5	47,4
Rural	Agrícola	32,3	24,9	63,1	67,8	4,6	7,3	7,3	47,5
	Pluriativa	25,8	21,2	71,0	74,3	3,2	4,5	4,5	34,5
	Não Agrícola	34,8	28,2	62,0	67,8	3,2	4,0	4,0	47,4
	Não ocupadas	23,9	17,2	52,0	54,5	24,1	28,3	28,3	83,6
	Total	30,9	23,9	63,4	67,6	5,7	8,5	8,5	48,0
Total	Agrícola	32,2	24,9	62,8	67,1	5,0	8,0	8,0	49,1
	Pluriativa	25,4	20,7	71,3	74,9	3,3	4,4	4,4	33,4
	Não Agrícola	30,6	24,8	65,7	70,5	3,7	4,7	4,7	41,9
	Não ocupadas	21,5	15,1	49,5	49,6	29,0	35,2	35,2	101,5
	Total	29,5	23,1	63,8	67,7	6,7	9,2	9,2	47,6

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor; Crianças (0-14 anos); População potencialmente produtiva (15 a 64 anos); Idosos (65 anos e mais); Razão de dependência (0-14 anos + 65anos e mais/15-64 anos).

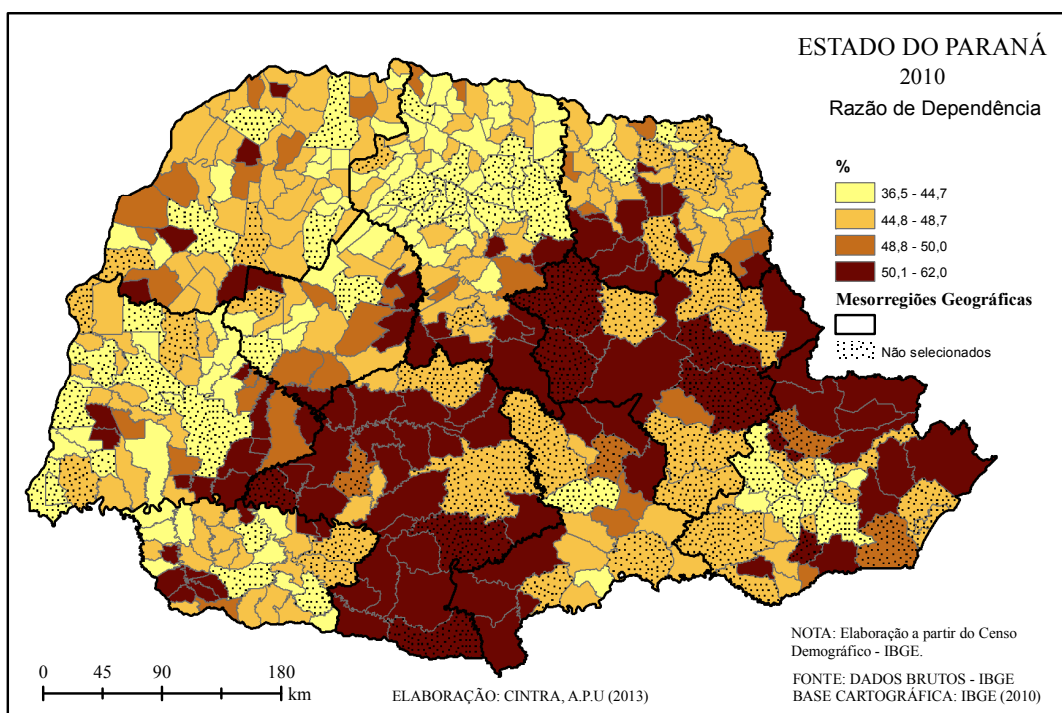
De modo geral, nos pequenos municípios do Paraná observa-se, tanto no rural como no urbano, aproximações no que diz respeito à diminuição do percentual de crianças, e ao discreto aumento da população potencialmente produtiva e de idosos. A tendência para a próxima década é a de que a faixa da população potencialmente produtiva amplie notadamente o grupo etário dos idosos, enquanto ela mesma (população produtiva) incorpore parte discreta da faixa de jovens. Afinal, as projeções populacionais para a década de 2020 (IBGE, 2008b) apontam o refluxo da *janela de oportunidade* demográfica no país. Porém, no momento, como afirma José Eustáquio Alves:

O mundo está passando por um dos melhores momentos demográficos de toda a história da humanidade. Isso se deve a um dos mais inopinados fenômenos sociais ocorridos na história da racionalidade humana: a transição demográfica. A transição demográfica, de modo geral, começa com a queda das taxas de mortalidade e, depois de um certo tempo, prossegue com a queda das taxas de natalidade, o que provoca uma forte mudança na estrutura etária da pirâmide populacional. [...] O Brasil e a América Latina encontram-se em uma fase intermediária da transição demográfica. (ALVES, 2008, p. 3; 4)

Para entender essa questão é preciso fazer uma pontual operação demográfica: o grupo etário mais jovem (0-14 anos) e a população de 65 anos e mais, compõem juntos a chamada *população economicamente dependente*, enquanto o grupo etário de 15 a 64 anos é considerado *população potencialmente produtiva*. A relação entre esses dois grandes grupos populacionais têm potencializado o chamado “bônus demográfico” ou “janela de oportunidade demográfica”. Esses termos, embora tradicionais no âmbito do planejamento público, apoiado em indicadores demográficos, se tornaram mais presentes nos meios de comunicação de massa com a veiculação do Censo Demográfico 2010.

O bônus demográfico é resultante da relação de dependência entre a população economicamente dependente e a população potencialmente produtiva, denominada *razão de dependência*. O seu comportamento ao longo do tempo vai definir o momento de abertura e fechamento da janela de oportunidade demográfica, fenômeno que acontece apenas uma vez na história de uma dada população, e que pode ser traduzido como o período em que o número de pessoas dependentes diminui para cada pessoa potencialmente produtiva. A abertura da janela se dá com a diminuição da população economicamente dependente, influenciada pela diminuição da população dos grupos etários mais jovens, e o fechamento acontece com a inversão do fenômeno, quando o crescimento da população economicamente dependente é afetado pela ampliação da população mais idosa.

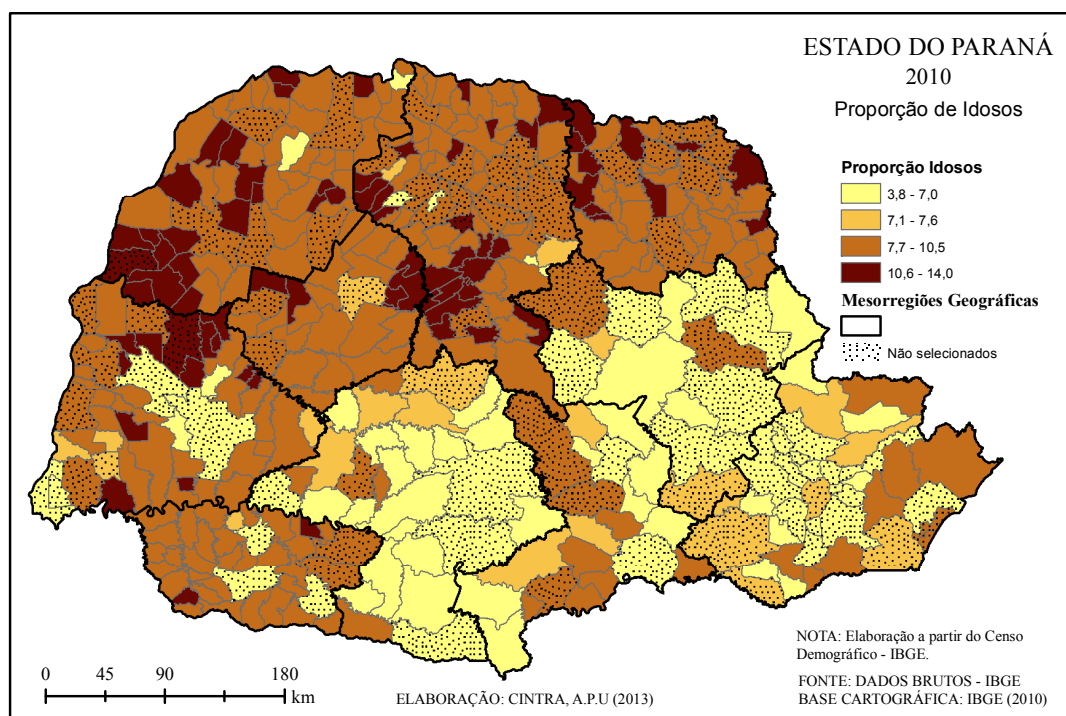
MAPA 6 – RAZÃO DE DEPENDÊNCIA – PARANÁ – 2010



Nas últimas décadas, a razão de dependência tem decrescido paulatinamente com a diminuição da taxa de fecundidade. Em meados da última década, a razão de dependência ficou abaixo de 50%, o que significa que para cada 100 pessoas em idade potencialmente produtiva havia algo menos de 50 pessoas dependentes. Nessa perspectiva, pode-se entender que a janela de oportunidade para o estado do Paraná já teria sido aberta, e que a oportunidade do bônus demográfico, tomando como referência as projeções populacionais disponíveis, se dirige gradualmente ao seu ápice que acontecerá ao final deste decênio.

Segundo Alves (2008, p. 4-8), a janela de oportunidade demográfica é temporária, ou seja, nas próximas décadas, com o aumento da população idosa, serão demandadas políticas públicas específicas para a terceira idade. Da mesma forma, os custos previdenciários serão maiores, necessitando alterações na legislação previdenciária vigente. Novas políticas educacionais e de qualificação do trabalhador já são necessárias, e muito embora possam reduzir, a médio prazo, a distorção entre a demanda ocupacional e a população em idade ativa, não permitirão, em tempo, aproveitar a *janela de oportunidades* em sua totalidade.

MAPA 7 – PROPORÇÃO DE IDOSOS – PARANÁ – 2010



A esse respeito, se, por um lado, a diminuição da população economicamente dependente (grupos etários jovens e idosos) tem sido interpretada como um “*bônus*” demográfico do ponto de vista das políticas públicas, principalmente aquelas de cunho social, por outro, trazem consigo inquietações acerca da diminuição dos jovens nas famílias que residem no rural, em especial das famílias ligadas à agricultura familiar, interferindo nos processos de reprodução social da agricultura familiar, processos estes estudados por (SPANEVELLO, 2008).

Dado o avanço do processo de envelhecimento e da redução do número de membros das famílias, sugerimos que estudos relacionados às recentes transformações demográficas sejam inseridos nas temáticas contemporâneas dos estudos do rural. Em virtude das diversas configurações do processo de envelhecimento, da concentração dos domicílios pobres, etc., a ruralidade paranaense contemporânea, em visível transformação, necessitará de políticas específicas para cada região, sejam elas de incentivo à agricultura familiar, assistenciais para a terceira idade ou de combate à pobreza rural. Temas aos quais os pesquisadores poderão oferecer subsídios.

3. 4 - A posição na ocupação

Nesse item, interessa-nos compreender algumas particularidades da *posição na ocupação*⁴⁰ (agrícola) da população ocupada nos pequenos municípios paranaenses. São informações que permitem uma aproximação a respeito das diferentes dinâmicas do processo de trabalho ali encontradas. Até o momento, tendo observado a proporção de pessoas ocupadas no agrícola e no não agrícola segundo as mesorregiões, bem como sua distribuição segundo a situação do domicílio, consideremos, especificamente, a *posição na ocupação* agrícola.

Segundo o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012d), do total de pessoas ocupadas: 54% se constituía por *empregados* (com e sem carteira), 28% por *conta-própria* e 11,1% por *não remunerados*⁴¹, como apresenta a tabela a seguir. Entre os residentes em áreas rurais que pertenciam a *famílias agrícolas* os maiores percentuais estavam no contingente dos *conta-própria* (40%) e dos *não remunerados* (27,0%) que, em conjunto com a categoria dos *trabalhadores na produção para o próprio consumo*, são consideradas ocupações da *agricultura familiar*.

A principal diferença observada nos ocupados que pertenciam a *famílias agrícolas* residentes em áreas rurais e urbanas está no fato de que os residentes no meio urbano predominam na posição de empregados (73%) enquanto que no meio rural essa posição é de apenas 24%. Como mostraremos mais a frente, essas diferenças apresentam dependência espacial, ou seja, há determinadas mesorregiões geográficas com predomínio de ocupados na agricultura e residentes no meio rural, especificidade espacial também ligada a posição na ocupação.

⁴⁰ “*Posição na ocupação*” é a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. (IBGE, 2000, p.113)

⁴¹ *Conta própria* – pessoa que, na semana de referência, trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado; *Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio* – Pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro do domicílio que era empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou piscicultura); ou conta própria ou empregador em qualquer atividade; *Empregado* – pessoa que trabalhava para um empregador – pessoa física ou jurídica – geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios, como: moradia, alimentação, roupas, etc.; *Trabalhador na produção para o próprio consumo* – para pessoa que trabalhou, durante pelo menos uma hora na semana de referência, na produção de bens do ramo que compreende as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou piscicultura, destinados exclusivamente à alimentação de pelo menos um morador do domicílio. (IBGE, 2003, p. 250)

TABELA 19 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE PESSOAS OCUPADAS, POR TIPOLOGIA DE FAMÍLIA, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HAB. - PARANÁ - 2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PESSOAS OCUPADAS (%)			
		Tipologia de família			
		Agrícola	Pluriativa	Não Agrícola	Total
Urbana	Empregados com carteira de trabalho assinada	31	32	39	37
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	42	40	28	32
	Militares e funcionários públicos estatutários	0	3	5	4
	Empregadores	2	2	4	3
	Conta própria	19	19	22	21
	Não remunerados	4	3	2	3
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2	2	0	1
	Total	100	100	100	100
Rural	Empregados com carteira de trabalho assinada	10	22	40	16
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	14	25	28	18
	Militares e funcionários públicos estatutários	0	2	4	1
	Empregadores	1	1	2	1
	Conta própria	40	31	23	36
	Não remunerados	27	15	3	22
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7	5	0	6
	Total	100	100	100	100
Total	Empregados com carteira de trabalho assinada	14	27	39	28
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	20	32	28	26
	Militares e funcionários públicos estatutários	0	2	5	3
	Empregadores	1	1	4	2
	Conta própria	36	25	22	28
	Não remunerados	23	9	2	11
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	6	3	0	3
	Total	100	100	100	100

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Em relação aos ocupados que pertencem a *famílias pluriativas* verifica-se que os residentes em áreas urbanas não se diferenciam dos ocupados que pertencem a famílias agrícolas residentes em áreas urbanas. Os ocupados pertencentes a famílias pluriativas residentes em áreas rurais se diferenciam dos ocupados pertencentes a famílias agrícolas em áreas rurais pelo fato de entre seus membros existir aproximadamente metade dos ocupados na posição de empregados.

O que se apreende dos dados é que a estrutura da posição na ocupação dos ocupados em *famílias agrícolas* ainda mantém o predomínio nas posições que representam características da agricultura familiar, em que o chefe da família ou o cônjuge é recenseado como *conta própria* enquanto que os demais membros da família são recenseados como *não remunerados*⁴². Consideremos um pouco mais a respeito observando as taxas de crescimento dos ocupados segundo a posição na ocupação na última década (2000/2010), conforme apresenta a tabela a seguir.

TABELA 20 – TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE PESSOAS OCUPADAS, POR TIPOLOGIA DE FAMÍLIA, SEGUNDO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO. PARANÁ – 2000/2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			
		Tipo de família			
		Agrícola	Pluriativa	Não Agrícola	Total
Urbana	Empregados com carteira de trabalho assinada	-0,5	4,5	6,1	5,3
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	-4,1	-1,4	1,7	0,2
	Militares e funcionários públicos estatutários		4,5	5,2	5,1
	Empregadores	-5,3	0,2	0,7	0,2
	Conta própria	1,8	1,8	1,8	1,8
	Não remunerados	-12,8	-6,5	-3,0	-5,1
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	16,4	14,3		15,5
	Total	-0,8	1,9	3,7	2,9
Rural	Empregados com carteira de trabalho assinada	-1,3	3,3	5,3	2,3
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	-1,5	-0,2	2,5	-0,3
	Militares e funcionários públicos estatutários		0,3	2,4	1,3
	Empregadores	-8,5	-3,9	-0,6	-5,0
	Conta própria	0,7	1,9	1,9	1,0
	Não remunerados	-15,3	-4,9	7,3	-12,0
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7,9	7,3		7,8
	Total	-1,6	1,3	3,7	-0,2
Total	Empregados com carteira de trabalho assinada	-1,0	4,0	6,0	4,6
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	-2,5	-0,9	1,8	0,1
	Militares e funcionários públicos estatutários		2,6	5,0	4,6
	Empregadores	-6,9	-0,8	0,6	-0,4
	Conta própria	0,8	1,8	1,8	1,4
	Não remunerados	-15,2	-5,2	-0,8	-10,7
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	8,7	9,2		8,8
	Total	-1,4	1,6	3,7	1,6

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

⁴² No Censo Demográfico 2000 esta posição se chamava “não remunerados em ajuda a membro do domicílio”. (IBGE, 2003)

Os dados permitem observar que, para os municípios analisados, são válidas as hipóteses apresentadas por Bazzotti, Nazareno e Cintra (2009) acerca das mudanças ocupacionais das famílias agrícolas do Paraná. Tomando por base as PNADS, considerando de modo geral a dinâmica para todo o estado, o artigo aponta para uma diminuição dos *não remunerados* e um aumento significativo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo. Esse mesmo comportamento se observa para os pequenos municípios, pelo que se apura dos dados da tabela 20.

Tanto em situação de domicílio rural como urbano é possível registrar altas taxas de crescimento negativo de ocupações não remuneradas. No caso dos ocupados pertencentes a famílias agrícolas, a diminuição foi de -12,8%a.a. em áreas urbanas e de -15,3%a.a. em áreas rurais. Do ponto de vista da estrutura dos arranjos familiares, os dados do Censo Demográfico 2010 apontam para o crescimento dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, e pelo que entendemos, com base em dois fenômenos: um de ordem demográfica, outro de ordem cultural.

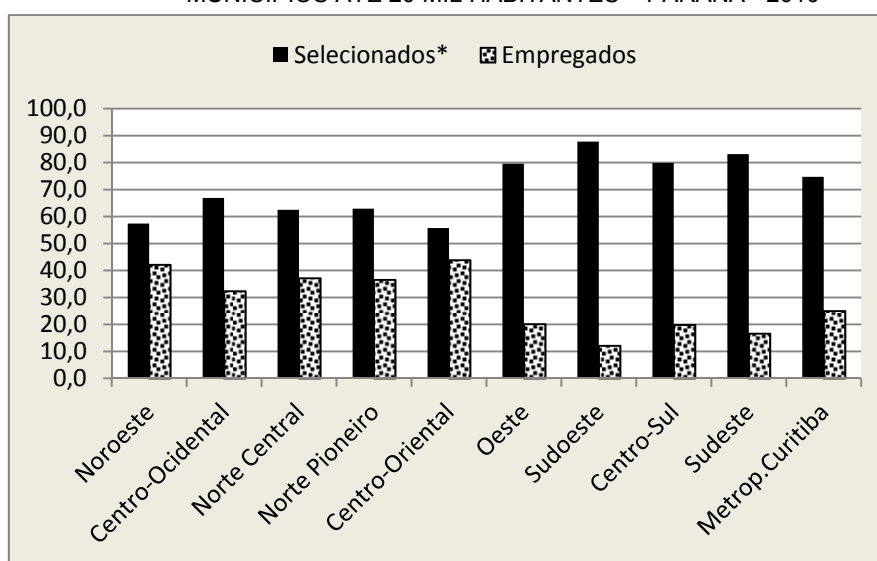
O primeiro fenômeno refere-se à diminuição no número de membros da família. Uma das características que diferenciam os *conta própria* dos trabalhadores na produção para o *próprio consumo* é a renda auferida da venda de mercadorias. Uma questão que merece mais pesquisas é a possibilidade dos ocupados na posição de *conta própria* se transformarem em ocupados de produção para o *próprio consumo* com a saída de outros membros da propriedade, em especial dos filhos, inviabilizando a escala produtiva que antes seria destinada ao mercado. Parte dessa dinâmica na posição na ocupação foi encontrada em famílias com apenas dois membros.

O segundo fenômeno diz respeito à diminuição da hierarquia familiar na última década que pode ser entendida da seguinte maneira. Nas famílias em que o chefe detém a administração do processo produtivo, ele foi considerado o *conta-própria*, pois a estrutura familiar permite a venda de um excedente para o mercado com a geração de uma receita monetária, sendo que todos os demais membros, segundo a lógica da família camponesa, seriam *não remunerados em ajuda a membro do domicílio*. O que foi encontrado nos dados do Censo 2010, é que em muitas famílias um dos filhos ou outro parente apresenta uma posição na ocupação que não segue a lógica da agricultura familiar.

Outro ponto importante nesse tema, é que tais dados apontam para as mudanças observadas nos estudos dos pesquisadores do Projeto RURBANO, ou seja, a confirmação da diminuição das famílias agrícolas e o aumento das famílias pluriativas e não agrícolas em áreas rurais. No entanto, os indicadores mostram ainda que as taxas de crescimento das famílias não agrícolas (e dos ocupados nessas famílias) são menores nas áreas rurais dos pequenos municípios do que ao se considerar as áreas rurais do Paraná dos municípios com mais de 100 mil habitantes (ver tabelas A.2.8 e A.2.9), confirmando nossa hipótese de que as *novas ruralidades* crescem a taxas geométricas menores nos pequenos municípios em relação às demais áreas rurais do estado – outros estudos sobre as áreas rurais dos municípios paranaenses com mais de 20 mil habitantes seriam interessantes para confrontar o que se observa.

Em relação à posição na ocupação dos residentes em áreas rurais pertencentes às famílias agrícolas, novamente, os dados censitários de 2010 apresentam a persistência de diferenças significativas entre as mesorregiões, como já apontado por Cintra (2007). Enquanto nas mesorregiões Noroeste, Centro-Ocidental, Norte Central e Norte Pioneiro predominam o contingente dos *empregados*, nas outras mesorregiões predominam as ocupações de *conta-própria*, *não remunerados* e trabalhadores na produção para o *próprio consumo*.

GRÁFICO 8 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PESSOAS OCUPADAS, PERTENCENTES A FAMÍLIAS AGRÍCOLAS, RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS, SEGUNDO A POSICAO NA OCUPACAO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ - 2010



FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO (Microdados amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor; Selecionados: *Conta própria*, *não remunerados* e *trabalhadores na produção para o próprio consumo*.

Destaca-se ainda que nas mesorregiões Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste há uma parcela considerável de pessoas ocupadas no contingente de *não remunerados*, enquanto que os trabalhadores na produção para o *próprio consumo* se destacam nas mesorregiões Centro-Oriental, Centro-Sul e Metropolitana de Curitiba.

Da importância das categorias de posição na ocupação características da Agricultura Familiar, no próximo capítulo serão aprofundados elementos acerca desses agricultores, a partir da análise de indicadores baseados no Censo Agropecuário 2006, que fornece, mais apropriadamente aos nossos propósitos, importantes subsídios para o entendimento dos estabelecimentos agrícolas administrados por famílias de agricultores no Paraná.

3. 5 – Síntese

A partir da mensuração da população ocupada segundo as seções de atividade do trabalho principal ao longo do período analisado (2000 a 2010), reitera-se a relevância do setor agrícola/agropecuário para a dinâmica da vida social dos pequenos municípios paranaenses, segundo as suas mesorregiões.

A principal questão aqui investida é que a ocupação das áreas rurais dos pequenos municípios continua sendo predominantemente agrícola com uma proporção de ocupados nessa atividade superior aquelas encontradas nas demais áreas rurais do estado do Paraná e mesmo em relação as áreas rurais de outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

Embora a população residente nos pequenos municípios seja de apenas um quarto (24,4%) da população paranaense em 2010, em relação aos ocupados em atividades agrícolas, os residentes nesses municípios equivalem a 59% do total de ocupados em atividades agrícolas no estado no referido ano.

Se, por um lado, as ocupações agrícolas têm apresentado redução no período de análise de - 0,9% ou -1,2% para os residentes em áreas rurais, por outro, a participação dessas ocupações no total das ocupações dos pequenos municípios mostra que a atividade ainda tem peso considerável nos municípios aqui analisados, sendo que, para alguns deles, representa mais da metade das ocupações do

município. O que se defende é que as *novas ruralidades* são mais visíveis atualmente nas áreas rurais das médias e grandes cidades, e principalmente em áreas rurais metropolitanas (ver tabelas A.2.10 e A.2.11).

No caso específico das ocupações das áreas consideradas rurais, embora o aumento das ocupações não agrícolas seja considerável (1,6%), não foi suficiente para permitir que a taxa de crescimento dos ocupados (-0,2%) fosse positiva, ou seja, no conjunto dos municípios analisados, não é possível evidenciar “uma compensação de perdas de postos de trabalho no setor agrícola pela criação de inúmeras ‘novas atividades’ não-agrícolas no meio rural” como foi apontado por Campanhola e Silva (2000, p.8) acerca do novo rural brasileiro. O aumento dos ocupados no meio rural paranaense foi observado apenas nos municípios inseridos na Região Metropolitana de Curitiba. Ao se considerar as áreas rurais dos municípios do estado do Paraná como um todo, houve um aumento de apenas 0,2% na taxa dos ocupados, sendo que esse valor é devido ao indicador da RM de Curitiba que foi de 1,9% no período. Nesses municípios em áreas de influências metropolitanas, é possível falar da *emergência de novas ruralidades* que tem revertido a queda dos ocupados residentes nessas áreas. Entretanto, não é o caso para os municípios paranaenses até 20 mil habitantes.

Do ponto de vista do arranjo das famílias que residem no meio rural, ainda foi possível observar que, em 2010, 67,6% dessas famílias contavam com pelo menos um membro ocupado em atividades agrícolas, sendo que a proporção de famílias em que todos os membros ocupados estão em atividades agrícolas reduziu para quase a metade (51,2%). Além do aumento das famílias *pluriativas* (1,57% a.a.), os resultados apontam para um aumento considerável das famílias com membros *não ocupados* (2,9 % a.a). As mudanças nos arranjos familiares, segundo as ocupações, por um lado, estão ligadas às questões demográficas, haja vista que nas áreas rurais, a proporção de famílias com apenas um membro gira em torno de 10% do total, e que as famílias com dois membros representam 25% do contingente.

Foi observado que a diminuição do número de membros ocorreu principalmente entre aqueles cuja posição na ocupação era o de *não remunerados*, o que, em muitos casos, tem se constituído no grupo dos jovens que emigram para outros locais em busca de trabalho ou estudo. Nesse sentido, foi notada uma mudança social entre as posições ocupacionais de acordo com a disponibilidade da

mão de obra no interior da família e também devido às mudanças na hierarquia familiar⁴³. Muitos dos filhos que permaneceram no interior das famílias residentes no meio rural deixaram de ser “não remunerados” e passaram a ocupar as posições de *conta própria* ou de trabalhadores na produção para o *próprio consumo*.

Em relação às ocupações, as diversas mesorregiões paranaenses tem mantido um quadro de heterogeneidade e, como já destacado por Brandenburg, Ferreira e Santos (2004, p.119-125), no que tange aos seus aspectos sociais, produtivos, técnicos, biológicos, espaciais e cognitivos, o meio rural não sofreu um processo de homogeneização pela modernização da agricultura, devendo ser levado em consideração a *heterogeneidade* desse espaço sócio geográfico. E mais contundente ainda, a “análise do rural brasileiro considerando a sua herança histórica mostra que existem diversos rurais [...]”. (BRANDENBURG, 2005, p.14-15)

⁴³ Tabulações especiais baseadas nos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012)

CAPÍTULO 4 – AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ

4.1 – Contributos teóricos

Nas populações residentes em áreas rurais dos pequenos municípios paranaenses, a *agricultura familiar* continua a ser uma das principais configurações dentre as observadas, pois representa nessa trama de relações diversas a manutenção de um modo de vida específico. Para Wanderley (2000a) são personagens/atores sociais que revalorizam o meio rural como um lugar *de vida e de trabalho*, por isso são detentores de uma *ruralidade*...

...que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão “urbano-centrada” dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores (WANDERLEY, 2000a, p.36).

Dentre os estudos relacionados ao *campesinato* (MARTINS, 1981), em especial, àqueles de cunho sociológico e econômico, um debate não se esgota: a permanência e a sobrevivência dos agricultores familiares no meio rural frente ao desenvolvimento da agricultura capitalista. Em outros termos, a questão que tem orientado muitas pesquisas acadêmicas está em saber “como a agricultura familiar em toda a sua diversidade, se transforma e se reproduz no contexto da heterogeneidade socioambiental...” (FERREIRA, BRANDENBURG e CORONA, 2012, p.17).

Na década de 1980, quando ainda se utilizava o termo “pequena produção” ou “campesinato”, o debate acerca do meio rural estava centrado nas tendências da sociedade contemporânea e seu impacto na trajetória da classe social dos pequenos produtores rurais. Eram temas comuns, dentre outros: a discussão da introdução de novas tecnologias no campo, o desenvolvimento tecnológico, o dualismo entre pequena e grande produção, as relações entre agricultura e indústria, o êxodo rural e a capitalização e industrialização da agricultura. (FERREIRA, 2001)

Ainda nesse período, predominavam dois tipos de discussão relacionados ao campesinato: o dos que previam o seu fim, pois não haveria lugar para o mesmo entre a suposta polarização da sociedade em duas classes sociais (de um lado, os detentores dos meios de produção, e de outro, os trabalhadores assalariados); e o daqueles que buscavam justificar a existência de uma “tendência à permanência, recriação ou mesmo expansão do campesinato” (SILVA, 1986, p. 102).

A partir da década de 1990, as discussões sobre o fim (ou não) do campesinato se acirraram. O motivo foi o questionamento acerca das ideias da teoria clássica marxista como instrumental analítico privilegiado para verificar a permanência e a reprodução da agricultura familiar, sob o estágio do desenvolvimento capitalista no campo contemporâneo, especialmente na difusão das teorias de GRAZIANO DA SILVA (1993) acerca da ocorrência de uma “industrialização” da agricultura e/ou “urbanização” do meio rural.⁴⁴ Esse acirramento teve como ponto de partida as obras de Abramovay (1998) e Veiga (1991), estudos nos quais não só a expressão “agricultura familiar” começou a se destacar no meio acadêmico como os próprios trabalhos tiveram acentuada repercussão. Tais autores lançaram novas proposições teóricas a respeito do desenvolvimento da agricultura em países capitalistas, especialmente ao procurar demonstrar que a base social desse desenvolvimento era a própria agricultura familiar.

Contrariando essas proposições, um grupo de autores (MATTEI, 1998; SOARES, 1998; e GERMER, 2002) questionou a relevância desses estudos enfatizando que as teorias existentes nas obras de Marx, bem como de seus seguidores, em especial Kautsky e Lênin, continuam atuais. E ainda, que elas têm muito a contribuir ou mesmo esclarecer a respeito dos acontecimentos contemporâneos do desenvolvimento agrário. (MATTEI, 1998)

Anteriormente a esse debate, na década de 1970, foram os estudos sobre a etnografia do campesinato, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estudos, como os de Ellen Woortman (1995) e Ellen Woortman e Klaas Woortman (1997), que foram muito além das questões de sobrevivência do campesinato aos sistemas econômicos, instigando o entendimento das lógicas internas da gestão, da reprodução e da permanência desse específico processo de trabalho ou sistema de organização no campo.

A principal linha de pensamento que contribuiu para os estudos antropológicos do campesinato é derivada da obra de Chayanov (1985) e seus continuadores Tepicht (1973) e Galesky (1972), que influenciaram os estudos do campesinato no Brasil. Com eles, espalhou-se o entendimento de que a

⁴⁴ O entendimento da visão de Graziano da Silva deve ser interpretado no contexto do forte processo de urbanização em que se encontrava o Estado de São Paulo já na década de 1970.

agricultura ou economia campesina tem como forma dominante de produção o estabelecimento agropecuário familiar - com acesso direto aos meios de produção. Na propriedade camponesa, existe uma gestão familiar do trabalho e do consumo, que é, ao mesmo tempo, unidade de produção para o mercado e também para o autoconsumo com vistas à satisfação das necessidades daquele núcleo familiar.

Trata-se, portanto, de um grupo social com uma coerência interna, distintiva de outros grupos, e que possui uma cultura, uma estruturação e objetivos coletivos específicos. Essa lógica social não se restringe apenas às formações econômicas feudais, pré-capitalistas ou mesmo capitalistas; ela se insere em todas, pois segundo Tepicht (1973, p.17):

... o modo de produção camponês, tal como o compreendemos aqui, não é gerador de uma formação particular; ele se incrusta numa série de formações, adapta-se a elas, interioriza a sua maneira às leis econômicas de cada uma e, ao mesmo tempo, deixa, mais ou menos, a sua marca em cada uma delas. É aí que, segundo nossa opinião, se encontra, o segredo de sua surpreendente longevidade que inspirou as predições sobre sua perenidade.

Em relação ao conjunto da sociedade, esses camponeses, segundo Shanin (1983, p. 228) apresentam uma dualidade, pois são, de um lado, uma classe social e, de outro, um “mundo diferente”, “uma sociedade em si mesma” que apresenta padrões de relações sociais distintos.

Baseando-se em Robert Redfield (1956) que classificava o selvagem, o camponês e o agricultor com base em determinados caracteres⁴⁵, Henri Mendras (1978) define a sociedade camponesa a partir de cinco traços característicos:

1) A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera suas originalidades; 2) A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade; 3) Um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente; 4) Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações fracas com as coletividades circunvizinhas; 5) A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Para Mendras (1978, p.15), são estes cinco traços ligados entre si que formam um modelo geral, do qual podem originar vários arranjos. O autor enfatiza

⁴⁵ Autonomia da coletividade local, auto-subsistência, especialização e atribuição das tarefas, interconhecimento, rejeição do grupo exterior e mediação com o exterior (MENDRAS, 1978, p.14)

que o “corolário essencial desse modelo é o fato de pertencer a uma sociedade camponesa que identifica o camponês e nada mais”, sociedade esta que tem como base a coletividade aldeã e a autarquia doméstica.

É importante destacar que, nos estudos sobre o campesinato, em diversas regiões do Brasil, como veremos adiante, o conceito de *camponês*, em alguns casos, se afasta da definição dos autores clássicos, uma vez que é dependente do processo de ocupação do solo/território. Dessa forma, o que observamos é que vem ocorrendo um gradual distanciamento do trabalho baseado na família em direção ao trabalho baseado na exploração da mão de obra individual. As diversas categorizações formuladas, mesmo sendo específicas a determinadas regiões, podem também ser utilizadas para outras, em decorrência do inter cruzamento dos diferentes processos migratórios. Alguns exemplos são arrolados a seguir.

No caso paulista, o povoamento disperso do território motivou a organização de dois tipos de moradores predominantes: o morador transitório (cultivador nômade, agregado e posseiro), e o morador permanente (sitiente e fazendeiro). No caso do agregado, esse teria permissão do proprietário para morar e lavrar a terra, ao contrário do posseiro que não tem essa permissão e frequentemente ignora a situação legal da terra que ocupa, seja ela terra sem proprietário, com proprietário ou que virá a ter proprietário. O dono das terras que não emprega mão de obra familiar é denominado fazendeiro, enquanto o que emprega é denominado sitiente (CÂNDIDO, 2001, p. 77).

Em outras regiões, como na Zona da Mata do estado de Pernambuco, o campesinato apresenta uma relação de sujeição à grande *plantation* da cana de açúcar, cultura que domina a área plantada desde os processos de ocupação e colonização do território, imobilizando recursos como terra e mão-de-obra. Nas zonas marginais à *plantation*, consideradas impróprias à cultura dominante, constituiu-se um campesinato livre, cujos primeiros ocupantes se instalaram no local a partir do final do século XIX. (HEREDIA, 1979, p.36)

Nas regiões açucareiras do Nordeste, marca a sua história a predominante relação de dominação entre senhores-de-engenho e moradores. Os senhores-de-engenho se apoiavam no trabalho dos moradores que estavam a eles submetidos pelo simples fato de residirem em seus domínios. O morador ficava ligado ao senhor

de engenho numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. (GARCIA JUNIOR, 1990)

Na Amazônia oriental, por sua vez, são registradas ocorrências de colonização espontânea de imigrantes próximos à região, isto é: “ocupação de terras devolutas sem direcionamento oficial, levada a efeito por pequenos produtores imigrantes, na maioria de origem nordestina.” (MUSUMECI, 1988, p.17)

No Sul, o campesinato é oriundo da colonização de imigrantes europeus ocorrida na sociedade brasileira em meados da segunda metade do século XIX. Esse processo de imigração para a criação de colônias de trabalhadores livres, detentores da posse da terra através da compra subsidiada, se realizou no mesmo período em que ocorria a substituição da mão-de-obra escrava nas lavouras de café nos grandes centros exportadores. (SANTOS, 1984, p.17)

No Paraná, por sua vez, houve uma mescla de colonização espontânea na região Oeste/Sudoeste, da colonização dirigida na região Norte e da colonização tradicional no Leste. São essas as três principais correntes migratórias de ocupação e colonização do estado cujo processo originou a formação de três comunidades regionais como a descreveu a historiografia oficial⁴⁶.

Nesses processos de ocupação e colonização, e também de invasão, expulsão, expropriação e violência (para não esquecer alguns dos elementos da herança histórica da questão agrária brasileira), encontramos várias denominações para as formas sociais relacionadas com as ocupações agrícolas, como: pequenos proprietários rurais, meeiros, assalariados rurais, assentados, latifundiários.

O surgimento da expressão *agricultura familiar* para representar parte dessas categorias, em especial, a do pequeno produtor, é descrita por Schneider (1999, especialmente, Capítulo 1 – Teoria social, capitalismo e agricultura familiar), do qual extraímos alguns pontos de interesse. Acerca da noção de agricultura familiar, Schneider (2003) afirma que:

⁴⁶ “Do Paraná tradicional que se esboçou no século XVII, com a mineração do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado, e, mais tarde, nas atividades extrativistas e comércio da erva-mate e da madeira, e as do Paraná moderno, a do Norte, da agricultura do café que, pela origem e interesses históricos, ficou a princípio mais diretamente ligada a São Paulo, e a do Sudoeste e Oeste, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pela origem e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas ondas de povoamento criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades.” (BALHANA e WESTPHALEN, 2003, p.137)

No Brasil, permanecem muitas dúvidas e mesmo divergências entre os estudiosos, em relação à utilização da noção de agricultura familiar, bem como de pluriatividade. Talvez ainda haja pouca clareza analítica ou consenso em relação ao objeto que se pretende caracterizar ou aos processos sociais e fenômenos empíricos que se quer referenciar quando se utiliza essas noções. Por se tratarem de noções recentes, essa ambivalência conceitual não deve surpreender. No entanto, ao se observar que essas noções referem-se aos mesmos grupos sociais que a Sociologia e as demais Ciências Sociais brasileiras vêm estudando desde os anos cinquenta, pode-se perceber seu curso histórico e indagar se tais noções vêm em substituição a outros conceitos e ideias que marcaram a produção científica das últimas décadas, como campesinato ou pequena produção. (SCHNEIDER, 1999, p.22)

Para Schneider, a emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira parece ocorrer, quase simultaneamente, em duas esferas distintas, no início da década de 1990. De um lado, a presença do *campo político* e de outro, do *campo acadêmico*:

...no **campo político**, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais, tiveram nas discussões acerca **do espaço e do papel dos pequenos produtores rurais**, especialmente os da região Sul do Brasil, no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul e, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que introduziram a expressão. (SCHNEIDER, 1999, p.23 – *grifos nossos*)

Através da noção de agricultura familiar, os pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, passaram a constituir uma nova categoria política para unificar o discurso em torno da defesa do espaço e do papel dos pequenos produtores rurais. Um discurso político articulado a ações estratégicas que propugnavam a proteção social, política e econômica desses agricultores. Do lado acadêmico, a consolidação da expressão agricultura familiar se deveu especialmente às Ciências Sociais através dos trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1998) Lamarche (1997, 1998) e da pesquisa realizada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”. (SCHNEIDER, 1999, p. 22-35)⁴⁷ Dos programas de

⁴⁷ A publicação do livro *A Pluriatividade na Agricultura Familiar* (2003), baseado na sua tese de doutoramento (1999), também contribuiu para a disseminação do termo, principalmente entre as Organizações Não-Governamentais (ONG's) ligadas à agricultura familiar da Região Sul.

pós-graduação começaram a sair muitos estudos que tratam da diferenciação entre agricultura camponesa, familiar e patronal. Consideremos alguns exemplos.

Abramovay (1998, p.142-143) apresenta um entendimento pragmatista a respeito da diferenciação de um estabelecimento agrícola familiar de um patronal definido a partir da natureza social (familiar ou patronal) da atividade produtiva. Ao tomar de exemplo a classificação de Radoje Nikolitch (1969), menciona que as “*family farms (unidades familiares de produção)*: são as que contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família.”

A abordagem de Hughes Lamarche, por sua vez, se constrói a partir de um estudo comparativo internacional da produção familiar e, portanto, a partir das grandes diferenciações sociais encontradas em contextos diversos. Para o autor, a agricultura familiar é a que corresponde a uma “unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família.” (1997, p.15). Lamarche (1998, 1997) propõe uma abordagem da agricultura familiar com base na análise de variáveis complexas⁴⁸.

O autor constrói uma tipologia levando em consideração, de um lado, a lógica familiar em relação ao fundiário, ao trabalho e à reprodução familiar, e de outro, o grau de dependência da organização e do funcionamento da propriedade em relação à tecnologia, ao capital financeiro e ao mercado. Na classificação elaborada pelo autor, a categoria agricultura camponesa se diferencia da agricultura familiar moderna pela diminuição do papel da família na produção. A agricultura camponesa aparece em sua classificação como equivalente à produção de subsistência, apesar de o autor reconhecer que uma análise mais profunda revelaria as diferenças existentes entre produção camponesa e produção de subsistência (LAMARCHE, 1998, p. 70). Ao diferenciar os estabelecimentos do tipo camponês e o familiar moderno, Lamarche afirma o seguinte:

⁴⁸ Em seu estudo da agricultura familiar, Lamarche (1998) analisou quatro critérios relacionados com os laços familiares e outros quatro critérios relacionados ao grau de dependência do estabelecimento em relação ao exterior, sendo eles: a forma de relação com a terra; a importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado, permanente ou temporário; a estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem; a relação com a representação familiar do estabelecimento; o grau de intensificação do sistema de produção; os aspectos financeiros; o grau de integração ao mercado; e, finalmente, o grau de dependência alimentar. A partir de uma interação entre os laços familiares e o grau de dependência foram identificados ainda quatro lógicas ou modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção, assim definidos: empresa; empresa familiar; agricultura camponesa ou de subsistência, e a agricultura familiar moderna. (LAMARCHE, 1998, p. 306)

O estabelecimento familiar moderno define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado; com efeito, a maior parte de suas produções é parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumidas pela família; nunca é totalmente comercializada. [...] Podemos admitir, no que diz respeito às variáveis consideradas, que o estabelecimento familiar moderno funciona sensivelmente como estabelecimento de tipo camponês, com mais técnica e mais necessidades. (LAMARCHE, 1998, p. 314)

É importante frisar que as tipologias de classificação dos agricultores em familiares e patronais, com base na função da gestão da propriedade e no tipo de força de trabalho, foi a que, a nosso ver, possibilitou maior visibilidade para a categoria social da agricultura familiar na década de 2000, pautando a tipologia do projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA que à época produziu o relatório “O novo retrato da Agricultura Familiar no Brasil”. A legitimação da agricultura familiar veio acompanhada do reforço feito pela divulgação de tabulações especiais baseadas nos resultados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009) utilizando-se dos critérios definidos pela Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, a lei da agricultura familiar (BRASIL, 2006). Essa consolidação da agricultura familiar no Brasil foi a conquista, em grande parte, das ações dos movimentos sociais ligados a tais agricultores, e que já foi bem explicitada por Schneider (2003).

Na ocasião da divulgação dos resultados do Censo Agropecuário 2006, em 30 de setembro de 2009, apresentou-se, pela primeira vez, as estatísticas oficiais da agricultura familiar, resultado da colaboração do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) junto ao IBGE, na construção de variáveis derivadas que atendessem aos critérios definidos pela lei da agricultura familiar. Esses critérios que delimitam a agricultura familiar no Brasil são os seguintes: que a área do estabelecimento ou empreendimento rural não exceda a quatro módulos fiscais; que a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas seja predominantemente da própria família; que a renda familiar seja predominantemente originada dessas atividades; e que o estabelecimento ou empreendimento seja dirigido pela família. (BRASIL, 2006)

Ao descrever a finalidade das variáveis derivadas construídas em parceria com o IBGE, FRANÇA et al (2009, p.11), oferece um pontual histórico (oficial) do tema:

Estas variáveis derivadas já estão incorporadas à base de dados do IBGE, e possibilitarão que qualquer pesquisador ou interessado possa analisar todas as informações disponíveis com o recorte da agricultura familiar. Este acontecimento inédito é fruto de uma longa jornada de afirmação e reconhecimento pelo Estado brasileiro da importância econômica e social e da legitimidade das demandas e reivindicações da agricultura familiar, um conjunto plural formado pela pequena e média propriedade, assentamentos de reforma agrária e as comunidades rurais tradicionais – extrativistas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas. Uma jornada impulsionada por lutas sociais que integraram a agenda da redemocratização brasileira e que aos poucos foram inscrevendo no marco institucional as políticas públicas de desenvolvimento rural. O reconhecimento do direito à previdência rural, a criação do Pronaf, em 1995, a constituição e consolidação de um feixe simultâneo e permanente de políticas públicas diferenciadas e a lei da agricultura familiar são marcos fundamentais desta história.

O que se havia, de efetivo, até 2006, para dar visibilidade ao universo da agricultura familiar era o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o estudo realizado por uma equipe de pesquisadores vinculados ao Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, a partir das estatísticas oficiais do Censo de 1995/96. A delimitação do universo da agricultura familiar para identificação quantitativa de sua participação econômica e social com a construção da variável derivada da agricultura familiar no Censo 2006 foi uma iniciativa do MDA, a partir da metodologia baseada nos critérios utilizados nos estudos FAO/INCRA, tornado público em 2000, com o título “Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto” - principal referência no debate público e acadêmico sobre o tema até a criação da lei da agricultura familiar, também em 2006.

Embora o IBGE tenha feito o levantamento do Censo Agropecuário 2006 no ano de 2007, às primeiras divulgações dos dados, o MDA publicou alguns números comparativos com o Censo Agropecuário 1995/1996 gerando grandes expectativas sobre as possibilidades de análise da tipologia FAO/INCRA, que foram disponibilizadas para o público em geral⁴⁹ somente na segunda apuração dos resultados, anos depois, em 19 de outubro de 2012, na categoria “FAO-Agrário”:

Nesta categoria, o termo envolve uma aproximação multidisciplinar da agricultura, cobrindo simultaneamente aspectos técnicos, econômicos e sociológicos. Corresponde ao estudo das formas de acesso à propriedade da terra e à maneira como esta é explorada, tendo assim grande

⁴⁹ As informações até a referida data estavam disponíveis somente para consulta via microdados na sala de atendimento especializado localizada na sede do Instituto na cidade do Rio de Janeiro. Tais consultas, porém, demandam conhecimentos avançados de programação do *software* chamado Sistema de Análises Estatísticas (*Statistical Analysis System* - SAS), e que atualmente é um sistema integrado de aplicações para a análise de dados.

importância as relações existentes entre proprietários e trabalhadores agrícolas não proprietários. (IBGE, 2012e, p. 98)

Num balanço geral, e com base nessa tipologia (FAO/INCRA ou FAO-Agrário), é possível verificar que, no ano de 2006, a agricultura familiar no Brasil foi responsável por mais de 80% dos ocupados nos estabelecimentos agropecuários, sendo ainda responsável pela produção da maior parte dos principais produtos alimentícios, tais como: mandioca, feijão, milho, leite e suínos. O setor empregava quase 78,8% da mão-de-obra no campo, sendo responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 73% do feijão, 90% da mandioca, 69% da cebola e 42% do leite produzido no país. Foram identificados 4.304.553 estabelecimentos de agricultura familiar no país, o que representava 87,5% do total de estabelecimentos (4.920.617), ocupando, porém, apenas 32,0% (ou 106,8 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE/MDA, 2012 - tipologia FAO/INCRA).

De forma muito próxima, e até mais abrangente, os dados do IBGE apontam que, no mesmo período, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi estimado em R\$ 13,99 mil.

Embora a divulgação das tipologias do MDA em parceria com o IBGE tenha sido uma conquista dos principais usuários dessas específicas informações (especialmente, as entidades representativas dos agricultores familiares), a sua divulgação suscitou um debate por parte das entidades representativas da agricultura patronal, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que encomendou pesquisa privada à Fundação Getúlio Vargas (FGV), e também por pesquisadores ligados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

No calor do debate, Zander Navarro (2010) propôs uma rediscussão da noção de agricultura familiar, que foi institucionalizada com o advento do PRONAF e, mais recentemente, pela lei específica que delimitou os produtores considerados familiares. Ao descrever a trajetória da agricultura familiar no Brasil, especialmente

após a formalização do MERCOSUL e a decorrente ação sindical que pretendia inserir as organizações de pequenos produtores nesse âmbito, o autor argumentou que a expressão agricultura familiar como se apresentava responderia, primordialmente, aos imperativos sindicais, e que não encontraria sustentação na literatura teórica desse campo de estudos. Na base do seu argumento, a crítica à noção globalizante da agricultura familiar que ocultava a diversidade social e produtiva existente nas regiões rurais, o que prejudica tanto a ação governamental quanto a própria interpretação dos grupos sociais existentes no meio rural. Com isso, o autor sugere um caminho alternativo, teórico e metodológico, para analisar esse grande grupo de produtores caracterizados, no passado, como pequenos produtores.

Se o objetivo é analisar teoricamente as hierarquias sociais existentes em regiões predominantemente rurais e promover políticas que reduzam a pobreza e difundam o progresso social, muito mais relevante, por certo, é propor um arcabouço metodológico que permita o estudo das diferenças socioeconômicas. Até mesmo porque potencializará a produção de conhecimento novo efetivamente ancorado na realidade social que, por sua vez, poderá ser instrumental na formulação de políticas públicas mais consistentes e destinadas àquele conjunto de estabelecimentos rurais e, mais especificamente, aos subgrupos identificados a partir da diversidade existente. (NAVARRO e PEDROSO, 2011, p. 19-20)

Seria possível utilizar arcabouços teóricos mais refinados do que os existentes nas principais fontes de dados da agricultura familiar disponibilizadas aos municípios brasileiros, que é o caso das tabulações FAO/INCRA e da Lei da Agricultura Familiar, realizadas a partir do Censo Agropecuário 2006, se os dados oficiais estivessem mais acessíveis e não restritos aos referidos microdados, hoje limitados a grupos de pesquisa dotados de capital intelectual e econômico que atendam às exigências do IBGE no acesso aos mesmos.

Reitera-se aqui a pertinência de uso da principal fonte de dados acerca da agricultura familiar no Brasil, a partir das tipologias FAO/INCRA e da Lei da Agricultura Familiar, pois elas permitem, mesmo com algumas restrições metodológicas⁵⁰, traçar um panorama da diversidade das agriculturas existentes no Brasil. E, em especial, auxiliam a visualizar as diferenças existentes na categoria dos agricultores familiares com a percepção de tipos que vão desde a agricultura

⁵⁰ A forma da divulgação dos resultados não permitem cruzamentos mais elaborados a fim de se entender com mais profundidade a diversidade das dinâmicas dos sistemas de produção de produção.

camponesa à agricultura familiar moderna de Lamarche (1998). É o que veremos a seguir para o caso dos pequenos municípios do Paraná.

4.2 – Agricultura familiar nos pequenos municípios

O objetivo deste tópico é apresentar a participação dos estabelecimentos da agricultura familiar no total de estabelecimentos paranaenses, bem como a sua distribuição mesorregional no âmbito do estado do Paraná.

Apenas no Paraná, a partir do Censo Agropecuário 2006, foram identificados 371.063 estabelecimentos agropecuários (dos 5.175.489 no país informados pelo FAO/INCRA), sendo que 321.443 (86,6%) foram classificados como estabelecimentos da agricultura familiar⁵¹. Destes, 64,9% estavam localizados nos municípios até 20 mil habitantes, como segue (tabela 21):

TABELA 21 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO E TIPOLOGIA DE AGRICULTOR - PARANÁ - 2006

CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO	TIPOLOGIA DE AGRICULTOR	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (UNIDADES)		ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (HECTARES)	
		Nº	%	Nº	%
TOTAL	Total	371.063	100,0	15.391.782	100,0
	Familiar	321.443	86,6	6.044.257	39,3
	Agricultor não familiar	49.620	13,4	9.347.526	60,7
MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES	Total	239.431	100,0	10.021.268	100,0
	Familiar	208.773	87,2	4.030.201	40,2
	Agricultor não familiar	30.658	12,8	5.991.067	59,8
% MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES	Total	64,5	-	65,1	-
	Familiar	64,9	-	66,7	-
	Agricultor não familiar	61,8	-	64,1	-

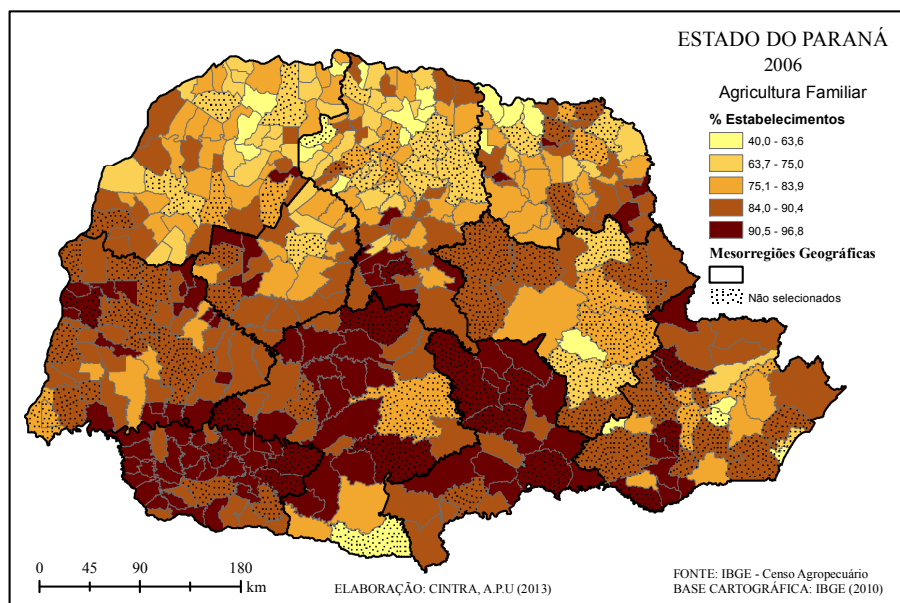
FONTE: IBGE/MDA - Censo Agropecuário (tabulações especiais – FAO/INCRA)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

⁵¹ Segundo a tipologia FAO/INCRA: “**Agricultura Familiar** - Se quem dirige o estabelecimento = produtor (titular) diretamente; ou produtor (titular) através de um capataz ou pessoa com laços de parentesco; ou produtores (no caso de explorações comunitárias), e Unidade de Trabalho Familiar (UTF) maior que a Unidade de Trabalho Contratado (UTC), e Área Total do Estabelecimento menor ou igual que a Área Máxima Regional por Região Geográfica (AREAM); no caso do Estado do Paraná foi considerada a AREAM da Região Sul (279,3ha).” (IBGE/MDA, 2012 – grifos no original)

Esses são dados importantes para se pensar o peso da agricultura familiar no Estado do Paraná, em relação ao número de estabelecimentos agropecuários e o tipo de agricultor predominante nessas áreas. No caso em tela, em 2006, constatou-se a presença de 64,9% de agricultores familiares e 61,8% de não familiares nos pequenos municípios; sendo, no primeiro caso, com predominância nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste, regiões que historicamente possuem forte presença de agricultura familiar, como se vê no mapa 8:

MAPA 8 – ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PARANÁ - 2006



E é no sentido de observar, de forma mais pormenorizada, o conjunto dos agricultores familiares nos pequenos municípios do Paraná e suas relações com a produção, o trabalho e o mercado, que selecionamos as seguintes categorias para intercruzamento de dados acerca dos estabelecimentos familiares arrolados no Censo Agropecuário de 2006, considerando: número e área, grau de especialização, grau de integração ao mercado, relações de trabalho e outras características. É a organização de um perfil dos estabelecimentos familiares no Paraná o que desenvolvemos a seguir.

4.3 - Estabelecimentos familiares

4.3.1 Número e Área

A participação relativa dos estabelecimentos agropecuários nos pequenos municípios nos permite compreender a importância numérica dos estabelecimentos familiares e sua participação na ocupação da área agrícola paranaense. No caso paranaense, a respeito, é possível encontrar algumas disparidades no que concerne à ocupação da área.

Tomando por orientação o que consta na tabela 22, observamos que, enquanto na maioria das mesorregiões a participação dos estabelecimentos da agricultura familiar nos pequenos municípios é relevante, em duas mesorregiões (Metropolitana de Curitiba e Centro-Oriental) essa participação é muito baixa. Da mesorregião Centro-Oriental, por exemplo, é preciso fazer duas considerações: a primeira está relacionada com o reduzido número de municípios até 20 mil habitantes (5 municípios do total de 14 na referida mesorregião); e a segunda, de maior repercussão, se refere à forte concentração de terras, isto é, a característica de latifúndios da região, como veremos posteriormente mais a frente.

Como apresenta a tabela 22, e em virtude das limitações anteriormente arroladas, na mesorregião Centro-Oriental, a participação relativa dos estabelecimentos agropecuários nos pequenos municípios é de apenas 17,6%; e na mesorregião Metropolitana de Curitiba, o referido indicador é de 44,1%. É apenas nessas duas mesorregiões do Paraná em que a participação dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar é inferior a 50%, contrastando com as demais mesorregiões do estado, em especial a Centro-Ocidental que apresenta um dos maiores índices de participação, em 85,7%.

TABELA 22 – NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2006

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS AGRICULTURA FAMILIAR			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS AGRICULTURA FAMILIAR		
	Classes de tamanho de população			Classes de tamanho de população		
	TOTAL (mil)	Municípios até 20 (mil)	Municípios até 20 mil (%)	TOTAL (mil hectares)	Municípios até 20 mil (mil hectares)	Municípios até 20 mil (%)
Noroeste	30	23	76,9	610	485	79,5
Centro-Occidental	18	15	85,7	415	348	84,0
Norte Central	44	31	71,0	838	612	73,1
Norte Pioneiro	24	19	76,7	444	340	76,5
Centro-Occidental	16	3	17,6	301	50	16,6
Oeste	47	28	59,0	941	564	59,9
Sudoeste	41	32	78,1	698	531	76,1
Centro-Sul	37	25	67,1	791	542	68,5
Sudeste	37	21	56,4	663	404	60,9
Metrop. Curitiba	27	12	44,1	345	155	45,0
Total	321	209	64,9	6.044	4.030	66,7

FONTE: IBGE/MDA - Censo Agropecuário (tabulações especiais – FAO/INCRA)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Como se pode observar, 64,9% dos estabelecimentos da agricultura familiar estão localizados nos pequenos municípios, que concentram ao todo 66,7% da área dos estabelecimentos familiares.

Numa análise comparativa entre a agricultura familiar e a não familiar nos pequenos municípios paranaenses, observamos na tabela 23 que a agricultura familiar é responsável por 87,2% dos estabelecimentos e 40,2% da área agrícola no estado.

Do ponto de vista mesorregional, destaca-se a importância da agricultura familiar na meso Sudoeste tanto em número (93,1%) quanto em área (72,6%) dos estabelecimentos observados. Mesorregião esta que dada as suas particularidades históricas tem sido uma das principais em estudos da agricultura familiar no estado do Paraná (cf. BRANDENBURG, 1999; ABRAMOVAY, 1981, e outros).

Em termos de área, apenas nas mesorregiões Sudeste e Oeste a participação da agricultura familiar é superior a 50%. Nas demais mesorregiões, nos pequenos municípios, as áreas ocupadas pelos estabelecimentos patronais é predominante.

TABELA 23 – NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR TIPOLOGIA DE AGRICULTOR, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2006

MESORREGIÕES GEOGRÁFICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS				ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS			
	Tipologia de agricultor				Tipologia de agricultor			
	TOTAL (mil)	Agric. familiar (mil)	Agric. não familiar (mil)	Agric. Familiar (%)	TOTAL (mil ha)	Agric. familiar (mil ha)	Agric. não familiar (mil ha)	Agric. familiar (%)
Noroeste	29	23	5	80,9	1.767	485	1.281	27,5
Centro-Occidental	18	15	3	84,9	959	348	611	36,3
Norte Central	37	31	6	83,0	1.708	612	1.096	35,8
Norte Pioneiro	23	19	4	82,5	978	340	639	34,7
Centro-Occidental	4	3	1	79,1	412	50	363	12,1
Oeste	31	28	3	89,5	1.069	564	506	52,7
Sudoeste	35	32	2	93,1	732	531	201	72,6
Centro-Sul	27	25	3	90,9	1.241	542	699	43,7
Sudeste	22	21	2	92,7	728	404	325	55,4
Metrop. Curitiba	13	12	2	88,1	426	155	271	36,4
Total	239	209	31	87,2	10.021	4.030	5.991	40,2

FONTE: IBGE/MDA - Censo Agropecuário (tabulações especiais – FAO/INCRA)

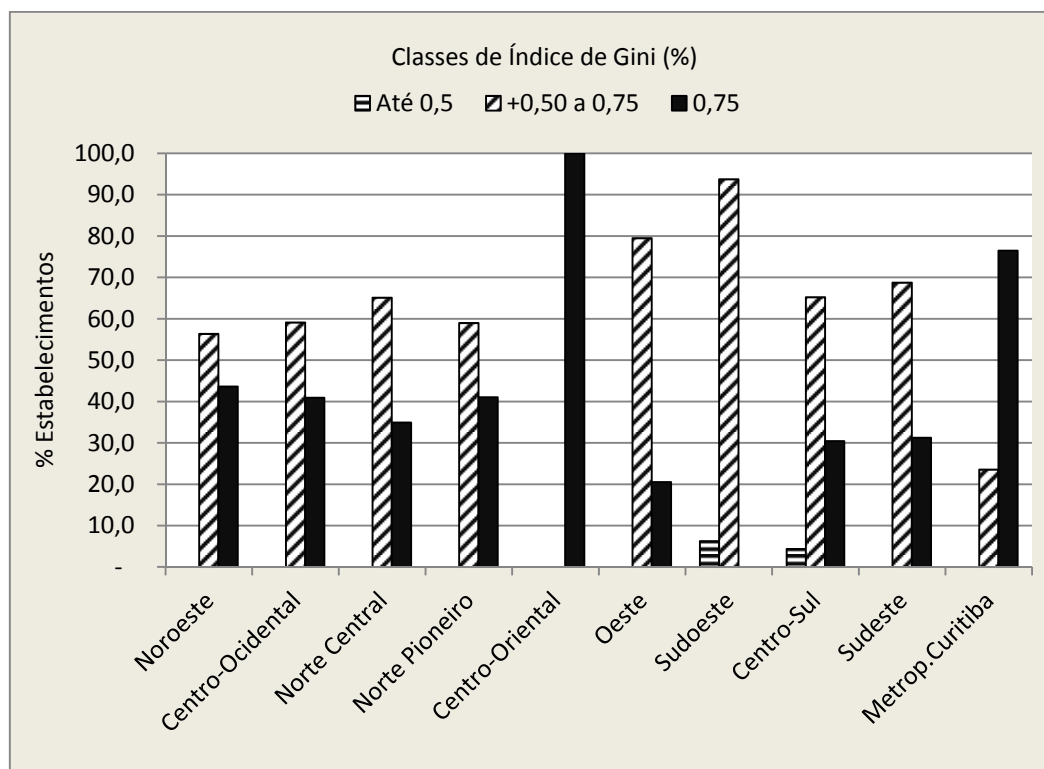
NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Mesmo discordando das críticas de Navarro (2010) a tais tipologias (o autor entende que a noção oficial institucionalizada de agricultura familiar não tem ancoragem conceitual na literatura), concordamos no aspecto de que mais importante que a separação entre agricultura familiar e patronal, é o entendimento das hierarquias sociais (ou a diversidade) (NAVARRO, 2010; NAVARRO e PEDROSO, 2011) existentes nessas regiões rurais, através de arcabouço metodológico específico que permita, por exemplo, identificar a diversidade social advinda da estrutura de posse da terra.

Nesse sentido, a fim de entender as diferenças regionais na distribuição dos estabelecimentos agropecuários e da área, faz-se necessário analisar o Índice de Gini, utilizado para medir os contrastes na distribuição do uso da terra, relacionado com a estrutura agrária nessas regiões. O próprio IBGE (2012e) reconhece a influência da desigualdade na distribuição da terra:

Constituindo uma característica central da história de ocupação do território brasileiro e da formação de sua sociedade, a desigualdade na distribuição da terra revela a um só tempo, processos pretéritos e contemporâneos do modo como os recursos naturais são apropriados no Brasil. (IBGE, 2012e, p.107)

GRÁFICO 9 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS, POR CLASSES DE ÍNDICE DE GINI, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES PARANÁ – 2006

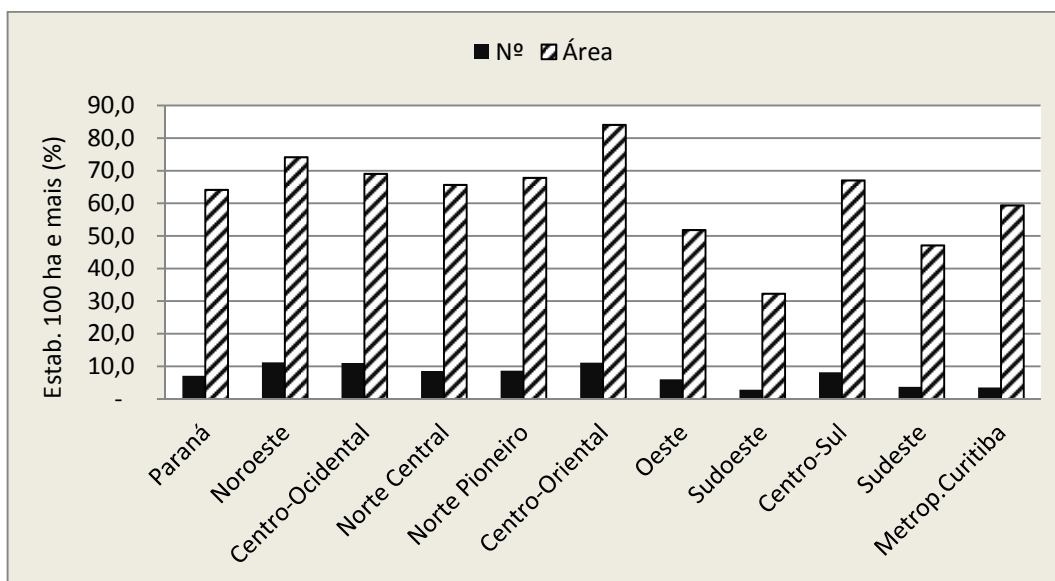


FONTE: IBGE – Censo Agropecuário

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Pelo Índice de Gini, percebe-se que, no período intercensitário 1995-1996 a 2006, o Paraná manteve alto o grau de concentração de terras, expresso na razão: 0,741, em 1995/1996, e 0,770, em 2006 - a distribuição de terras é mais concentrada quanto mais próximo este índice estiver da unidade. Tendo esse ponto como referência, pode-se observar que poucos estabelecimentos agropecuários no Paraná tendem a concentrar um alto percentual de terras. Esse dado denota uma questão importante a respeito dos estabelecimentos rurais no Paraná, conforme informa o gráfico a seguir:

GRÁFICO 10 – PROPORÇÃO DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DE 100 ha E MAIS NO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 2006



FONTE: IBGE – Censo Agropecuário
NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Os dados do mais recente Censo Agropecuário evidenciam a alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Paraná, caracterizada pela expressiva proporção da área total agrícola ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 100 hectares. Eles representam, de modo mais ampliado, apenas 7,1% do total de estabelecimentos agrícolas no Estado e ocupam 64,2% da área total dedicada à atividade, ao passo que aqueles com área inferior a 10 hectares constituem 44,6% dos estabelecimentos e ocupam apenas 4,7% da área total (IBGE, 2009). Na mesorregião Centro-Oriental essa concentração é ainda mais acentuada, uma vez que os estabelecimentos com área maior ou igual a 100 hectares representam, 11,1% do total de estabelecimentos agrícolas e ocupam 84,1% da área total dedicada à atividade, ao passo que aqueles com área inferior a 10 hectares constituem 44% dos estabelecimentos e ocupam apenas 1,9% da área total. Uma condição específica justifica essa situação. A mesorregião Centro-Oriental concentra o principal polo do agronegócio florestal do Estado, as principais atividades estão concentradas em torno da cadeia produtiva gerada pela fábrica de papel e celulose instalada no município de Telêmaco Borba.

Tais dados não deixam dúvidas de que, por um lado, a enorme desigualdade fundiária, uma das marcas do compasso histórico da economia brasileira e por conseguinte paranaense, significam uma das permanências no que diz respeito aos

temas da agricultura no país. E, por outro lado, permitem confirmar ainda que tais desigualdades conferem dinâmicas singulares a cada mesorregião, como no caso Sudoeste, a clara oposição ao visto anteriormente, em que as áreas rurais são ocupadas preponderantemente por estabelecimentos familiares, influenciando a existência de uma singular ruralidade da agricultura familiar que, nas palavras de Wanderley (2000, p. 36):

povoa o campo e anima sua vida social, [e] se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão “urbano-centrada” dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores.

Para Wanderley a maior presença de agricultores familiares nas áreas rurais propicia uma vida social mais intensa, e que esse dinamismo depende de fatores que estimulem a permanência no rural, destacando:

as perspectivas favoráveis da produção agrícola local e de suas atividades correlatas (especialmente as vinculadas aos processos de transformação e de comercialização), que garantam um nível de renda socialmente adequado à família; e a oferta de empregos não-agrícolas, no meio rural ou nas cidades próximas, de forma a gerar alternativas de ocupação para alguns membros da família e a favorecer a pluriatividade de outros. (WANDERLEY, 2000, p.35)

Partindo dessa percepção, e procurando observar os fatores que são colocados aos agricultores familiares para sua subsistência nas diversas mesorregiões do Paraná, analisaremos nos tópicos a seguir, algumas das estratégias de sobrevivência adotadas pelos agricultores familiares em relação ao grau de especialização do estabelecimento e o de integração destes ao mercado. Para Souza Filho et al (2004) o grau de especialização do estabelecimento e o de integração ao mercado refletem tanto a estratégia de reprodução dos agricultores quanto o conjunto de restrições pelos quais se deparam os agricultores:

As questões relacionadas ao grau de especialização e inserção ao mercado são cruciais para compreender não apenas a estratégia de reprodução dos agricultores familiares, mas também as perspectivas de sustentabilidade e evolução. Esses indicadores refletem, de um lado, a estratégia de reprodução dos agricultores familiares; mas refletem também o conjunto de restrições tanto micro como meso e macro com as quais se defrontam os agricultores, e que sem dúvida rebatem nas estratégias adotadas. (SOUZA FILHO *et al* 2004, p. 4)

Partindo do exposto, entende-se que os indicadores refletem em parte as restrições existentes nas diversas mesorregiões geográficas do Estado, é o que veremos a seguir.

4.3.2 - Grau de especialização

O grau de especialização do estabelecimento agropecuário⁵² é um dado que permite apreender, de um lado, as possibilidades de uso dos recursos naturais limitados pelas condições climáticas, pelo solo e pelos aspectos físicos da paisagem, como altitude e declividade; e de outro, as estratégias dos agricultores para reduzir os riscos econômicos e alimentares e que, segundo Souza Filho et al (2004, p. 4): “tendem a valorizar a adoção de sistemas mais diversificados e a alocar recursos, em particular tempo de trabalho, para produzir parte dos alimentos que consomem ou da matéria-prima utilizada no estabelecimento.”

Nos pequenos municípios do Paraná a maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar possui uma produção considerada especializada ou diversificada, sendo que 20% dos estabelecimentos apresentam uma produção muito especializada, na qual um único produto do estabelecimento atinge 100% do Valor Bruto de Produção (VBP). Nos estabelecimentos especializados, um único produto atinge $>$ ou $= 65\%$ e $< 100\%$ do VBP, enquanto nos estabelecimentos diversificados, um único produto pode atingir $>$ ou $= 35\%$ e $< 65\%$ do VBP.

Nos estabelecimentos muito especializados (nos quais as propriedades trabalham com um único produto), a dependência agropecuária é relacionada com a lavoura temporária e a pecuária, sendo que no caso das lavouras temporárias, destacam-se os produtos milho e soja. Nos estabelecimentos especializados os principais produtos são o milho, a soja, o feijão e o fumo; nos diversificados encontram-se o milho, o feijão, a soja e a mandioca; e finalmente, nos muito

⁵² Dado obtido a partir da relação do quociente entre o Valor da Produção do Produto Principal (VPPP) e o Valor Total da Produção (VTP); sendo o VTP maior ($>$) que zero. Segundo o grau de especialização, os estabelecimentos foram classificados em: *super-especializado* (caso o grau de especialização do estabelecimento agropecuário tenha sido $= 1$), *especializado* (< 1 e $>$ ou $= 0,65$), *diversificado* ($< 0,65$ e $>$ ou $= 0,35$), *muito diversificado* ($< 0,35$ e $>$ ou $= 0$), e *não classificado* (não atendidos os parâmetros informados). (IBGE/MDA, 2012)

diversificados, entram as lógicas produtivas baseadas nas culturas do milho, da mandioca, do feijão e do arroz.

As mesorregiões que apresentam os maiores percentuais de estabelecimentos diversificados estão justamente nas mesos onde predominam os estabelecimentos da agricultura familiar, isto é, a Sudoeste, a Centro-Sul e a Oeste, como informa a próxima tabela:

TABELA 24 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2006

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)				
	Grau de especialização				
	Muito especializado	Especializado	Muito diversificado	Diversificado	Não classificado
Noroeste	34	29	0	13	24
Centro-Occidental	26	37	1	28	7
Norte Central	25	33	2	28	11
Norte Pioneiro	31	34	1	20	14
Centro-Oriental	21	36	3	30	10
Oeste	16	38	2	37	6
Sudoeste	9	37	5	46	3
Centro-Sul	9	35	6	46	4
Sudeste	13	46	5	31	5
Metrop. Curitiba	22	41	3	27	7
Total	20	36	3	32	9

FONTE: IBGE/MDA - Censo Agropecuário (tabulações especiais – FAO/INCRA)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Na mesorregião Noroeste nota-se a prevalência dos estabelecimentos familiares do tipo muito especializado, ou seja, em 34% dos estabelecimentos o VBP é oriundo de apenas um único produto vegetal ou animal, enquanto nas mesorregiões Centro-Occidental, Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Oeste, Sudeste e Metropolitana de Curitiba predominam os especializados, que significa um produto que responde por > ou = a 65% do VBP destes estabelecimentos. Destaca-se a predominância dos estabelecimentos familiares diversificados nas mesorregiões Sudoeste e Centro-Sul cuja característica específica tem sido a produção de culturas para subsistência como o milho⁵³, o feijão e a mandioca. Na mesorregião Oeste, o percentual de estabelecimentos diversificados é muito próximo da participação dos

⁵³ Parte da produção de milho é utilizada como ração na pecuária e não necessariamente é utilizada para consumo alimentar dos agricultores.

especializados, o que colabora para confirmar a existência de duas lógicas de estabelecimentos relacionados às escolhas dos produtos.

Há diferentes lógicas e dinâmicas de funcionamento dos estabelecimentos da agricultura familiar com uma nítida especialização nas mesorregiões mais ao Norte do estado e uma maior diversificação nas mesorregiões ao Sul. Seria pertinente se outros estudos aprofundassem a relação entre uma maior diversificação e produção para o autoconsumo; se são explicadas, como nos alerta Souza Filho et al (2004), pelas condições objetivas enfrentadas pelos agricultores:

acesso precário aos mercados; imperfeições do processo de comercialização que tinham como resultado a baixa remuneração do esforço produtivo e a transferência de renda para os intermediários; insegurança alimentar por causa da distância dos mercados e isolamento nos períodos de chuva e pelas acentuadas variações de preço entre a safra e entressafra e ausência de mecanismos de financiamento e proteção contra os riscos da natureza. Diante destas condições, a 'opção' era diversificar e buscar o máximo de autossuficiência alimentar e produtiva. (SOUZA FILHO *et al* 2004, p. 4)

No caminho da racionalidade da agricultura familiar, presente nos clássicos da Sociologia Rural (CHAYANOV, 1985, por exemplo) concernentes às estratégias familiares de proteção frente ao sistema capitalista, observamos, na presente investigação, que municípios das mesorregiões Centro-Sul, mas sobretudo da meso Centro-Oriental, considerável número de estabelecimentos familiares foram classificados com baixo grau de especialização (diversificados) de sua produção (Tabela 24) e o mais importante, pouca integração ao mercado (Tabela 25). Esse enquadramento, especialmente o da dificuldade de acesso ao mercado, denota efetivamente, condições de precariedade social destes estabelecimentos e, portanto, dessas famílias agricultoras. Um dado alarmante a respeito da pobreza rural dos agricultores familiares em municípios paranaenses localizados. As estratégias de acesso ao mercado é o tema do próximo tópico.

4.3.3 - Grau de integração ao mercado

O grau de integração ao mercado (FAO/INCRA)⁵⁴, da mesma forma que apontado no tópico anterior, é um indicador das estratégias e dos condicionantes impostos regionalmente aos estabelecimentos da agricultura familiar. A partir da Tabela 25 observamos que, nos pequenos municípios do Paraná, 37,7% dos estabelecimentos da agricultura familiar são considerados muito integrados ao mercado, ou seja, comercializam mais de 90% do VBP. Essa é a realidade, por exemplo, nas mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central, Oeste, Norte Pioneiro e Sudeste:

TABELA 25 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR GRAU DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ - 2006

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)			
	Grau de integração ao mercado			
	Muito integrado	Integrado	Pouco integrado	Não classificado
Noroeste	44,9	15,8	15,4	23,9
Centro-Occidental	54,2	20,3	18,3	7,3
Norte Central	47,4	20,1	21,0	11,4
Norte Pioneiro	46,4	18,9	20,5	14,2
Centro-Oriental	19,6	19,4	50,7	10,3
Oeste	46,7	25,3	22,4	5,5
Sudoeste	23,0	41,4	32,5	3,1
Centro-Sul	20,8	40,6	34,6	3,9
Sudeste	34,4	29,8	30,3	5,5
Metrop. Curitiba	28,0	24,9	39,8	7,3
Total	37,7	27,2	26,1	8,9

FONTE: IBGE/MDA – CENSO AGROPECUÁRIO (tabulações especiais – FAO/INCRA)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Já os agricultores familiares que comercializam entre 50% a 90% do seu VBP, os integrados, representam 27,2% dos estabelecimentos, mais localizados nas mesos Sudoeste e Centro-Sul. Os que comercializam menos de 50% do seu VBP,

⁵⁴ Dado obtido a partir do resultado entre a relação da receita total com a atividade agropecuária (RTAA) e o valor total da produção agropecuária (VTPA), sendo o VTPA maior que zero. Segundo o grau de integração ao mercado, o estabelecimento foi classificado nas seguintes categorias: *muito integrado* (caso o grau de integração ao mercado seja $\geq 0,9$), *integrado* ($\geq 0,5$ e $< 0,9$), *pouco integrado* (≥ 0 e $< 0,5$); e *não classificado* (não atendidos os parâmetros informados). (IBGE/MDA, 2012)

os pouco integrados, representam 26,1% participando as mesos Centro-Oriental, com mais de 50% dos seus estabelecimentos e a Metropolitana de Curitiba, com quase 40%. Chama a atenção que quase 24% dos estabelecimentos da mesorregião Noroeste, considerada muito integrada (com quase 45% de participação), não tenham sido classificados.

Embora o número de municípios da mesorregião Centro-Oriental seja pouco representativo num comparativo à grosso modo com as demais mesos, chama a atenção nesses resultados que pouco mais da metade dos estabelecimentos familiares ali instalados são considerados *pouco integrados* ao mercado. A nosso ver, isso se deve, à predominância de lavouras de subsistência (milho e de feijão), às limitações estruturais que têm gerado um significativo número de estabelecimentos descapitalizados, à racionalidade produtiva regional baseada no setor agroflorestal, e propriamente pelas limitações ambientais da região (solos restritos, alta declividade, etc.) que não cooperam tanto quanto em outras mesos para o desenvolvimento da agropecuária. Nessas áreas é preciso realizar pesquisas locais a fim de verificar o grau de pobreza rural que os dados sinalizam, ou se a pouca integração ao mercado se configura como uma estratégia não muito explorada de sobrevivência dos estabelecimentos familiares.

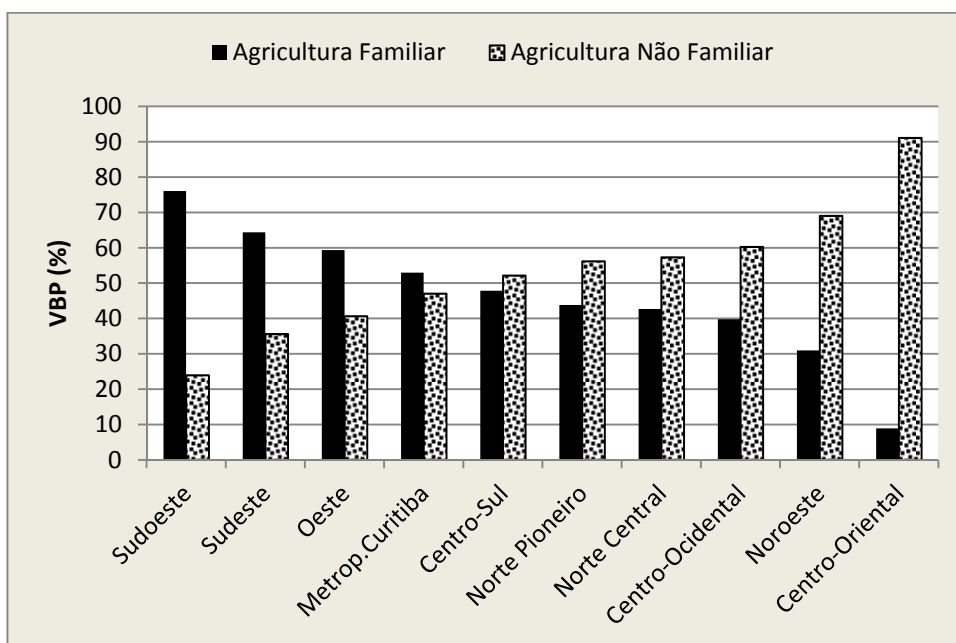
4.3.4 - Outras características

As principais atividades econômicas dos estabelecimentos familiares nos pequenos municípios são a lavoura temporária (46%), e a pecuária e a criação de outros animais (42%), sendo que a terceira atividade mais importante, a lavoura permanente, é significativa apenas em algumas mesorregiões, como o Norte Pioneiro, Norte Central e Metropolitana de Curitiba. Nas mesorregiões Sudeste, Centro-Occidental e Oeste, mais da metade dos estabelecimentos familiares tem como principal atividade a lavoura temporária com 70%, 54% e 52%, respectivamente. Na mesorregião Noroeste predominam os estabelecimentos familiares em que a principal atividade é a pecuária e a criação de outros animais

com 63% dos estabelecimentos, seguido da mesorregião Centro-Oriental com 55% e da mesorregião Sudoeste com 50%.

O VTP dos estabelecimentos familiares nos pequenos municípios corresponde, em 2006, a 53% do VBP dos estabelecimentos agropecuários, percentuais que apresentam uma nítida variação mesorregional. Os maiores percentuais de participação dos estabelecimentos familiares no VBP se encontram nas mesorregiões: Metropolitana de Curitiba (52,9%), Oeste (59,3%), Sudeste (64,4%) e Sudoeste (76%), como se observa a seguir.

GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP), POR TIPOLOGIA DE AGRICULTOR, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2006



FONTE: IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO (tabulações especiais – FAO/INCRA)

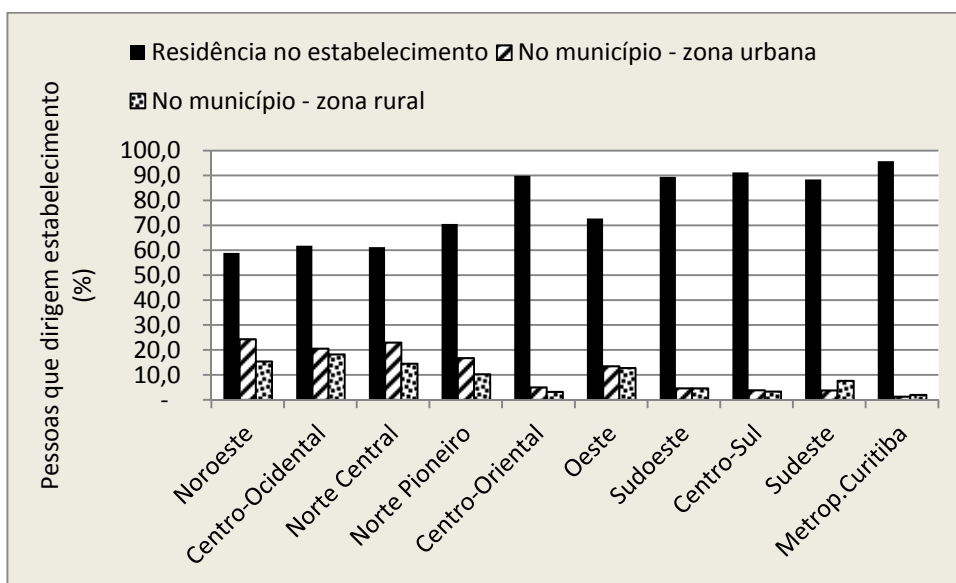
NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Na mesorregião Centro-Oriental, a participação da agricultura familiar é de apenas 9%, seguida da mesorregião Noroeste com 31%, acompanhadas das mesorregiões Centro-Occidental (39,8%), Norte Central (42,7%), Norte Pioneiro (43,8%) e Centro-Sul (47,8%).

Embora não seja possível verificar o local de residência de todos os ocupados nos estabelecimentos agropecuários, é possível a identificação no caso das pessoas que os dirigem. Partindo da lógica dos arranjos familiares (Capítulo 3), podemos deduzir que o restante da família em muitos casos reside no mesmo local do

dirigente. Nesse sentido, observamos que, em algumas regiões rurais, o estabelecimento agropecuário é visto como local de trabalho e de moradia da maioria dos ocupados nos estabelecimentos familiares, enquanto que, em outras regiões, uma parcela expressiva dos ocupados reside fora do estabelecimento agropecuário, a saber:

GRÁFICO 12 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PESSOAS QUE DIRIGEM OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR RESIDÊNCIA DA PESSOA QUE DIRIGE O ESTABELECIMENTO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 2006



FONTE: IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO (tabulações especiais – FAO/INCRA)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Segundo o tipo de produção predominante no estabelecimento (animal, vegetal, agroindústria) é possível encontrar diferentes tipos de racionalidade do uso dos meios de produção como terra, trabalho e equipamentos. Embora não seja possível detalhar o uso das práticas agrícolas, segue, a título de exemplo, alguns apontamentos.

De modo geral, a utilização de determinadas práticas apresentam especificidades regionais, como por exemplo, o uso de métodos alternativos para controle de pragas e/ou doenças em vegetais. O uso dessas práticas apresenta maior ocorrência nos estabelecimentos familiares das mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste, com aproximadamente 17% dos estabelecimentos. A implantação de uma racionalidade alternativa (ou um modo de produção alternativo como a agricultura orgânica ou a agricultura agroecológica) está ligada à presença de organizações sociais representativas da agricultura familiar, como as associações

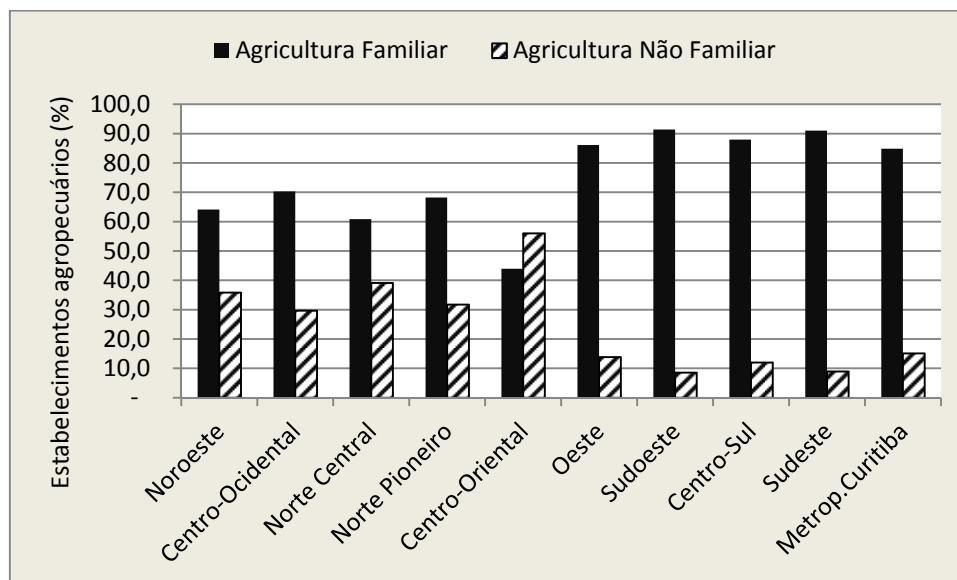
de produtores, as cooperativas de crédito, os sindicatos, etc., capazes de disseminar essas práticas produtivas entre seus cooperados, como já abordado por Brandenburg (1999) e Nunes (2012).

Em relação ao uso de mão de obra familiar e não familiar nos estabelecimentos dos pequenos municípios do Paraná (Tabela A.2.12), chega-se a seguinte constatação: 84,4% dos estabelecimentos da agricultura familiar utilizavam *exclusivamente mão-de-obra familiar*, enquanto que 4,8% deles combinavam mão-de-obra familiar e empregado temporário. A utilização de mão-de-obra familiar e serviço de empreitada é feita por 4,3% dos estabelecimentos. Em todas as mesorregiões, mais de 80% da mão de obra ocupada é exclusivamente familiar, não se identificando disparidades mesorregionais nesse indicador.

Nota-se ainda, no caso dos estabelecimentos familiares, mecanismos de independência financeira em relação ao mercado, através da constatação de um número elevado de estabelecimentos que não contrataram financiamento (68%), e que não possuíam dívidas com bancos, agentes financeiros, cooperativas ou pessoas físicas (65%). Dadas as especificidades desse tipo de agricultura, observou-se que 23% dos estabelecimentos fizeram algum tipo de investimento em terras, bens imóveis, novas culturas permanentes, novas matas plantadas, novas pastagens, veículos, máquinas e implementos, tratores e compra de animais.

Como já difundido desde a pesquisa FAO/INCRA (2000), os estabelecimentos da agricultura familiar são aqueles que empregam a maior parte da mão de obra nos pequenos municípios paranaenses, sendo responsáveis por 76,6% do total de ocupados. Em algumas regiões, como no Sudoeste e Sudeste, a participação dos estabelecimentos familiares no emprego agrícola é de mais de 90%, como se apreende no gráfico 13:

GRÁFICO 13 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR FORMAS DE RELAÇÃO DE TRABALHO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS –MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2006



FONTE: IBGE/MDA - CENSO AGROPECUÁRIO (tabulações especiais - FAO/INCRA)

NOTA: Elaboração do autor

4.4 – Diversidade da agricultura familiar

Partindo da literatura especializada, sobretudo a de LAMARCHE (1998), observa-se a existência de diversos tipos de agricultor familiar nos pequenos municípios do Paraná, tipos definidos de acordo com a lógica familiar em relação à propriedade da terra, práticas agrícolas, financiamento, receitas, local de moradia, grau de especialização do estabelecimento, grau de integração ao mercado, e a utilização da mão-de-obra.

Segundo os diferentes graus de especialização e de integração ao mercado, podem ser enquadrados no espectro da tipologia apresentada por Lamarche (1998, p.186): “tradição”, “marginalização”, “modernização” e “assimilação”, ou na sua relação com a sociedade global, poderiam ser classificados como “camponês”, “produtor”, “modernizado” ou “profissional” (1998, p.245).

Para Lamarche, os produtores agrícolas familiares se organizam, por um lado, conforme o grau de integração na economia de mercado, seja tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural sendo que “a um determinado grau

de integração no mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação.” (LAMARCHE, 1997, p. 19) A partir desse ponto de vista, conforme o grau de integração ao mercado, os produtores familiares, “segundo sua própria história e o ambiente específico no qual eles funcionam”, se concentram entre dois modelos de expectativas - o *original* e o *ideal* -, resultado de duas forças antagônicas nas decisões que o produtor familiar toma:

uma representando o peso do passado e da tradição [*modelo original*] e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir é aquela que aponta para um futuro materializado por seus projetos [*modelo ideal*]. Os [produtores] organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro. (LAMARCHE, 1997, p.19)

As chances de uma propriedade familiar atingir o "modelo ideal" vão depender da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles. Através da interação entre esses projetos é que é possível explicar o predomínio de certos tipos de propriedades familiares, sua estagnação, diminuição ou mesmo a sua eliminação. (LAMARCHE, 1997, p.22)

Da mesma forma que a influência da sociedade tem sido destacada por Lamarche (1997), a mesma inter-relação entre as comunidades rurais ou estabelecimentos camponeses tem sido apontada há muito tempo por Redfield (1956), que afirma que o camponês se encontra dentro de sistemas sociais mais amplos que geram “relações de influência” e expectativas, etc. A cultura de uma comunidade camponesa está em boa medida determinada pelo sistema social global de que faz parte, portanto, não é autônoma. E para conhecer o camponês é necessário conhecer também a outra *part-society*. (REDFIELD, 1956, p.64-68)

As explorações familiares souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações sempre novas e diversas, às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada não aleatoriamente, mas pela economia de mercado. (LAMARCHE, 1998, p. 21) A permanência da agricultura familiar no campo paranaense, denota uma elaborada estratégia de sobrevivência.

4.5 – Síntese

Nos pequenos municípios do estado do Paraná encontram-se 64,9% dos estabelecimentos da agricultura familiar de um universo de 371.063 recenseados em 2006. Em apenas duas mesorregiões geográficas, esses estabelecimentos não predominavam nos pequenos municípios, as mesorregiões Centro-Oriental e a Metropolitana de Curitiba.

A maior ou menor presença dos estabelecimentos da agricultura familiar nas mesos está relacionada com o histórico de povoamento, colonização e organização social de cada uma das mesorregiões paranaenses, nas quais se encontram municípios com áreas com grande desigualdade na distribuição da terra (Centro-Oriental), com diferentes níveis de urbanização (Metropolitana de Curitiba), com demarcada especialização e integração ao mercado ou o seu contrário, etc.

Os indicadores analisados, especialmente os referentes ao grau de especialização e de integração ao mercado, permitem observar não somente as estratégias dos estabelecimentos familiares, mas também as possibilidades e limitações que são resultados dos meios de produção (terra, trabalho e capital) ou em outras palavras, do solo, topografia, clima, máquinas, equipamentos e recursos (até humanos) disponíveis.

As diferenças apresentadas nas estratégias de permanência dos agricultores familiares nos pequenos municípios paranaenses mostram ruralidades distintas em cada mesorregião do estado, demonstrando que a categoria *agricultura familiar* abarca desde o agricultor próximo do *camponês tradicional* até o chamado *agricultor familiar moderno* altamente especializado e integrado ao mercado.

A reprodução dos agricultores familiares no meio rural (FERREIRA, BRANDENBURG e CORONA, 2012) contribui para caracterizá-lo com uma ruralidade singular, permeada pela presença de estabelecimentos agrícolas gerenciados por famílias agricultoras em mudança ou conformações distintas, estabelecimentos que são ao mesmo tempo o *lugar de trabalho e de moradia* desse contingente. Estabelecimentos resultantes da *especificidade da ocupação agrícola* que expressam o sentido de uma ruralidade que se origina no campo, engloba as pequenas cidades e gera a identidade dos *municípios rurais*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos afirmar na presente tese que as áreas rurais dos pequenos municípios paranaenses apresentam características distintivas das áreas rurais dos demais municípios (médios e grandes) do estado do Paraná, e que mesmo com o avanço das *novas ruralidades* que deslocam os paradigmas interpretativos do rural para usos não agrícolas, o paradigma clássico do viés agrícola se mantém atual no entendimento deste meio rural.

A principal dificuldade no entendimento das realidades rurais brasileiras, como observado no Capítulo 1, se refere à própria definição do que seja esse *rural*. A partir da revisão de alguns referenciais teóricos afirmamos que são várias as definições para o rural, o que dificulta inclusive as análises comparativas em âmbito internacional. Como visto, o Brasil apresenta um caso peculiar, uma vez que considera as áreas rurais a partir de delimitações administrativas que não utilizam nenhum critério adotado nos países estrangeiros (como o patamar populacional e/ou a densidade populacional). Nesse sentido, a análise das áreas rurais brasileiras engloba desde o rural metropolitano, o rural das cidades médias e pequenas, como um todo - e a generalização é um complicador para o reconhecimento das questões locais.

Especificamente no âmbito das ciências sociais, alguns autores fazem a separação entre rural e ruralidade ou entre urbano e urbanidade, porém aqui o rural e o urbano são entendidos como áreas geográficas, cujas áreas de influência podem ir muito além daquelas das definições oficiais. É nesse sentido que alguns pequenos municípios recebem a denominação de *municípios rurais*, pois a ruralidade que emerge do campo atinge as vilas e a cidade desses municípios originando um modo de vida predominantemente rural.

No Capítulo 2, desenvolvemos que, embora haja importante concentração da população em áreas urbanas/metropolitanas, a maioria dos municípios do estado apresenta patamar populacional até 20 mil habitantes, sendo que com base na literatura internacional, parte dos pequenos municípios com até 20 mil habitantes poderiam ser considerados *rurais*, pois o seu tamanho populacional e a sua localização geográfica em relação ao sistema urbano não propicia aos seus habitantes uma experiência urbana equivalente à existente nos grandes centros com

mais de 100 mil habitantes. A experiência urbana nesses casos, resume-se ao acesso aos bens essenciais, como trabalho, moradia, educação, transporte e saúde.

Esses pequenos municípios apresentam particularidades próprias decorrentes de sua localização no território, das possibilidades econômicas advindas da exploração de atividades dos setores primário, secundário e terciário; e em especial, das possibilidades econômicas e sociais disponíveis nessas localidades de tamanho limitado. O uso da definição oficial de urbano para as sedes dos distritos (cidades e vilas) dessas pequenas comunidades, portanto, mascara as desigualdades sociais existentes entre o território urbano dessas pequenas localidades e os territórios urbanos das principais áreas de concentração populacional do estado.

Ademais, em virtude da seletividade etária da migração oriunda do rural, e também influenciada pela queda da taxa de fecundidade, a população rural vem sofrendo um forte processo de envelhecimento, com redução do número de pessoas nos domicílios rurais, alterando as configurações familiares. Essas mudanças nas configurações familiares reduzem as possibilidades do trabalho familiar na agricultura, gerando novas demandas para as políticas de assistência técnica e extensão rural, bem como para as políticas de assistência social, em especial àquelas voltadas para a terceira idade. As possibilidades de desenvolvimento dos espaços rurais, na acepção de Amartya Sen (2000) – com acesso aos bens básicos: saúde, educação e *trabalho* –, necessitam do entendimento de que estas coletividades, dado o seu tamanho populacional e localização, demandam políticas públicas específicas para os seus modos de vida e de trabalho.

Procuramos colocar em evidência a mensuração da população ocupada, a relevância do setor agropecuário no desenvolvimento da vida social dos municípios pesquisados, segundo as suas mesorregiões, as dinâmicas de migração populacional, etc. Observa-se que as ocupações das áreas rurais dos pequenos municípios apresentam especificidades em relação às demais áreas do próprio estado do Paraná, e mesmo à outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Em relação aos ocupados em atividades agrícolas, os residentes nos pequenos municípios paranaenses equivalem a 59% do total de ocupados em 2010 sendo que a participação dessas ocupações no total dos pequenos municípios mostra que a atividade tem peso considerável no emprego de muitos dos municípios aqui analisados, e em especial, em alguns deles, representa mais da metade das

ocupações, como em alguns municípios da mesorregião Centro-Sul, Sudoeste e Sudeste.

No caso específico das ocupações das áreas consideradas rurais, embora o aumento das ocupações não agrícolas seja considerável (1,6% a.a.), ainda não foi suficiente para permitir que a taxa de crescimento dos ocupados (-0,2%) fosse positiva, ou seja, no conjunto dos municípios analisados, não é possível evidenciar até o momento reversão de crescimento com as ocupações advindas das chamadas *novas ruralidades*, fenômeno que foi observado apenas nos municípios analisados que estão inseridos na Região Metropolitana de Curitiba, possivelmente em razão do surgimento de novas atividades no meio rural. No entanto, até o momento, não é o caso para os municípios até 20 mil habitantes como um todo que mantém que características de um rural agrícola baseado na atividade agrícola.

Do ponto de vista das famílias que residem no meio rural, é possível mensurar que, em 2010, 67,6% dessas famílias conta, pelo menos, com um membro ocupado em atividades agrícolas, sendo que a proporção de famílias em que todos os membros ocupados estão em atividades agrícolas reduziu para quase a metade (51,2%). Além do aumento das famílias *pluriativas*, os resultados apontam um aumento considerável das famílias sem membros ocupados. As mudanças nos arranjos familiares segundo as ocupações estão ligadas, de um lado, às questões demográficas, haja visto que nas áreas rurais, a proporção de famílias com apenas um membro está em torno de 10% ao passo que as famílias com dois membros representam 25% das famílias.

Foi observado que a diminuição do número de membros se deu principalmente entre aqueles cuja posição na ocupação era o de *não remunerados*, que em muitos casos tem sido os jovens que emigram para outros locais em busca de trabalho ou estudo. Nesse sentido, foi notada uma mudança social entre as posições ocupacionais de acordo com a disponibilidade de mão de obra no interior da família e também devido as mudanças na hierarquia familiar. Muitos dos filhos que permaneceram no interior das famílias residentes no meio rural deixaram de ser “não remunerados” e passaram a ocupar as posições de conta própria ou de trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Essa diversidade encontrada nos municípios paranaenses em relação às ocupações agrícolas, e em especial, o contraste entre a participação do contingente

de empregados nas mesorregiões da parte *norte* do Paraná e os de conta-própria no *sul*, pode ser explicada por uma série de fatores, tais como: as características ambientais da região (clima, relevo, solo), e principalmente, a presença de um alto grau de concentração das terras nas mãos de poucos estabelecimentos agropecuários.

Uma questão paradoxal surge a partir das interpretações analíticas sobre o rural paranaense. Se, por um lado, as atividades agrícolas vêm perdendo sua importância na oferta de trabalho nos municípios, algumas questões teóricas abordadas desde os anos 1970 se mantêm atuais dada a permanência de condições de desigualdade, destacando-se a de acesso à terra e a de renda. Essa última tem atingido maiores proporções da população em locais onde os processos históricos de ocupação e colonização não permitiram o acesso equitativo às terras, e também em regiões onde os condicionantes naturais limitam o uso dos recursos naturais. Nenhuma dessas desigualdades seriam observadas se o desenvolvimento precário de alguns pequenos municípios não estivessem diretamente atrelados aos recursos naturais.

Concordamos com diversos autores de que o rural não se *resume* ao agrícola, mas se faz necessário dar subsídio a essa discussão, relacionada à participação numérica do agrícola na ocupação da população dos *municípios rurais*. Reitera-se aqui a importância da caracterização das diferenciações existentes nos diversos estados do Brasil, em especial, o que concerne aos pequenos municípios. Os dados estaduais, mesmo aqueles mesorregionais que consideram todos os diferentes tipos de cidades (pequenas, médias, metropolitanas), nem sempre permitem observar as particularidades das áreas rurais dos pequenos municípios.

A ruralidade tem sofrido, como vimos, muitas transformações, acompanhada pelos estudiosos da ruralidade contemporânea observada nos diversos países. No entanto, essas transformações não ocorrem de forma homogênea dentro das próprias unidades territoriais, como as unidades da federação e, nem mesmo entre os pequenos municípios, como pode ser observado no caso dos municípios rurais do presente estudo. Nesses pequenos municípios, a trama sócio-espacial rural mantém um vínculo estreito com a agropecuária, e essa defesa de um rural agrícola deve ser considerada nas políticas de desenvolvimento rural no Paraná. E mais, as

características do rural paranaense e de outros estados brasileiros são distintas dos países modernos avançados onde permanecem situações de um rural tradicional.

Evidencia-se que no caso das áreas rurais dos pequenos municípios do Paraná a *agricultura familiar* é o principal ator que dá sentido e especificidade ao rural contemporâneo, e que segundo Brandenburg (1999, p.106) essa agricultura se configura como “um movimento que visa preservar as condições materiais e socioculturais de sua existência”. São eles que dão sentido à permanência das ocupações agrícolas nas áreas rurais, que é o espaço dos agricultores, onde constroem um modo de vida particular com uma identidade própria.

Nos pequenos municípios do Paraná foi possível encontrar 64,9% dos estabelecimentos da agricultura familiar de um universo de 371.063 estabelecimentos recenseados em 2006. Os indicadores analisados referentes ao grau de especialização e integração ao mercado permitem observar não somente as estratégias de manutenção e sobrevivência dos estabelecimentos familiares, mas também as possibilidades e limitações que são resultados dos meios de produção (terra, trabalho e capital) ou em outras palavras, do solo, topografia, clima, máquinas, equipamentos e recursos disponíveis.

As diferenças apresentadas nas estratégias dos agricultores familiares mostram ruralidades distintas em cada uma das mesorregiões do estado (diversidade no grau de especialização do estabelecimento, no acesso ao mercado, nos sistemas produtivos, no tamanho das famílias, etc.), demonstrando que a categoria *agricultura familiar* abarca desde o agricultor próximo do *camponês tradicional* até o chamado *agricultor familiar moderno* altamente especializado e integrado ao mercado.

A reprodução dos agricultores familiares no meio rural contribui para caracterizá-lo com uma ruralidade singular, permeada pela presença de estabelecimentos agrícolas gerenciados pela agricultura familiar, estabelecimentos que são ao mesmo tempo o *lugar de trabalho* e de *moradia*, estabelecimentos resultantes da *especificidade da ocupação agrícola* e que conformam o campo, seus povoados e as cidades dos pequenos municípios como uma comunidade local, e gera a identidade dos *municípios rurais*.

Como afirma Wanderley (2009), “o mundo rural é um espaço de vida, lugar de residência de um grande número de brasileiros, de onde eles veem e vivem o

mundo”, sendo que, nos pequenos municípios, os agricultores familiares são os atores que animam essa vida social através de suas estratégias e racionalidades.

Como um espaço de vida, a ruralidade paranaense, em muitas regiões, apresenta particularidades que sustentam a hipótese da predominância de um rural agrícola, não um rural que morre (Lefebvre), renasce (Kayser) ou nasce (Veiga), mas, um rural que se transforma sem perder suas particularidades sociais oriundas dos processos de mudança social, cujo principal ator tem sido o agricultor familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vols. 28 n. 1, 2, 3, e 29, n. 1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999, 21p. Disponível em: <<http://ceragro.iica.int/Documents/Agricultura-familiar.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2010.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora HUCITEC/UNICAMP, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa**: o Sudoeste Paranaense. 1981. Dissertação (Mestrado), Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2008, 13p.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Janio (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI/Bahia, 2012, p. 81-102. (Série estudos e pesquisas, 94)

BALHANA, Altiva Pilati; WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná Moderno. [1976] v2. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. (Org.). **Un Mazzolino de Fiori**. Curitiba: Imprensa Oficial, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, 2003, p.137-159.

BAZOTTI, A. ; NAZARENO, L. R. ; CINTRA, A. P. U. . Um ensaio sobre as famílias agrícolas paranaenses a partir das PNADs 1992, 1998, 2005 E 2007. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 117, p. 123-145, 2009.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti; SANTOS, Sergio Roberto Lordello dos; NALCACER, Fernando Cavalcanti. **Redefinição do conceito de urbano e rural**. Curitiba, IPARDES, 1983. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/redefinicao_urbano_rural_12_83.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2012.

BRASIL. **Alvará, de 27 de Junho de 1808** – Crêa o imposto da decima dos prédios urbanos. Coleção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p.69-73 – Legislação Informatizada (Planalto Nacional). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_32/alvara_imposto.htm> Acesso em: 12 de maio de 2011.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Diário Oficial da União, Seção 1, Suplemento, 16 de julho de 1934, página 1 -

Legislação Informatizada (Planalto Nacional). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm> Acesso em: 10 de julho de 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 311, de 2 de Março de 1938(a)** – Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil, 31 dez. 1938b, vol. 1, p. 438 – Legislação Informatizada (Câmara dos Deputados). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 237, de 2 de Fevereiro de 1938(b)** – Regula o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940 e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil, 31 dez. 1938a, vol. 1, p. 68 – Legislação Informatizada (Câmara dos Deputados). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-237-2-fevereiro-1938-350962-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 968, de 21 de Dezembro de 1938(c)** – Fixa a divisão territorial administrativa e judiciária do Território do Acre. Coleção de Leis do Brasil, 31 dez. 1938c, vol. 4, p. 303 – Legislação Informatizada (Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-968-21-dezembro-1938-350944-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 157, de 31 de Dezembro de 1937** – Dispõe sobre a arrecadação dos impostos predial e territorial, na Prefeitura do Distrito Federal. Coleção de Leis do Brasil, 31 dez. 1937, vol. 3, p. 516 – Legislação Informatizada (Câmara dos Deputados). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-157-31-dezembro-1937-354986-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 12 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 1.200, de 17 de Novembro de 1936** – Regula a constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística. Diário Oficial da União, Seção 1, de 19 de nov. de 1936, página 25007 – Legislação Informatizada (Câmara dos Deputados). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1200-17-novembro-1936-458730-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 18 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 1.022, de 11 de Agosto de 1936** – Approva e ratifica a Convenção Nacional de Estatística. Coleção de Leis do Brasil, 31 dez. 1936, vol. 2, p. 616 – Legislação Informatizada (Câmara dos Deputados). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1022-11-agosto-1936-459454-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 24.609, de 6 de Julho de 1934** – Cria o Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e o desenvolvimento dos serviços estatísticos. Diário Oficial da União, Seção 1, 14 jul. 1934, p. 14257 – Legislação Informatizada (Câmara dos Deputados). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24609-6-julho-1934-515214-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 18 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 4.676, de 14 de Janeiro de 1871** - Crêa na Côrte do Imperio uma Directoria Geral de Estatistica, em virtude da autorização concedida pelo art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de Setembro de 1870, e manda executar o respectivo Regulamento. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1871, p.35-47, vol.1, pt. II - Legislação Informatizada (Câmara dos Deputados). Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto467_6-14-janeiro-1871-552057-publicacaooriginal-68972-pe.html> Acesso em: 10 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006** – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. D.O.U. 25 de julho de 2006. Legislação Informatizada (Planalto Nacional). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: 10 de julho de 2012.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966** – Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Coleção de Leis do Brasil, 31 dez. 1966, vol. 7, p. 292 – Legislação Informatizada (Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5172-25-outubro-1966-358971-normaatualizada-pl.html>> Acesso em: 15 de maio de 2011.

BLUME, Roni. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. Porto Alegre, 2004. 182f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XIII, n. 2, p. 443-454 jul.-dez. 2010.

BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. **Anais...** 2005. FAFICH/UFMG - Belo Horizonte, MG.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, Ongs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, n. 10, p. 119-125, 2004.

BRASS, William *et al.* **The Demography of Tropical Africa**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1968, 539 p.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil. **Texto para Discussão n. 621**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMPANHOLA, Clayton. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. 1ed. ed. Jaguariuna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. v. 5. 495p.

CAMPANHOLA, Clayton. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. 1a.. ed. Jaguariúna - SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000(a). v. 1. 190 p.

CAMPANHOLA, Clayton. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual - Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. 1a.. ed. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000(b). v. 3. 218 p.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2001.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 252-280.

CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X:FAPERJ, 2012.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. **Espaços urbanos**: uma proposta para o Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilevitch. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires : Nueva Vision, 1985.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Espaços Rurais no Paraná: um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios**. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPR.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. O lugar da agricultura familiar no espaço rural brasileiro. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba. **Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais**: mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político. Curitiba - PR: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR, v. 1. p. 1-11, 2010.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; BRANDENBURG, Alfio. Vida Social e Trabalho no Campo: um estudo sobre a diversidade do espaço rural nos pequenos municípios paranaenses. In: 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2008. **Anais**. Campina Grande: REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2008.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, Camila Marques Viana; BOTELHO FILHO, Flávio Borges. Migrações na agricultura familiar e de assalariados agrícolas. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco. **Anais**. Brasília: SOBER, 2008.

DIAS, Patrícia Chame. Questões iniciais para o estudo das relações campo-cidade na Bahia: processos e indicadores. In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI/Bahia, 2010, p. 209-225. (Série estudos e pesquisas, 87)

DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Janio (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI/Bahia, 2012. (Série estudos e pesquisas, 94)

DIRVEN, M. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural en América Latina. **Revista de La CEPAL**, n. 83, p. 49-69, ago. 2004.

DU PLESSIS, Valérie; BESHIRI, Roland; BOLLMAN, Ray D. Définitions de 'rural'. **Bulletin d'analyse** - Régions rurales et petites villes du Canada. Statistique Canada, Ottawa (Ontario), vol. 3, n° 3, novembre 2001.

FAO/SDA. **Program on rural indicators**, 1998 (mimeo). apud ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 20.

FAO/RLC. **Aumento em los Precios de Los Alimentos em América Latina y el Caribe**. Chile: FAO-RLC, 2008. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/es/temas/precios/pdf/precios.pdf>. Acesso em 2 set. 2010.

FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos**, São Paulo (29), p. 98-119, 1991.

FARIA, Vilmar E. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estruturado emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984, p.124 apud WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural**: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife, 2001, p. 3. (mimeo)

FARMER, Frank L. Definition of Rural. In: GOREHAM, Gary A (ed.). **Encyclopedia of rural America: the land and people**. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, Inc., 1997.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

FERREIRA Angela Duarte Damasco; BRANDENBURG, Alfio ; CORONA, Hieda Maria Pagliosa (Orgs.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo Rural e Geografia – Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Unesp, 2001.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GALESKY, Boguslaw. **Basic concepts of rural sociology**. Manchester: Manchester University Press, 1972

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo, Marco Zero, 1990.

GERMER, Claus. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. **Revista da ABRA**, Volume 31, n. 1, 14 p., jan/abr 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. A industrialização e a urbanização da agricultura. **São Paulo em Perspectiva**, jul./set.1993, v. 7 n. 3 p. 2-10.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** Campinas, IE-Unicamp. Coleção Pesquisa, n.1, 1999, 153p.

HALFACREE K. H. Locality and social representation: space, discourse and alternative, definition of the rural. **Journal of Rural Studies**, vol. 9, n.1, pp. 23-41, 1993.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE. Censo Demográfico 2010: resultados do universo (Banco de Dados), Rio de Janeiro: IBGE, 2011. In: **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**, 2012a. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. Censo Demográfico 2010: trabalho e rendimento - resultados da amostra (Banco de Dados), Rio de Janeiro: IBGE, 2012. In: **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**, 2012b. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. **Censo Demográfico 2010: notas metodológicas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012c.

_____. Censo Demográfico 2010: microdados da amostra - Paraná (Banco de Dados), Rio de Janeiro: IBGE, 2012. In: **IBGE: Resultados do Censo Demográfico 2010**, 2012d. Disponível em <<ftp.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 mai. 2012a.

_____. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - Segunda Apuração.** Rio de Janeiro, 2012e.

_____. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – primeiros resultados.** IBGE, Rio de Janeiro, 2009a.

_____. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** IBGE, Rio de Janeiro, 2009b.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro, 2008a.

_____. **Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 - Revisão 2008.** Rio de Janeiro, 2008b.

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2000**. vol 7. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Série Relatórios Metodológicos. v.25. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a.

_____. **Censo demográfico 2000**: Microdados da amostra - PR. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b. (CD-ROM)

_____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1990**. vol. 6. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico de 1980**. vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. (IX Recenseamento Geral do Brasil).

_____. **Censo Demográfico de 1970**. vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. (VIII Recenseamento Geral do Brasil).

_____. **Censo Demográfico de 1960**. vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. (VII Recenseamento Geral do Brasil).

_____. **Censo Demográfico e Econômico de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. (Série Regional, Volume XXVI/Paraná)

_____. **Censo Demográfico e Econômico de 1940**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951. (Recenseamento Geral do Brasil – 1º de Setembro de 1940, Série Regional, Parte XVIII - PARANÁ)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MDA. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar - FAO/INCRA (Banco de Dados), Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Banco de Dados Agregados, 2012. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultFAO.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em 20 dez. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Convenção Nacional de Estatística** - Instrumento de acordo inter-administrativo, firmado nos termos do artigo 9º da Carta Constitucional, na presença do Excelentíssimo Senhor Doutor GETÚLIO VARGAS, Presidente da República, no Salão de Conferências do Palácio Itamaraty, cidade do Rio de Janeiro, aos 11 de Agosto de 1936, pelos Delegados Plenipotenciários dos Governos da União, do Distrito Federal, dos Estados e do Território do Acre. Departamento de Estatística e Publicidade: Rio de Janeiro, 1936. Disponível: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/convencao1936.pdf>> Acesso em: 18 de maio de 2011.

IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES. **Redes Urbanas Regionais: Sul**. vol.6 Brasília: Ipea/Ipardes, 2000.

IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. Campinas: IE-Unicamp, 2 vols., 1999.

IPARDES. **Fluxos de origem e destino dos migrantes de data fixa no período 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.** [Microdados]. Curitiba: IPARDES, 2012. (uso interno)

IPARDES. **Os vários Paranás:** identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba: IPARDES, 2006a.

IPARDES. **Linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional:** subsídios à política de desenvolvimento regional. Curitiba: IPARDES, 2006b.

IPARDES. **Leituras regionais** : Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense. Curitiba : IPARDES : BRDE, 2004

JACOBS, Jane. Cities and the wealth of nations. London, UK: Penguin Books, 1984/86, p. 32 apud ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 20.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista.** Campinas: Autores Associados, 2000.

JEAN, Bruno. **Territoires d'avenir:** pour une sociologie de la ruralité. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1997.

KAGEYAMA, Angela A.. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale:** sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: A. Colin, 1990.

LAMARCHE, Hugues. (coord) **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme,** vol.1 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LAMARCHE, Hugues. (coord) **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme,** vol.2. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LAURENTI, Antonio Carlos; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A nova ruralidade brasileira e os desafios do reajusta da P&D para a agropecuária. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco. **Anais.** Brasília : SOBER, 2008(b).

LAURENTI, Antonio Carlos; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A recente demografia nas áreas rurais propriamente dita e o novo rural brasileiro. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco. **Anais.** Brasília : SOBER, 2008(a).

LENIN, Vladimir Ilyich. **Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** São Paulo: Ed. Abril, 1982.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI/Bahia, 2010. (Série estudos e pesquisas, 87)

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram**. Tese (Doutorado) – UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2003.

MAGALHÃES, Marisa Vale. A migração no Paraná nas últimas décadas: um balanço preliminar. **Análise Conjuntural**, v. 14, n. 11/12, nov./dez. Curitiba: IPARDES, 1992.

MAGALHÃES, Marisa Valle; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. Dinâmica Demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. **Nota Técnica**, 14. Curitiba: IPARDES, 2010, 38 p.

MARTINE, George e CAMARGO, Lísio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, vol. 1, n.1/2, p.99-143, jan/dez. 1984.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987, p. 59 apud WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife, 2001, p. 3. (mimeo)

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MATTEI, Lauro. Atualidades da Teoria Clássica sobre o Capitalismo Agrário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3, 1998, Niterói. **Anais...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998, 18p.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans** (suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après). Paris: Babel, 1984.

MENDRAS, Henri. **Lés sociétés paysannes** – éléments pour une théorie da la paysannerie. Paris: Éditions Gallimard, 1995.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O Que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

MOREIRA, Morvan de Mello. **Envelhecimento da População Brasileira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 1997, Tese de Doutorado.

MOURA, Rosa (coord.); CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; RODRIGUES, Ana Lucia; MAGALHÃES, Marisa Valle. O Estado do Paraná no Censo 2010. **Boletim Semanal do Observatório das Metrópoles**, 13 de julho 2011. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles. Disponível em

www.observatoriodasmetropoles.net/download/PR_Censo2011.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2011.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MOURA, Rosa; CINTRA, Anael. População e território: processos recentes de transformação urbana e metropolitana no Brasil. XII Seminário da Red Iberoamericana de Globalização e Território. **Anais**. UFMG, Minas Gerais, 2012.

MOURA, Rosa; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Dinâmicas territoriais da população: primeiros resultados do Censo 2010**. Nota Técnica, IPARDES, dez. 2011, 71p. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_22_Primeiros_Resultados_Censo_2010.pdf> Acesso em: 12 de junho de 2011.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**: colonização espontânea, camponato e patronagem na Amazônia Oriental. 1ª. ed. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1988.

NATIONS UNIES. Département des affaires économiques et sociales. **Annuaire Démographique 2009-2010**. New York, 2011.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GAQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (Org.). **A agricultura brasileira**: desempenhos, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 185-209.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar**: é preciso mudar para avançar. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011 (Texto para Discussão, n. 42)

NIKOLITCH, Radoje. Family-Operated Farms: theirs compatibility with technological Advance. **American Journal of Agricultural Economics**, vol. 51, nº 3, agosto, p. 530-545, 1969. apud ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora HUCITEC/UNICAMP, 1998.

NUNES, Sidemar Presotto. **Influências Teóricas e Políticas nas Práticas Educativas da Rede Ecovida de Agroecologia**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2012.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Grandes Reportagens**: Megacidades. São Paulo, 2008.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **The new rural paradigm**: policies and governance. OECD, 2006.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Territorial indicators of employment; focusing on Rural Development**. Paris: OCDE, 1996.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Creating Rural indicators for shaping territorial policy**. Paris: OCDE, 1994.

PLESSIS, Valérie Du *et al.* "Définitions de rural", **Bulletin d'analyse – Régions rurales et petites villes du Canada**, vol. 3, n° 3, novembre 2001. p. 1-17. Division de l'agriculture de Statistique Canada

REDFIELD, Robert. **The little community and peasant society and culture**. The University of Chicago Press, 1960.

REDFIELD, Robert. **Peasant society and culture**. The University of Chicago Press: Chicago/EUA, 1956.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHNEIDER, Sergio. Actividades rurales no agrícolas y transformaciones del espacio rural: perspectivas recientes. **Cuadernos de Desarrollo Rural** (44), Bogotá (Colômbia), 2000, p.11-40.

SCHNEIDER, Sergio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n.2, p.225-256, mai/ago.1997.

SCHNEIDER, Sergio. Pensar a ruralidade numa perspectiva territorial: uma introdução ao estado da arte. In: 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2008. **Anais**. Campina Grande: REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol.30, n.3 (119), p.511-531, jul.-set., 2010.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez, 2004.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre, 1999. 470 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 1999.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda**: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia, 1910-1925). Madrid, ES: Alianza Editorial, 1983.

SENRA, Nelson de Castro. Informação estatística: forma de saber, fonte de poder. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.). **História das estatísticas brasileiras (1822-**

2002). v.1: Estatísticas desejadas (1822-c.1889). Rio de Janeiro: IBGE. p.27-43. 2006.

SILVA, Osvaldo Heller da. Alguns Comentários sobre o Destino do Campesinato em Marx. **Revista de Economia Rural**, Brasília, n.24, jan./mar. 1986.

SOARES, Paulo de Tarso. Questionando o questionamento aos clássicos do marxismo sobre a agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3, 1998, Niterói. **Anais...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998, 21 p.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.. **Principles of Rural-Urban Sociology**. New York: Henry Holt and Company, 1939.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. **A Systematic Source Book In Rural Sociology**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1930. vol I. Disponível em <<http://www.archive.org/details/systematicsource014430mbp>> Acesso em 22 abr. 2007

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J.. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. Campinas, 2000(a). Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola), Programa de Pós Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, Marcelino de. Caracterização e evolução das ocupações das pessoas e das famílias agrícolas e rurais no contexto paranaense: uma análise a partir dos dados das PNADS. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual - Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000(b), p. 81-118.

SOUZA FILHO, H. M. et al. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá (MT). **Anais...**Cuiabá (MT): SOBER/UFRJ/UFMT/ Embrapa Florestas e Gado de Leite, 2004. CD-ROM.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community & Society**. East Lansing: Michigan State University Press, 1957.

UNITED NATIONS. **Review of United Nations Demographic Yearbook System:** collection and dissemination of cities data. New York, 2003. Disponível em: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/demographic/meetings/egm/DYB_1103/docs/no_15.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2012.

UNITED NATIONS. **World Urbanization Prospects – the 2011 revision: Data Sources / Statistical Concepts (Definitions).** New York: Department of Economic & Social Affairs, 2012. Disponível em: < <http://esa.un.org/unpd/wup/CD-ROM/Data-Sources.htm> > Acesso em: 10 de dez de 2012.

UNITED NATIONS. **Methods for projections of urban and rural population** United Nations Publication, Sales n. E.74. XIII.3, 1974 (Manual VIII)

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, p.333-353, 2006.

VEIGA, J. E. da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.51, p. 51-67, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho Varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Revista Bahia Análise & Dados**, v. 10, n 4, p.193-206, mar. 2001a.

VEIGA, José Eli da. O Brasil ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, p. 101-119, 2001b.

VEIGA, José Eli da. Ilusão de um país urbano. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 dez. 2000.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. B.2011WANDERLEY, M. N. B. . A sociologia do mundo rural e as questões de sociedade no Brasil contemporâneo. **Ruris** (Campinas), v. 4, p. 21-36, 2011.

WANDERLEY, M. N. B.2010WANDERLEY, M. N. B. . A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Revista da ALASRU Nueva Epoca**, v. 5, p. 17-44, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009(a).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade”. **Estudos Sociedade e Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, vol.17, n.1, abril 2009(b).

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Ruralidade no Brasil Moderno - por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARACCA, Norma (Org.). **¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2003(a), p. 31-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro : CPDA/MAUAD, n.21, out.2003(b), pág.42-61.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. (Org.). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p.39-52.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural**: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife, 2001, 28p. (mimeo)

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, p.87-145, out. 2000(a).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2, p.29-37, jul/dez. 2000(b).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**.TEDESCO, João Carlos (Org). Passo Fundo: EDIUPF, 1999(a).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Olhares sobre o rural brasileiro**. Recife, 1999(b). (mimeo)

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In : **Para pensar outra agricultura**. FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.). Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O “lugar” dos rurais; o meio rural no Brasil moderno. In: Congresso de Economia e Sociologia Rural, 30, 1997, Natal - RN. **Anais...** Natal: SOBER, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 25, n. 2 e 3, p. 37-68, mai/dez., 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Camponês: um trabalhador para o capital. In: **Cad. Dif. Tecnol.** v. 2, n. 1, p. 13-78, jan/abr., 1985.

WARNER, W. Keith. Rural society in a post-industrial age. **Rural sociology**. Vol. 39, n. 3, p.306-318, 1974.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WHITACKER, Arthur Magon. Campo e cidade – cidades médias e pequenas: algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI/Bahia, 2010, p. 187-194. (Série estudos e pesquisas, 87)

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Editora Hucitec/EdUnB, 1995.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas Axel Anton Wessel. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed.UnB, 1997.

ANEXOS

ANEXO 1

QUADRO 01 – DEFINIÇÕES NORMATIVAS OFICIAIS INTERNACIONAIS	165
---	-----

QUADRO 01 – DEFINIÇÕES NORMATIVAS OFICIAIS INTERNACIONAIS

CRITÉRIO	PAÍS	DEFINIÇÃO
Países da América do Sul		
Patamar Populacional	Argentina	Centros populacionais com 2.000 habitantes ou mais.
	Bolívia	Localidades com 2.000 habitantes ou mais.
	Venezuela	Lugares com 2.500 habitantes ou mais.
	Colômbia	População vivendo em núcleos de 2.000 habitantes ou mais.
Delimitação Legal, Administrativa e Governamental	Brasil	Zonas urbana e suburbana de centros administrativos de “municípios” e distritos.
	Equador	Capitais de províncias e cantões.
	Ilhas Malvinas	Cidade de Stanley.
	Guayana	Cidade de Georgetown (capital), e quatro outras cidades.
	Paraguai	Centros administrativos de distritos oficiais da República.
	Suriname	Grande Paramaribo.
	Uruguai	Cidades definidas oficialmente.
Patamar Domicílios combinado a outras características	Peru	Centros populacionais com 100 moradias ou mais agrupadas por contiguidade e centros administrativos dos distritos.
Patamar Populacional combinado a outras características	Chile	Centros populacionais com características urbanas definidas, como um público fixo e serviços municipais.
-	Guiana Francesa	Não disponível.
Países da Europa e América do Norte		
Patamar Populacional	Alemanha	Comunas (distritos Cidades e Condados) com densidade populacional igual ou maior que 150 habitantes por quilômetro quadrado.
	Portugal	Aglomerção de 2.000 habitantes ou mais.
	Itália	Comunas com 10.000 habitantes ou mais.
	Espanha	Municipalidades (<i>municipios</i>) com 10.000 habitantes ou mais.
Patamar Populacional combinado a outras características	França	Comunas com 2.000 habitantes ou mais vivendo em casas separadas por no máximo 200 metros; ou comunas em que a maioria da população faz parte de aglomerações de várias comunas como definidas acima.
	Reino Unido	Antes de 1974 a definição de urbano foi baseada em limites administrativos. A partir de 1981 as áreas urbanas foram definidas por no mínimo 10.000 pessoas.
	Canadá	Áreas com pelo menos 1.000 habitantes e densidade populacional de pelo menos 400 habitantes (a partir de 1981; a definição de urbano foi ligeiramente alterada entre 1951 e 1981).
	Estados Unidos	Áreas urbanas, definidas como um território densamente povoado que atenda aos requisitos mínimos de densidade de população e uma população de pelo menos 2500 habitantes.

FONTES: UNITED NATIONS (2012); UNITED NATIONS (1974)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

ANEXO 2

TABELA A.2.1 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO RURAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO, SEGUNDO NÍVEIS TERRITORIAIS - BRASIL - 2010.....	167
TABELA A.2.2 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS, POR CLASSES DE PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS CIDADES, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 2010	168
TABELA A.2.3 – EMIGRANTES DE DATA-FIXA POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE ORIGEM E PERÍODO – PARANÁ – 1995/2000 E 2005/2010	169
TABELA A.2.4 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, POR CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL, SEGUNDO NÍVEIS TERRITORIAIS – BRASIL - 2010....	170
TABELA A.2.5 – PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE OCUPADOS, POR CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO NÍVEIS TERRITORIAIS – BRASIL - 2010	171
TABELA A.2.6 – PESSOAS OCUPADAS, POR CONJUNTO DE ATIVIDADES, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E ANO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ – 2000 E 2010	172
TABELA A.2.7 - PESSOAS OCUPADAS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PESSOAS OCUPADAS, POR GRUPOS DE ATIVIDADES, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2010	173
TABELA A.2.8 - PESSOAS OCUPADAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS E TIPOLOGIA DE FAMÍLIA - PARANÁ 2000 E 2010..	174
TABELA A.2.9 - PESSOAS OCUPADAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS E TIPOLOGIA DE FAMÍLIA - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ 2000 E 2010	175
TABELA A.2.10 - NÚMERO DE FAMÍLIAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO E TIPOLOGIA DE FAMÍLIA - PARANÁ 2000 E 2010.....	176
TABELA A.2.11 - PESSOAS OCUPADAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO E TIPOLOGIA DE FAMÍLIA - PARANÁ 2000 E 2010.....	177
TABELA A.2.12 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR TIPO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR –MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ - 2006.....	178

TABELA A.2.1 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO RURAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL, POR CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO, SEGUNDO NÍVEIS TERRITORIAIS - BRASIL - 2010

NÍVEIS TERRITORIAIS	POPULAÇÃO RESIDENTE EM SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO RURAL (%)				
	Classes de tamanho da população				
	Até 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	Mais de 100.000	TOTAL
Total	40,0	29,7	19,0	3,1	15,6
Norte	47,2	45,1	35,5	7,0	26,5
Nordeste	49,1	41,3	28,1	5,4	26,9
Sudeste	29,5	16,5	8,4	1,7	7,1
Sul	39,3	17,2	11,5	3,1	15,1
Centro-Oeste	30,8	18,0	8,2	2,8	11,2
Rondônia	54,4	33,8	17,4	9,1	26,4
Acre	53,1	40,3	29,5	8,2	27,4
Amazonas	46,7	47,9	32,3	2,2	20,9
Roraima	60,3	56,0	-	2,3	23,4
Pará	55,4	50,8	40,8	10,7	31,5
Amapá	37,1	14,4	-	3,8	10,2
Tocantins	35,0	13,6	2,3	3,7	21,2
Maranhão	53,3	45,8	38,0	16,8	36,9
Piauí	53,4	41,1	20,8	5,7	34,2
Ceará	49,6	42,2	34,5	4,4	24,9
Rio Grande do Norte	39,5	34,4	27,0	1,8	22,2
Paraíba	44,5	31,8	11,4	3,1	24,6
Pernambuco	47,1	37,2	21,5	4,5	19,8
Alagoas	47,4	42,3	23,4	2,9	26,4
Sergipe	49,4	41,0	26,8	0,7	26,5
Bahia	51,4	42,9	29,1	4,9	27,9
Minas Gerais	34,5	20,3	9,6	2,2	14,7
Espírito Santo	44,5	35,3	10,7	4,4	16,6
Rio de Janeiro	25,1	19,2	8,2	1,5	3,3
São Paulo	19,4	9,3	7,4	1,5	4,1
Paraná	35,1	20,5	12,0	3,1	14,7
Santa Catarina	39,7	14,2	12,0	3,6	16,0
Rio Grande do Sul	43,5	15,7	10,8	2,9	14,9
Mato Grosso do Sul	30,4	19,9	20,3	3,4	14,4
Mato Grosso	36,7	20,3	10,2	3,7	18,2
Goiás	26,6	15,3	6,3	1,7	9,7
Distrito Federal	-	-	-	3,4	3,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Resultados do Universo)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA A.2.2 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS, POR CLASSES DE PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS CIDADES, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 2010

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS (%)				
	Classes de população residente nas Cidades (%)				
	+0 a 25	+25 a 50	+50 a 75	+75	Total
Noroeste	0,0	9,1	50,9	40,0	100,0
Centro-Occidental	0,0	13,6	68,2	18,2	100,0
Norte Central	4,8	11,1	33,3	50,8	100,0
Norte Pioneiro	0,0	7,7	53,8	38,5	100,0
Centro-Oriental	0,0	20,0	80,0	0,0	100,0
Oeste	2,6	20,5	69,2	7,7	100,0
Sudoeste	6,3	46,9	43,8	3,1	100,0
Centro-Sul	34,8	47,8	13,0	4,3	100,0
Sudeste	6,3	62,5	31,3	0,0	100,0
Metrop.Curitiba	17,6	52,9	23,5	5,9	100,0
Total	5,8	23,2	45,7	25,4	100,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (Agregados por setores censitários universo)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA A.2.3 – EMIGRANTES DE DATA-FIXA POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE DESTINO, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE ORIGEM E PERÍODO – PARANÁ – 1995/2000 E 2005/2010

PERÍODO	MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS (Origem)	EMIGRANTES DE DATA-FIXA					
		Situação do domicílio (destino)					
		Linha (%)			Coluna (%)		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1995/2000	Noroeste	73,4	26,6	100,0	16,1	16,9	16,3
	Centro-Occidental	76,0	24,0	100,0	11,0	10,0	10,7
	Norte Central	76,6	23,4	100,0	18,7	16,5	18,1
	Norte Pioneiro	75,5	24,5	100,0	11,5	10,8	11,3
	Centro-Oriental	78,5	21,5	100,0	1,4	1,1	1,3
	Oeste	75,6	24,4	100,0	14,6	13,5	14,3
	Sudoeste	71,1	28,9	100,0	12,2	14,3	12,8
	Centro-Sul	61,7	38,3	100,0	5,6	10,0	6,8
	Sudeste	77,3	22,7	100,0	4,4	3,7	4,2
	Metrop. Curitiba	80,3	19,7	100,0	4,6	3,2	4,2
	Total	74,3	25,7	100,0	100,0	100,0	100,0
2005/2010	Noroeste	80,6	19,4	100,0	14,8	14,2	14,7
	Centro-Occidental	82,1	17,9	100,0	9,4	8,2	9,1
	Norte Central	81,8	18,2	100,0	17,4	15,4	17,0
	Norte Pioneiro	80,6	19,4	100,0	12,3	11,8	12,2
	Centro-Oriental	81,9	18,1	100,0	2,7	2,3	2,6
	Oeste	79,8	20,2	100,0	13,2	13,4	13,2
	Sudoeste	79,2	20,8	100,0	10,8	11,3	10,9
	Centro-Sul	73,9	26,1	100,0	9,9	13,9	10,7
	Sudeste	77,3	22,7	100,0	4,6	5,3	4,7
	Metrop. Curitiba	82,5	17,5	100,0	4,9	4,1	4,8
	Total	79,9	20,1	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censo Demográfico – IBGE (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA A.2.4 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, POR CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL, SEGUNDO NÍVEIS TERRITORIAIS – BRASIL - 2010

NÍVEIS TERRITORIAIS	PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS (%)				
	Classes de tamanho da população				
	Até 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	Mais de 100.000	Total
Brasil	45,1	30,8	13,3	10,8	100,0
Norte	27,5	36,1	22,8	13,7	100,0
Nordeste	40,8	36,8	14,5	7,9	100,0
Sudeste	48,0	27,2	10,4	14,3	100,0
Sul	61,7	19,2	9,7	9,3	100,0
Centro-Oeste	48,9	27,4	7,8	16,0	100,0
Rondônia	47,1	24,9	15,8	12,3	100,0
Acre	43,4	32,5	10,7	13,5	100,0
Amazonas	27,0	46,4	19,2	7,4	100,0
Roraima	66,3	14,1	-	19,7	100,0
Pará	11,5	40,4	31,6	16,4	100,0
Amapá	48,6	18,4	-	33,0	100,0
Tocantins	78,3	12,4	1,9	7,4	100,0
Maranhão	35,2	40,4	14,8	9,7	100,0
Piauí	66,1	24,8	4,1	5,0	100,0
Ceará	26,3	38,1	27,2	8,4	100,0
Rio Grande do Norte	61,9	24,5	8,2	5,4	100,0
Paraíba	72,1	18,6	5,1	4,2	100,0
Pernambuco	29,0	42,0	18,2	10,9	100,0
Alagoas	39,7	43,0	9,8	7,4	100,0
Sergipe	42,9	37,4	17,2	2,5	100,0
Bahia	39,1	39,5	13,2	8,2	100,0
Minas Gerais	57,3	24,6	10,0	8,1	100,0
Espírito Santo	37,3	46,0	2,0	14,7	100,0
Rio de Janeiro	20,0	25,9	12,5	41,7	100,0
São Paulo	40,7	25,6	13,6	20,2	100,0
Paraná	59,6	22,9	6,3	11,2	100,0
Santa Catarina	66,0	16,5	10,5	7,0	100,0
Rio Grande do Sul	61,5	17,5	12,3	8,8	100,0
Mato Grosso do Sul	43,7	35,3	4,5	16,5	100,0
Mato Grosso	55,0	26,4	8,9	9,6	100,0
Goiás	50,4	25,7	9,3	14,5	100,0
Distrito Federal	-	-	-	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA A.2.5 – PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE OCUPADOS, POR CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO NÍVEIS TERRITORIAIS – BRASIL - 2010

NÍVEIS TERRITORIAIS	PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS (%)				
	Classes de tamanho da população				
	Até 20.000	20.001 a 50.000	50.001 a 100.000	Mais de 100.000	TOTAL
Brasil	39,4	28,4	16,7	2,7	14,2
Norte	44,3	41,6	29,7	6,6	23,0
Nordeste	48,4	40,4	25,6	4,4	24,2
Sudeste	32,7	18,6	8,8	1,5	7,4
Sul	38,4	18,3	11,2	3,0	15,1
Centro-Oeste	30,9	20,6	10,4	3,2	11,6
Rondônia	47,7	31,8	16,6	8,2	23,8
Acre	41,6	35,7	21,9	5,5	20,5
Amazonas	55,4	49,8	36,4	2,6	20,9
Roraima	43,1	43,1	-	4,7	16,4
Pará	47,5	45,4	32,9	9,5	26,1
Amapá	36,3	22,7	-	4,7	10,8
Tocantins	36,1	15,3	6,0	4,7	20,6
Maranhão	53,7	45,2	36,3	8,2	31,8
Piauí	50,2	37,3	17,6	4,2	29,4
Ceará	43,2	39,0	30,8	3,5	20,5
Rio Grande do Norte	35,3	24,6	12,3	1,9	16,0
Paraíba	47,2	32,5	12,4	2,7	24,6
Pernambuco	51,4	41,3	21,6	4,2	20,0
Alagoas	52,0	42,9	21,5	4,6	26,0
Sergipe	43,7	36,4	23,7	1,5	22,8
Bahia	50,8	42,1	27,0	4,9	26,0
Minas Gerais	37,8	24,1	12,0	2,9	16,2
Espírito Santo	45,2	39,1	9,2	4,3	17,7
Rio de Janeiro	19,8	10,7	5,4	1,0	2,1
São Paulo	24,0	11,8	7,2	1,2	4,3
Paraná	36,8	21,6	9,5	3,3	14,9
Santa Catarina	33,4	14,2	9,7	2,2	13,5
Rio Grande do Sul	43,6	17,6	13,2	3,2	16,5
Mato Grosso do Sul	31,0	22,6	22,5	5,0	15,5
Mato Grosso	34,6	23,4	14,6	4,6	18,4
Goiás	28,3	17,7	7,6	3,1	11,0
Distrito Federal	-	-	-	1,9	1,9

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor .

TABELA A.2.6 – PESSOAS OCUPADAS, POR CONJUNTO DE ATIVIDADES, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E ANO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ – 2000 E 2010

ANO	MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	PESSOAS OCUPADAS				
		CNAE CONJUNTO				
		Agropecuária e Pesca	Indústria	Comércio	Serviços	Atividades mal especificadas
2000	Noroeste	65.590	28.496	16.531	42.754	611
	Centro-Ocidental	37.409	11.398	9.643	25.020	395
	Norte Central	79.149	28.472	21.465	54.653	990
	Norte Pioneiro	59.777	18.669	14.208	37.519	306
	Centro-Oriental	8.837	6.906	2.212	6.562	355
	Oeste	59.923	21.108	15.979	36.862	1.575
	Sudoeste	70.104	17.848	12.788	27.945	453
	Centro-Sul	54.113	11.633	6.528	17.471	880
	Sudeste	43.970	11.080	4.213	12.828	724
	Metrop. Curitiba	29.391	12.845	6.768	21.283	1.066
	Total	508.264	168.455	110.334	282.896	7.355
2010	Noroeste	51.120	54.229	21.714	49.147	4.373
	Centro-Ocidental	32.418	19.439	12.519	26.829	3.133
	Norte Central	69.508	49.796	26.469	63.144	8.776
	Norte Pioneiro	51.359	28.215	19.790	41.713	5.378
	Centro-Oriental	9.505	8.287	3.564	9.172	2.041
	Oeste	57.043	33.413	20.358	44.233	8.536
	Sudoeste	59.391	28.174	18.702	35.922	5.291
	Centro-Sul	53.763	13.980	9.071	22.561	3.750
	Sudeste	49.362	10.332	8.459	16.773	2.771
	Metrop. Curitiba	31.945	17.287	10.399	27.322	4.723
	Total	465.414	263.152	151.046	336.816	48.771

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA A.2.7 - PESSOAS OCUPADAS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS PESSOAS OCUPADAS, POR GRUPOS DE ATIVIDADES, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2010

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	PESSOAS OCUPADAS (ABS.)					PESSOAS OCUPADAS (%)			
	Grupos de atividades					Grupos de atividades			
	Agrícola	Agroindústria	Biocombustíveis	Outros	Total	Agrícola	Agroindústria	Biocombustíveis	Agrícola, Agroindústria, Biocombustíveis
Noroeste	51.120	16.135	4.065	109.263	180.583	28,3	8,9	2,3	39,5
Centro-Occidental	32.418	4.043	511	57.367	94.339	34,4	4,3	0,5	39,2
Norte Central	69.508	15.722	1.429	131.033	217.693	31,9	7,2	0,7	39,8
Norte Pioneiro	51.359	3.845	476	90.775	146.455	35,1	2,6	0,3	38,0
Centro-Oriental	9.505	1.337	19	21.709	32.570	29,2	4,1	0,1	33,3
Oeste	57.043	8.224	0	98.315	163.582	34,9	5,0	0,0	39,9
Sudoeste	63.609	4.206	0	90.821	158.636	40,1	2,7	0,0	42,7
Centro-Sul	50.696	910	7	47.378	98.991	51,2	0,9	0,0	52,1
Sudeste	49.362	844	0	37.491	87.697	56,3	1,0	0,0	57,2
Metrop. Curitiba	31.945	1.007	0	58.724	91.676	34,8	1,1	0,0	35,9
Total	466.565	56.272	6.508	742.877	1.272.221	36,7	4,4	0,5	41,6

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO (Microdados da Amostra)

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor; Agrícolas (Seção 1 CNAE Domiciliar); Agroindústria (Abate e fabricação de produtos de carne e pescado; Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais; Fabricação de óleos vegetais e gorduras vegetais e animais; Laticínios; Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais; Fabricação e refino do açúcar; Torrefação e moagem de café; Fabricação de outros produtos alimentícios; Fabricação de produtos alimentícios não especificados; Fabricação de bebidas; Processamento industrial e fabricação de produtos do fumo); Biocombustíveis (Produção de Biocombustíveis); Outros (Demais classes). Cf. Documentação Metodológica (IBGE, 2012a).

TABELA A.2.8 - PESSOAS OCUPADAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS E TIPOLOGIA DE FAMÍLIA - PARANÁ 2000 E 2010

REGIÕES METROPOLITANAS	TIPOLOGIA DE FAMÍLIA	PESSOAS OCUPADAS						TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%) (2000/2010)		
		2000			2010					
		Situação do domicílio			Situação do domicílio			Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Curitiba (PR)	Agrícola	5.596	33.728	39.324	9.294	38.242	47.536	5,2	1,3	1,9
	Pluriativa	13.678	20.454	34.132	25.832	23.959	49.792	6,6	1,6	3,8
	Não Agrícola	816.078	42.236	858.315	1.441.805	57.923	1.499.728	5,9	3,2	5,7
Londrina (PR)	Agrícola	9.215	14.169	23.385	8.304	10.111	18.415	-1,0	-3,3	-2,4
	Pluriativa	15.830	4.991	20.820	20.491	5.818	26.309	2,6	1,5	2,4
	Não Agrícola	220.954	2.963	223.917	364.478	5.079	369.557	5,1	5,5	5,1
Maringá (PR)	Agrícola	8.768	12.704	21.472	7.797	9.086	16.883	-1,2	-3,3	-2,4
	Pluriativa	18.877	4.720	23.596	22.355	5.654	28.008	1,7	1,8	1,7
	Não Agrícola	181.264	3.059	184.323	316.662	4.790	321.451	5,7	4,6	5,7
Umuarama (PR)	Agrícola	8.226	19.068	27.294	5.689	11.817	17.505	-3,6	-4,7	-4,3
	Pluriativa	11.242	8.277	19.520	11.164	8.448	19.612	-0,1	0,2	0,0
	Não Agrícola	60.378	3.454	63.831	96.451	8.174	104.625	4,8	9,0	5,1
Fora Regiões Metropolitanas	Agrícola	83.617	362.562	446.179	94.889	338.765	433.654	1,3	-0,7	-0,3
	Pluriativa	127.785	118.253	246.037	191.033	146.974	338.007	4,1	2,2	3,2
	Não Agrícola	1.099.053	63.497	1.162.549	1.688.463	90.209	1.778.673	4,4	3,6	4,3
Total	Agrícola	115.421	442.233	557.654	125.973	408.020	533.993	0,9	-0,8	-0,4
	Pluriativa	187.411	156.694	344.105	270.875	190.853	461.728	3,8	2,0	3,0
	Não Agrícola	2.377.727	115.208	2.492.935	3.907.859	166.175	4.074.034	5,1	3,7	5,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor; Ocupados residentes em domicílios particulares permanentes, em famílias únicas ou principal.

TABELA A.2.9 - PESSOAS OCUPADAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS E TIPOLOGIA DE FAMÍLIA - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ 2000 E 2010

REGIÕES METROPOLITANAS	TIPOLOGIA DE FAMÍLIA	PESSOAS OCUPADAS						TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%) (2000/2010)		
		2000			2010					
		Situação do domicílio			Situação do domicílio			Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Curitiba (PR)	Agrícola	1.231	17.758	18.989	1.612	17.462	19.074	2,7	-0,2	0,0
	Pluriativa	1.940	8.058	9.998	2.976	8.919	11.895	4,4	1,0	1,8
	Não Agrícola	15.122	8.505	23.626	27.131	10.852	37.983	6,0	2,5	4,9
Londrina (PR)	Agrícola	5.824	7.080	12.904	3.767	5.224	8.991	-4,3	-3,0	-3,5
	Pluriativa	8.245	2.677	10.922	7.834	2.894	10.729	-0,5	0,8	-0,2
	Não Agrícola	28.820	1.099	29.919	41.135	2.301	43.436	3,6	7,7	3,8
Maringá (PR)	Agrícola	4.319	5.157	9.475	3.351	3.122	6.473	-2,5	-4,9	-3,7
	Pluriativa	7.894	1.885	9.779	8.352	2.149	10.502	0,6	1,3	0,7
	Não Agrícola	21.287	1.101	22.388	33.207	1.451	34.658	4,5	2,8	4,5
Umuarama (PR)	Agrícola	6.534	13.900	20.434	4.040	8.674	12.714	-4,7	-4,6	-4,6
	Pluriativa	7.545	6.243	13.789	7.302	6.192	13.494	-0,3	-0,1	-0,2
	Não Agrícola	24.474	2.764	27.237	38.800	5.568	44.368	4,7	7,3	5,0
Fora Regiões Metropolitanas	Agrícola	55.971	259.372	315.343	55.230	224.871	280.101	-0,1	-1,4	-1,2
	Pluriativa	76.479	85.065	161.544	96.503	97.746	194.249	2,4	1,4	1,9
	Não Agrícola	304.840	38.548	343.388	429.532	54.558	484.090	3,5	3,5	3,5
Total	Agrícola	73.878	303.266	377.145	67.999	259.354	327.353	-0,8	-1,6	-1,4
	Pluriativa	102.104	103.929	206.032	122.967	117.901	240.868	1,9	1,3	1,6
	Não Agrícola	394.543	52.016	446.559	569.805	74.730	644.536	3,7	3,7	3,7

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor; Ocupados residentes em domicílios particulares permanentes, em famílias únicas ou principal.

TABELA A.2.10 - NÚMERO DE FAMÍLIAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO E TIPOLOGIA DE FAMÍLIA - PARANÁ 2000 E 2010

CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO	TIPOLOGIA DE FAMÍLIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS						TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%) (2000/2010)		
		2000			2010					
		Situação do domicílio			Situação do domicílio			Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Até 20.000	Agrícola	52.887	162.281	215.168	50.445	138.611	189.056	-0,5	-1,6	-1,3
	Pluriativa	37.653	35.277	72.930	51.034	44.285	95.319	3,1	2,3	2,7
	Não Agrícola	246.109	37.333	283.442	333.761	46.931	380.693	3,1	2,3	3,0
	Não ocupadas	75.945	30.389	106.334	99.498	40.179	139.676	2,7	2,8	2,8
20.001 a 50.000	Agrícola	18.507	53.233	71.740	19.881	50.472	70.353	0,7	-0,5	-0,2
	Pluriativa	16.006	12.213	28.219	23.617	16.075	39.691	4,0	2,8	3,5
	Não Agrícola	214.687	18.020	232.707	309.358	20.810	330.168	3,7	1,4	3,6
	Não ocupadas	49.853	12.066	61.919	70.568	15.732	86.299	3,5	2,7	3,4
50.001 a 100.000	Agrícola	7.448	17.270	24.717	7.413	11.061	18.475	-0,0	-4,4	-2,9
	Pluriativa	8.403	5.180	13.583	11.153	3.891	15.043	2,9	-2,8	1,0
	Não Agrícola	241.867	15.456	257.323	228.653	15.561	244.214	-0,6	0,1	-0,5
	Não ocupadas	44.197	5.177	49.374	43.044	5.483	48.527	-0,3	0,6	-0,2
Mais de 100.000	Agrícola	9.485	11.213	20.698	16.026	15.475	31.501	5,4	3,3	4,3
	Pluriativa	11.645	2.975	14.619	24.970	7.062	32.032	7,9	9,0	8,2
	Não Agrícola	730.023	8.734	738.757	1.329.183	19.228	1.348.411	6,2	8,2	6,2
	Não ocupadas	119.920	2.175	122.096	220.781	5.420	226.201	6,3	9,6	6,4
Total	Agrícola	88.327	243.996	332.323	93.766	215.619	309.385	0,6	-1,2	-0,7
	Pluriativa	73.707	55.644	129.351	110.773	71.311	182.085	4,2	2,5	3,5
	Não Agrícola	1.432.687	79.543	1.512.230	2.200.956	102.530	2.303.485	4,4	2,6	4,3
	Não ocupadas	289.915	49.807	339.721	433.891	66.813	500.704	4,1	3,0	4,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor; Ocupados residentes em domicílios particulares permanentes, em famílias únicas ou principal.

TABELA A.2.11 - PESSOAS OCUPADAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO E TIPOLOGIA DE FAMÍLIA - PARANÁ 2000 E 2010

CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO	TIPOLOGIA DE FAMÍLIA	PESSOAS OCUPADAS						TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%) (2000/2010)		
		2000			2010					
		Situação do domicílio			Situação do domicílio			Situação do domicílio		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Até 20.000	Agrícola	71.128	296.938	368.066	68.301	262.192	330.493	-0,4	-1,2	-1,1
	Pluriativa	95.330	99.200	194.530	123.620	118.690	242.310	2,6	1,8	2,2
	Não Agrícola	400.992	52.691	453.683	575.404	75.012	650.417	3,7	3,6	3,7
	Total	567.450	448.829	1.016.279	767.325	455.895	1.223.220	3,1	0,2	1,9
20.001 a 50.000	Agrícola	23.479	97.115	120.594	26.435	97.807	124.242	1,2	0,1	0,3
	Pluriativa	40.139	34.835	74.974	58.190	43.066	101.257	3,8	2,1	3,1
	Não Agrícola	351.342	26.368	377.710	539.928	33.053	572.980	4,4	2,3	4,3
	Total	414.960	158.318	573.278	624.553	173.926	798.479	4,2	0,9	3,4
50.001 a 100.000	Agrícola	9.041	29.406	38.447	9.975	20.440	30.415	1,0	-3,6	-2,3
	Pluriativa	21.547	14.455	36.002	27.147	10.282	37.429	2,3	-3,3	0,4
	Não Agrícola	400.342	22.738	423.080	405.681	25.923	431.604	0,1	1,3	0,2
	Total	430.929	66.599	497.528	442.803	56.645	499.448	0,3	-1,6	0,0
Mais de 100.000	Agrícola	11.772	18.774	30.546	21.262	27.581	48.843	6,1	3,9	4,8
	Pluriativa	30.396	8.204	38.600	61.918	18.814	80.732	7,4	8,7	7,7
	Não Agrícola	1.225.052	13.411	1.238.463	2.386.846	32.187	2.419.033	6,9	9,1	6,9
	Total	1.267.220	40.390	1.307.609	2.470.026	78.582	2.548.608	6,9	6,9	6,9
Total	Agrícola	115.421	442.233	557.654	125.973	408.020	533.993	0,9	-0,8	-0,4
	Pluriativa	187.411	156.694	344.105	270.875	190.853	461.728	3,8	2,0	3,0
	Não Agrícola	2.377.727	115.208	2.492.935	3.907.859	166.175	4.074.034	5,1	3,7	5,0
	Total	2.680.559	714.135	3.394.694	4.304.707	765.048	5.069.755	4,9	0,7	4,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor; Ocupados residentes em domicílios particulares permanentes, em famílias únicas ou principal.

TABELA A.2.12 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR TIPO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR –MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ - 2006

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)					
	Tipo de mão de obra empregada					
	Total	Só mão de obra familiar	Mão de obra familiar e empregado temporário	Mão de obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	Mão de obra familiar e serviço de empreitada	Mão de obra familiar e demais combinações
Noroeste	100,0	85,7	5,2	2,6	3,3	3,2
Centro-Occidental	100,0	83,6	7,0	2,6	3,7	3,2
Norte Central	100,0	83,6	5,3	2,5	5,3	3,4
Norte Pioneiro	100,0	84,8	5,0	2,7	3,4	4,1
Centro-Oriental	100,0	84,6	3,0	2,7	1,0	8,7
Oeste	100,0	85,4	5,1	2,0	4,2	3,3
Sudoeste	100,0	86,0	3,1	1,1	4,1	5,7
Centro-Sul	100,0	82,4	2,9	1,3	5,8	7,5
Sudeste	100,0	81,7	6,6	1,3	5,3	5,2
Metrop. Curitiba	100,0	85,7	5,4	1,7	2,0	5,2
Total	100,0	84,3	4,8	1,9	4,3	4,6

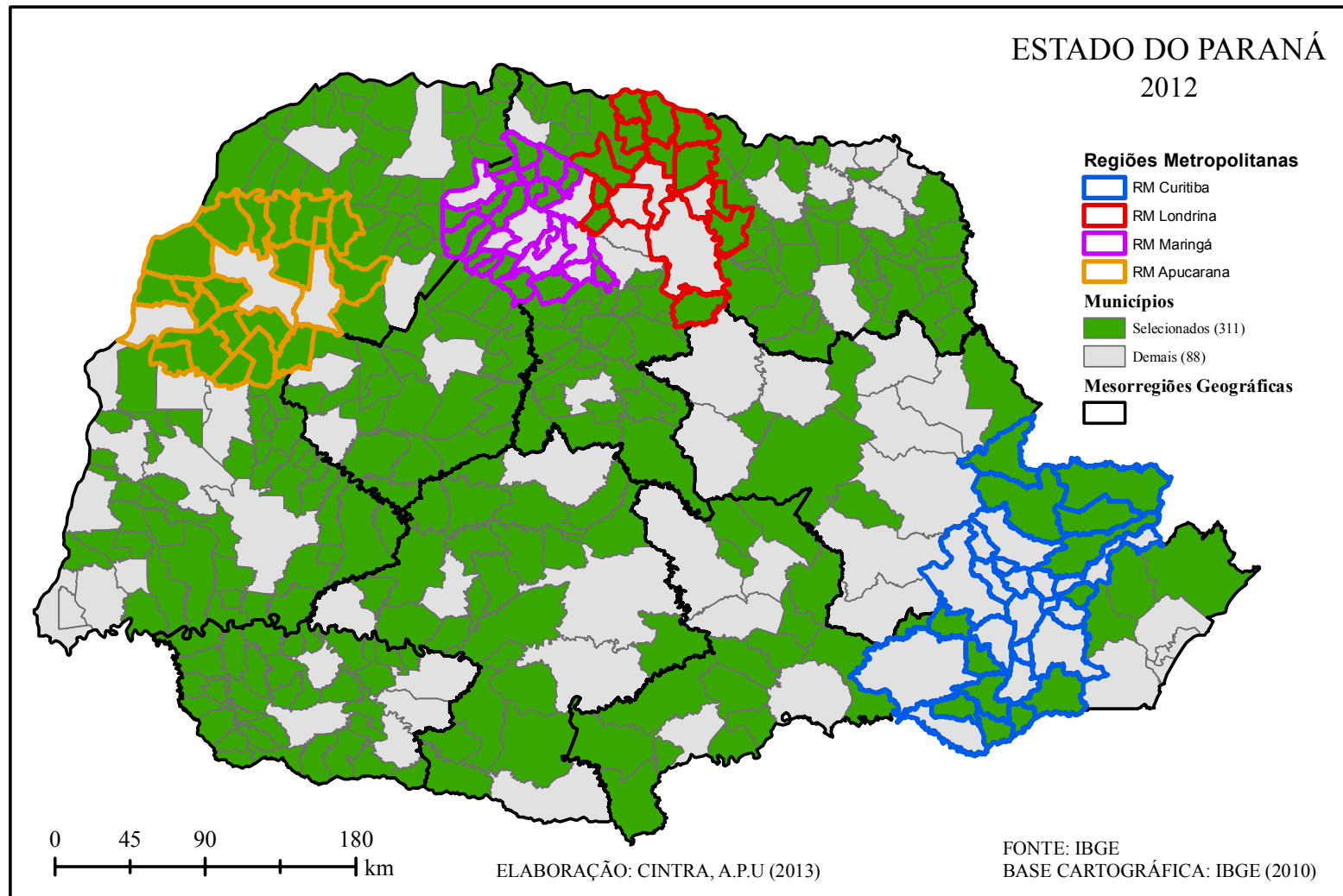
FONTE: IBGE – Censo Agropecuário (tabulações especiais – Tipologia FAO/INCRA)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

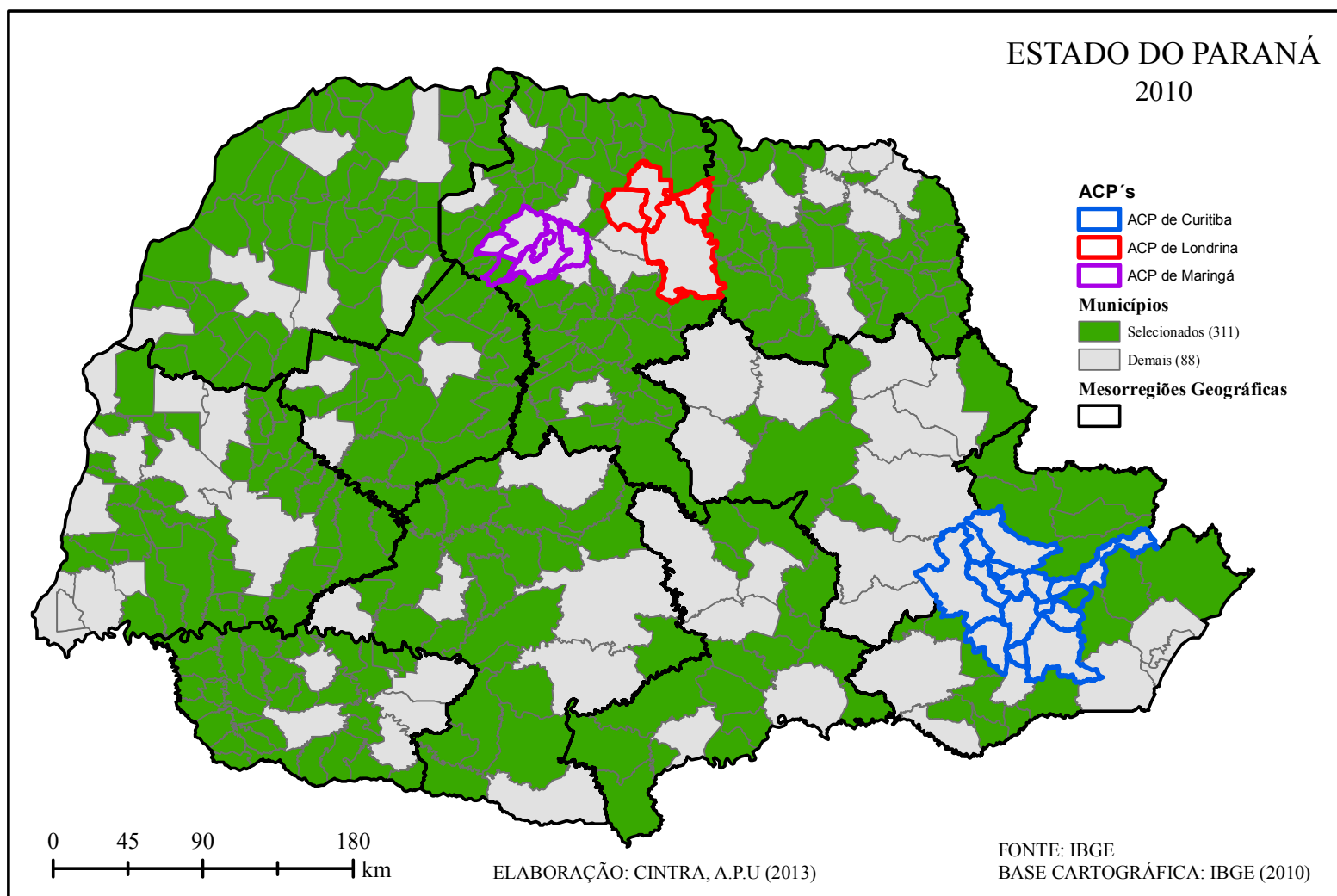
ANEXO 3

MAPA A.3.1 – REGIÕES METROPOLITANAS – PARANÁ - 2012	180
MAPA A.3.2 – ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO – PARANÁ – 2010.....	181
MAPA A.3.3 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM FAMÍLIAS POBRES – PARANÁ – 2010 .	182
MAPA A.3.4 – REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (REGIC) – PARANÁ – 2007	183
MAPA A.3.5 – DESLOCAMENTOS PARA SERVIÇOS DE SAÚDE, EXCETO DESTINO CURITIBA (REGIC) – PARANÁ – 2007	184
MAPA A.3.6 – DESLOCAMENTOS PARA SERVIÇOS DE SAÚDE (REGIC) – PARANÁ – 2007	185
MAPA A.3.7 – DESLOCAMENTOS PARA CURSOS SUPERIORES, EXCETO DESTINO CURITIBA (REGIC) – PARANÁ – 2007	186
MAPA A.3.8 – DESLOCAMENTOS PARA CURSOS SUPERIORES (REGIC) – PARANÁ – 2007	187
MAPA A.3.9 – DIVISÃO DO ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	188

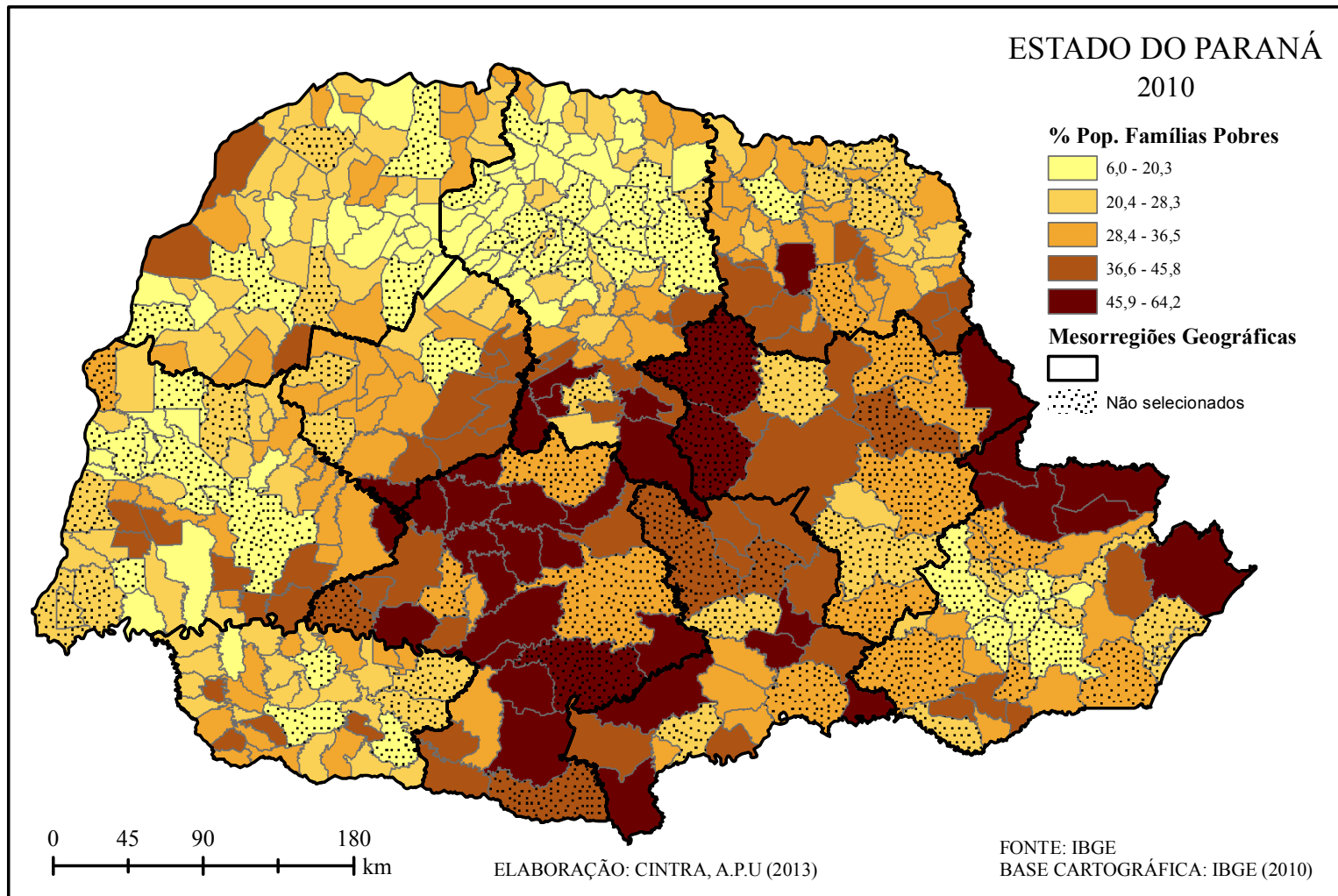
MAPA A.3.1 – REGIÕES METROPOLITANAS – PARANÁ - 2012



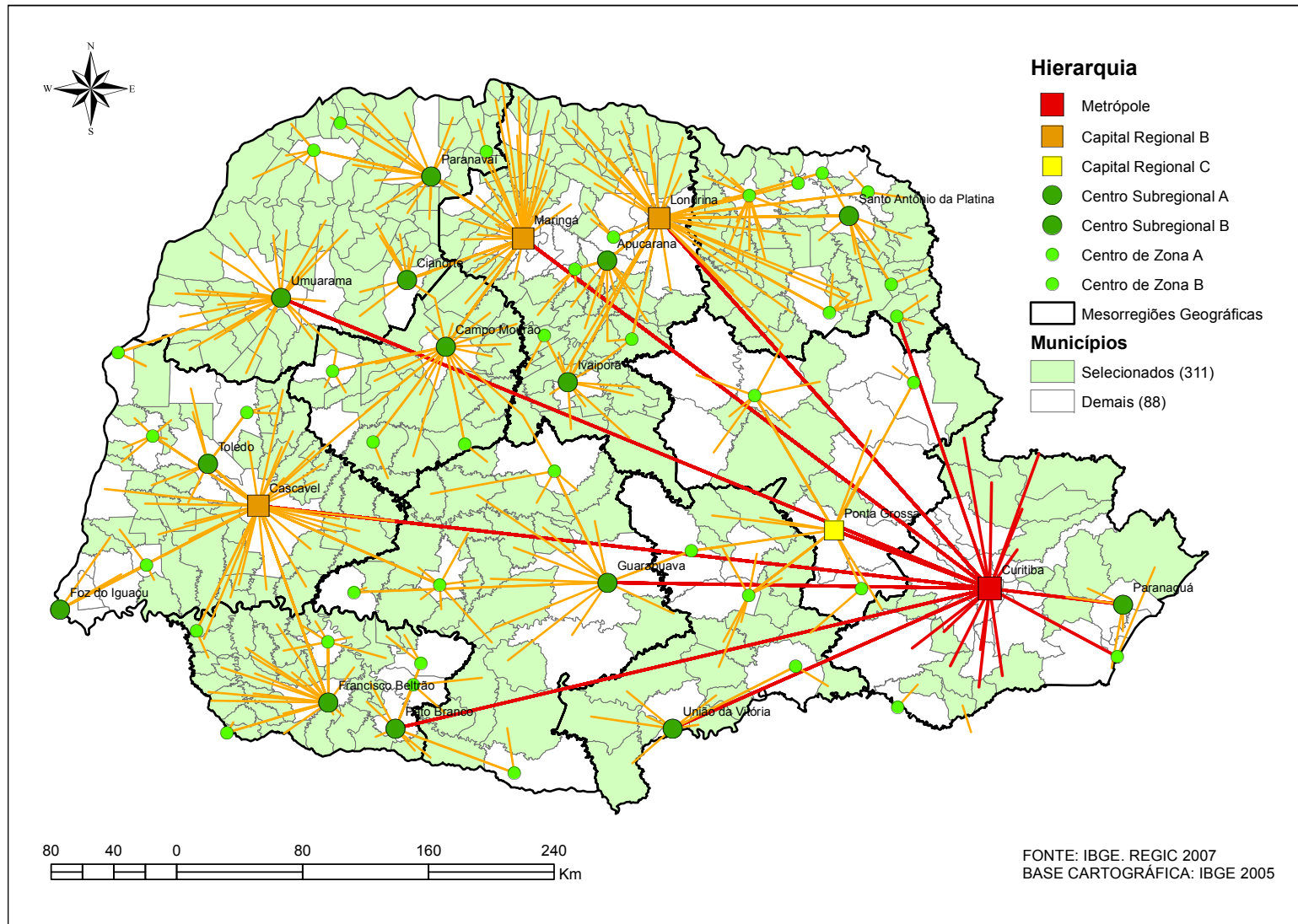
MAPA A.3.2 – ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO – PARANÁ – 2010



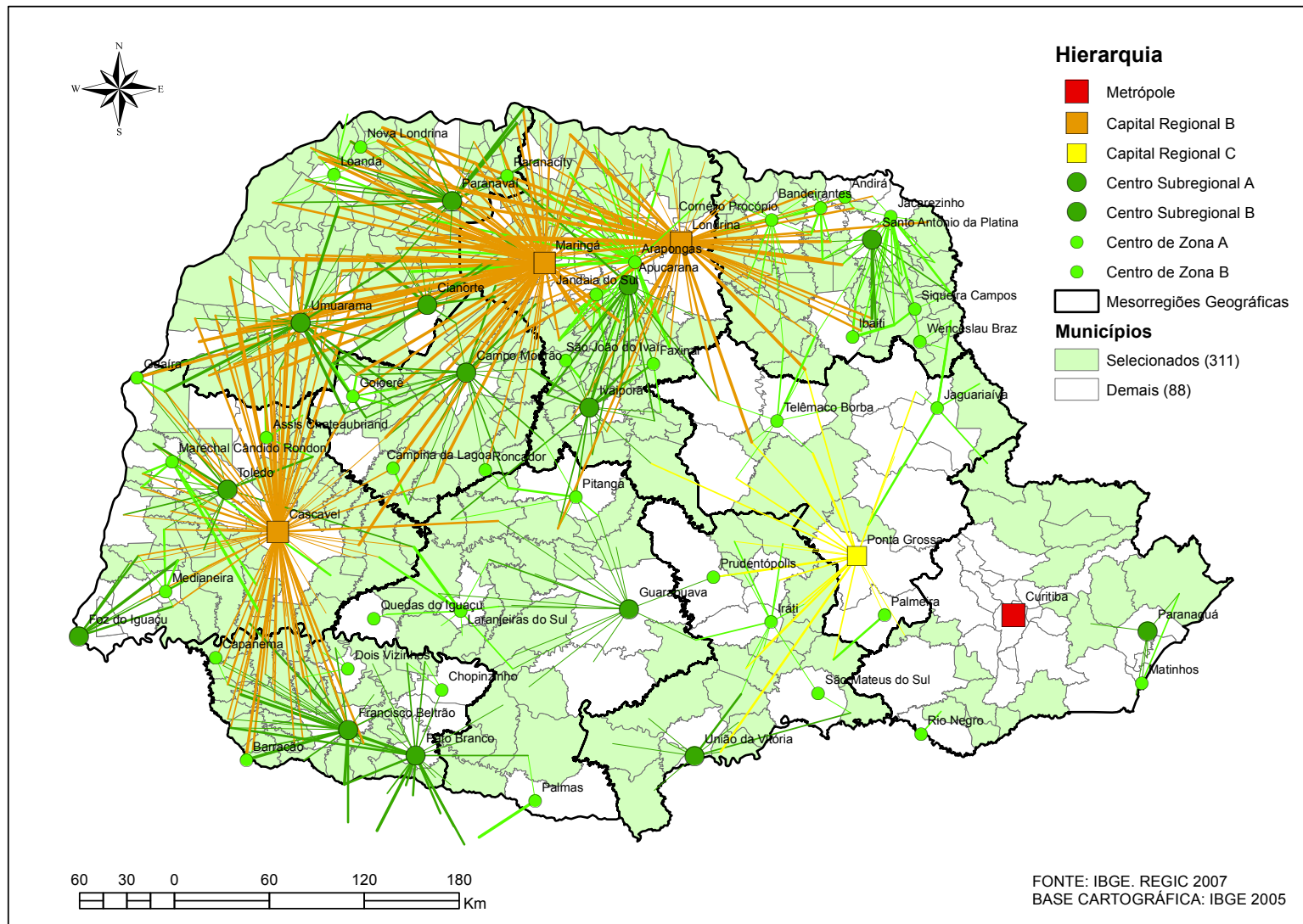
MAPA A.3.3 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM FAMÍLIAS POBRES – PARANÁ – 2010



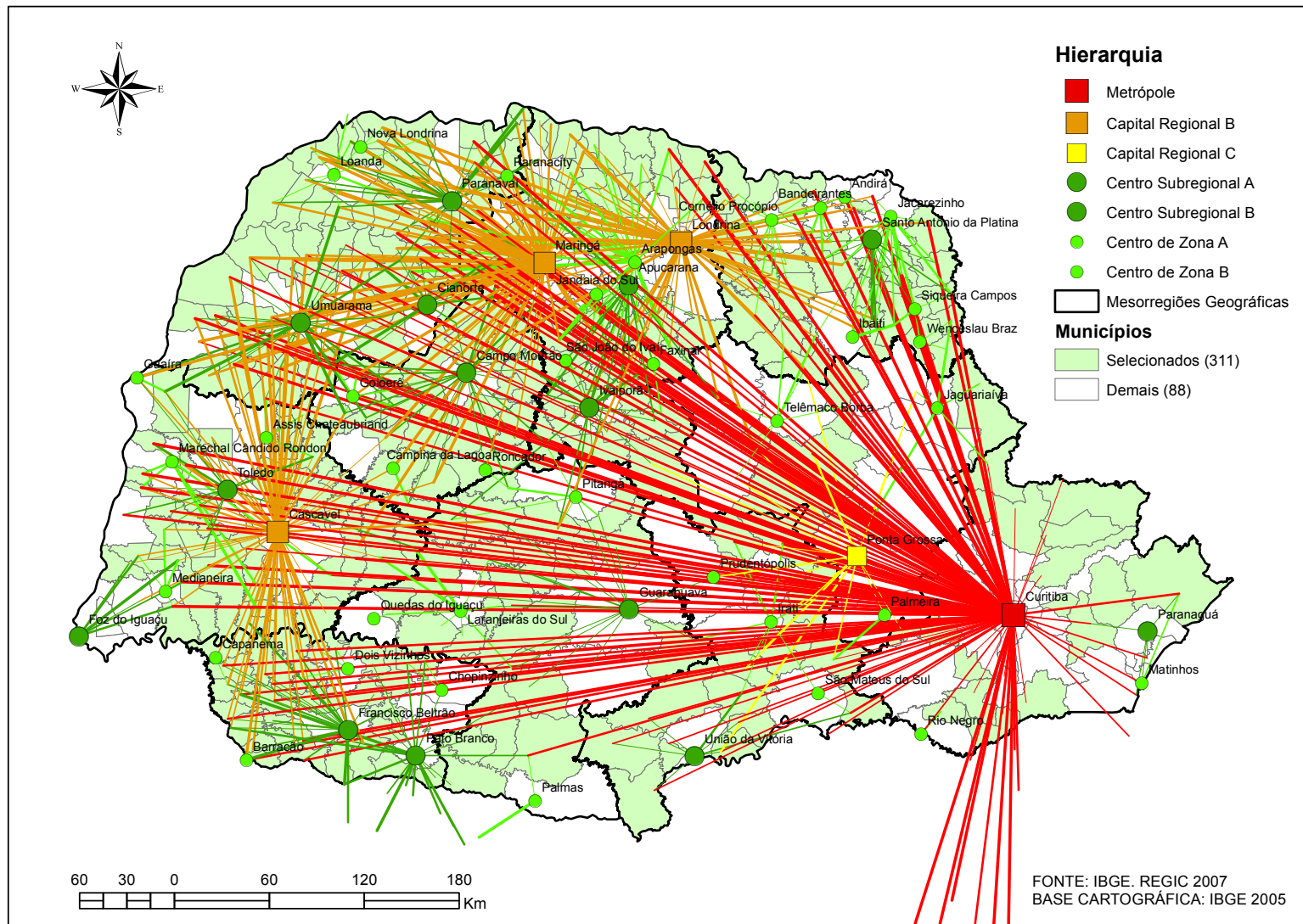
MAPA A.3.4 – REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (REGIC) – PARANÁ – 2007



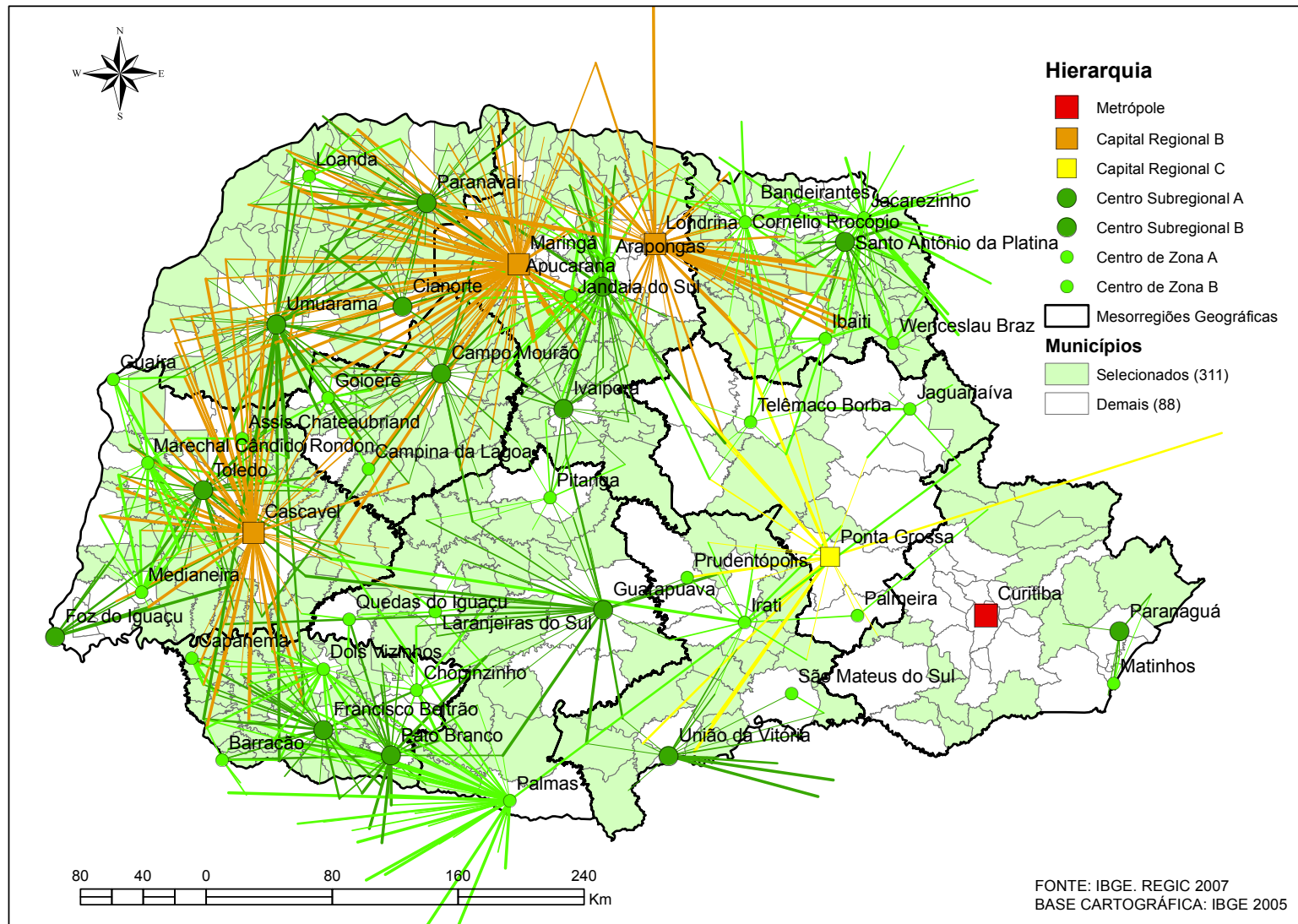
MAPA A.3.5 – DESLOCAMENTOS PARA SERVIÇOS DE SAÚDE, EXCETO DESTINO CURITIBA (REGIC) – PARANÁ – 2007



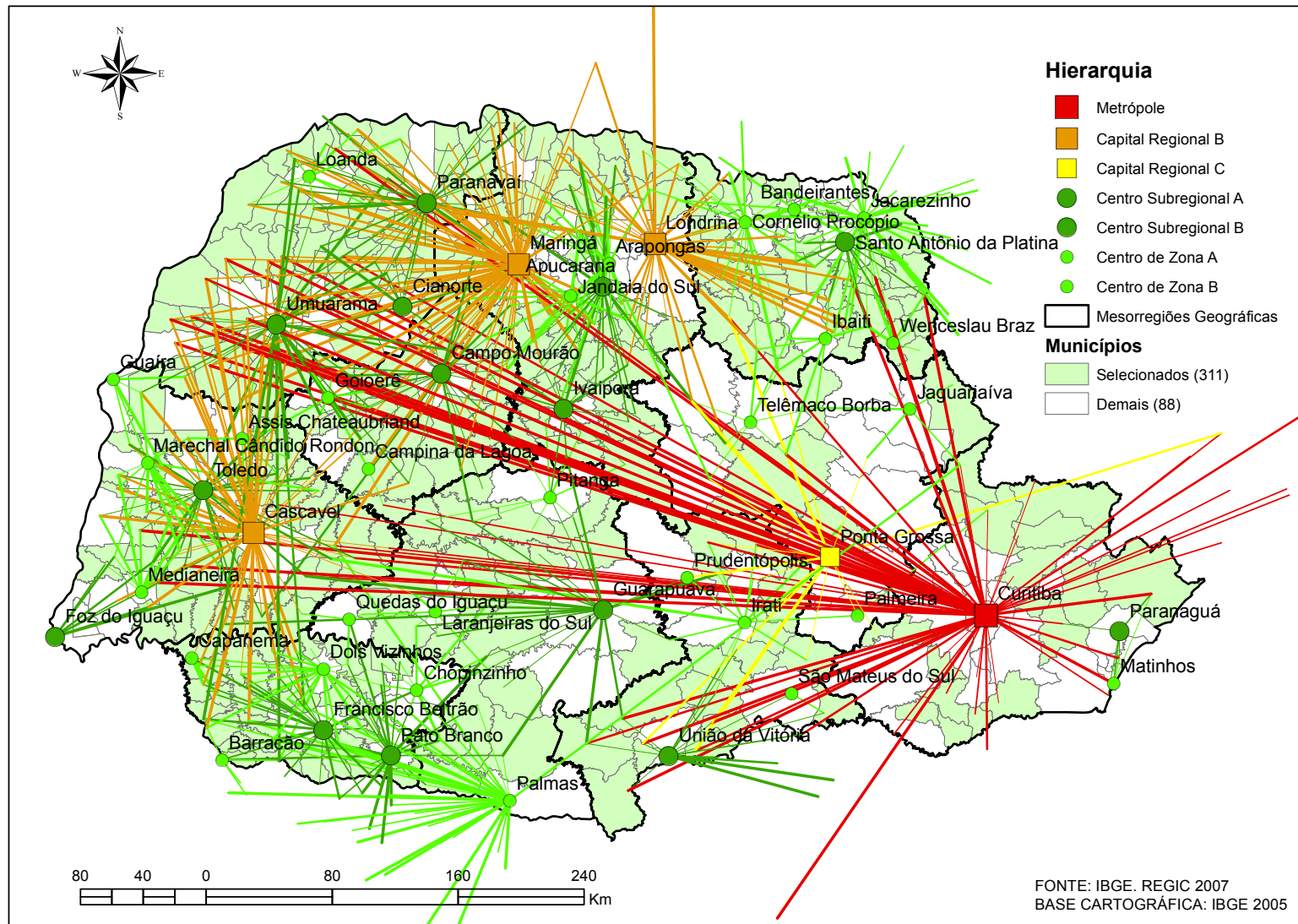
MAPA A.3.6 – DESLOCAMENTOS PARA SERVIÇOS DE SAÚDE (REGIC) – PARANÁ – 2007



MAPA A.3.7 – DESLOCAMENTOS PARA CURSOS SUPERIORES, EXCETO DESTINO CURITIBA (REGIC) – PARANÁ – 2007



MAPA A.3.8 – DESLOCAMENTOS PARA CURSOS SUPERIORES (REGIC) – PARANÁ – 2007



MAPA A.3.9 – DIVISÃO DO ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS

